

TRIBUNAL REGIONAL DE MINAS GERAIS

REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 0602388-25.2018.6.13.0000 - BELO HORIZONTE - MG

RELATOR: JUIZ RICARDO MATOS DE OLIVEIRA

IMPUGNANTES: ELEIÇÃO 2018 LEONARDO VITOR DE OLIVEIRA DEPUTADO ESTADUAL, PARTIDO NOVO DIRETORIO ESTADUAL - MG, JOSE MARCOS RIBEIRO DA FONSECA NOTICIANTE: MARIEL MARLEY MARRA, DANIELLE DYTZ DA CUNHA, GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA REQUERENTE: ELEIÇÃO 2018 BERNARDO BARTOLOMEO MOREIRA DEPUTADO ESTADUAL, MARCOS AURELIO PASCHOALIN, ELEIÇÃO 2018 MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM DEPUTADO FEDERAL, ALVAIR JOSE PEDRO, JOSE EDUARDO VIEIRA MORAIS, ELEIÇÃO 2018 RAPHAEL TAVARES PINTO DEPUTADO FEDERAL

ADVOGADOS DO IMPUGNANTE: DRS. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - SP312410, RUBENS ALBERTO GATTI NUNES - SP306540

ADVOGADOS DO IMPUGNANTE: DRS. LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES - MG139537, LUCIO DOMINGUES DE MEDEIROS - MG127586, ARTHUR MAGNO E SILVA GUERRA - MG79195

ADVOGADO DO NOTICIANTE: DR. MARIEL MARLEY MARRA - MG157240

ADVOGADOS DO IMPUGNANTE: DRS. LEANDRO ZANETTI DEBUSSI - MG125761, MARIA ELIZA LOVAGLIO RIBEIRO - MG151670

ADVOGADO DO REQUERENTE: DR. FELIPE BARTOLOMEO MOREIRA - MG95264

ADVOGADO DO NOTICIANTE: DR. GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA - MG118224

ADVOGADO DO REQUERENTE: DR. MARCOS AURELIO PASCHOALIN - MG177991

ADVOGADO DO REQUERENTE: DR. MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM - MG43712

ADVOGADOS DO REQUERENTE: DRS. ALVAIR JOSE PEDRO - MG26852, JOSE EDUARDO VIEIRA MORAIS - MG46985

ADVOGADOS DO REQUERENTE: DRS. ALVAIR JOSE PEDRO - MG26852, JOSE EDUARDO VIEIRA MORAIS - MG46985

ADVOGADOS DO REQUERENTE: DRS. ANA PAULA ROCHA TEIXEIRA - MG101874, MAURICIO TEIXEIRA SERVA - MG164481



IMPUGNADOS: DILMA VANA ROUSSEFF, DO LADO DO POVO 13-PT / 65-PC DO B / 40-PSB / 27-DC / 22-PR

ADVOGADA DO IMPUGNADO: DRA. EDILENE LOBO - MG074557

ACÓRDÃO PUBLICADO EM SESSÃO

Registro de candidatura. Senador. Eleições 2018. Impugnações. Notícias de inelegibilidade.

Preliminar de ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir – acolhida. O impugnante não demonstrou ser candidato. Art. 38 da Resolução 23548/2017. Narrativa confusa que indica, em tese, improbidade administrativa. Via inadequada. Processo extinto. Arts. 316 c/c 485, incisos I e VI, do CPC.

Impugnação apresentada por José Marcos Ribeiro da Fonseca – conhecida como notícia de inelegibilidade em razão da ausência de legitimidade para a ação.

Mérito conjunto das impugnações e notícias de inelegibilidade

O crime de responsabilidade atribuído a Presidente da República é de competência do Senado Federal. Art. 86 da CF. Não cabe a este Tribunal Regional Eleitoral, em sede de registro de candidatura, rever a decisão do Senado Federal, que não impôs à requerente a inabilitação temporária para o exercício de função pública. Apesar de se encontrar em aberto a discussão sobre a possibilidade do Poder Judiciário, estritamente no que se refere à legalidade, rever as consequências impostas à requerente, pelo Senado Federal, a competência, para tal mister, é do STF.

Quanto à suposta inelegibilidade em razão da semelhança do caso com o fato descrito no art. 1º, inciso I, alíneas 'c' e 'd', cumpre dizer que se trata de normas restritivas de direitos, não sendo possível uma interpretação extensiva para nelas inserir a condenação da impugnada.



Os crimes contidos na Lei 1079/50, não obstante a nomenclatura, não são infrações penais comuns, tratando-se de ilícitos político-administrativos com penalidades distintas daquelas impostas às condutas típicas pelo Direito Penal. Tanto foi essa a vontade do legislador de impor tal natureza ao crime de responsabilidade que o art. 3º prevê a possibilidade de o acusado responder a processo por crime comum. Impossibilidade de reconhecimento da inelegibilidade com fundamento no art. 1º, inciso I, alínea 'e' da LC 64/90.

A configuração da inelegibilidade prevista na alínea "g", inciso I, do art. 1º da LC 64/90, exige, dentre outros pressupostos cumulativos, a rejeição das contas pelo órgão competente. Ausência de rejeição das contas pelo Congresso Nacional, órgão competente para o seu julgamento, à luz do art. 71, inciso I c/c art. 49, IX da CF.

Art. 1º, inciso I, alínea 'e' da LC 64/90. Não houve condenação à suspensão dos direitos políticos, e, sim, à perda do cargo, o que já afasta a aplicação da norma. Entender de forma distinta seria substituir a decisão do Senado Federal por decisão do Poder Judiciário, que não possui competência para julgar crime de responsabilidade envolvendo o Presidente da República.

Inexistência de semelhança entre o caso posto e a conduta descrita na alínea "o" do inciso I do art. 1º da LC 64/90. A inelegibilidade consignada nessa alínea alcança servidores públicos demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial. Conquanto a Lei 8112/90, em seu art. 2º, conceitue servidor como toda pessoa legalmente investida em cargo público, o termo servidor público constante da alínea "o" do inciso I do art. 1º da LC 64/90, deve ser tomado em seu sentido estrito, não alcançando agentes políticos.

Em relação à inelegibilidade do art. 1º, inciso I, alínea "d", a condenação do Senado Federal não se enquadra na hipótese, visto que a decisão definitiva exigida na norma tem que ser prolatada por órgão colegiado, entendendo-se por este, órgão judicial. O Senado Federal é órgão pertencente ao Poder Legislativo, sendo certo que mesmo investido na



função de julgar crime de responsabilidade cometido por Presidente da República, não perde essa condição. O julgamento pelo Senado Federal é político, assim como é este órgão.

A analogia, método de interpretação jurídica, para ser aplicada ao caso concreto, deve guardar semelhanças essenciais e fundamentais do fato com a previsão contida na lei, além de apresentarem os mesmos motivos. Não há qualquer ponto de semelhança entre a condenação da impugnada pelo Senado Federal por crime de responsabilidade com as hipóteses de inelegibilidade asseveradas nos autos.

A alegação de que a candidata não possui domicílio eleitoral não se sustenta. Primeiro, porque na via própria não se impugnou seu pedido de transferência de inscrição eleitoral, tendo sido deferido o requerimento. Segundo, porque o direito eleitoral possui o conceito de domicílio eleitoral mais elástico que o apresentado pelo direito civil. A candidata nasceu no Estado de Minas Gerais. Fato público e notório. Improcedência das ações de impugnação e das notícias de inelegibilidade.

Documentos apresentados nos termos exigidos pela legislação que rege a matéria. Registro DEFERIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, à unanimidade, em acolher a preliminar de ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir e extinguir a impugnação de Marco Aurélio Paschoalim, sem resolução do mérito, conhecer da impugnação de José Marcos Ribeiro da Fonseca como notícia de inelegibilidade e, por maioria, julgar improcedentes as impugnações e as notícias de inelegibilidade apresentadas e deferir o pedido de registro de candidatura, nos termos do voto do Relator e com voto de desempate do Presidente.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2018.

Juiz Ricardo Matos de Oliveira

Relator



RELATÓRIO

DILMA VANA ROUSSEF requereu sua candidatura ao cargo de Senadora pela Coligação “Do Lado do Povo”, composta pelos seguintes partidos: PT / PC do B / PSB / DC / PR (ID 42634) instruído com os seguintes documentos:

- a) certidão criminal negativa da Comarca de Belo Horizonte (ID 44999);
- b) certidão criminal negativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (ID 45000);
- c) certidão judicial para fins eleitorais negativa expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (ID 45001);
- d) certidão com nada consta referentes a processos originários cíveis e criminais do Tribunal Regional Federal da primeira região (ID 45002);
- e) certidão para fins eleitoral do Tribunal Regional Federal da primeira região com nada consta;
- f) comprovante de escolaridade (ID 42634);
- g) carteira nacional de habilitação (ID 45005); e
- h) declaração de bens (ID 45006).

MARIEL MARLEY MARRA, teólogo e advogado, OAB/MG 157240, informou que apresentou de forma incidental notícia de inelegibilidade em face de DILMA ROUSSEF, com a finalidade de impugnar o presente requerimento de registro de candidatura (ID 48826). Inicialmente, a notícia de inelegibilidade recebeu o número no PJe 0602543-28.2018.13.0000). O requerimento de tutela antecipada formulado naqueles autos foi indeferido. Foi determinado que se juntasse a petição e documentos que instruem a notícia de inelegibilidade neste feito e, ato contínuo, a intimação da impugnada, o partido político ou a coligação apresentarem defesa, com base no art. 39 da Resolução TSE 23.548, de 18/12/2017.

Afirma que a ré protocolizou seu requerimento de registro de candidatura (0602388-25.2018.6.13.0000) e que houve publicação do edital, mas que antes da conclusão do referido requerimento, apresenta esta notícia de inelegibilidade para ser apreciada, vez que no dia 31/8/2016, o Senado Federal causou espécie a todos que observaram atentamente o desfecho do processo que culminou no impedimento da Presidenta afastada.

Assevera que o então Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal decidiu pela cisão do último ato de julgamento, dividindo-o em duas inexistentes etapas, sem amparo para tanto, em absoluta ofensa ao texto constitucional e legal



aplicável. Acrescenta que a decisão foi proferida em resposta ao pleito da bancada do Partido dos Trabalhadores, conforme se extrai do Mandado de Segurança 34378.

Explica que a votação ocorreu em duas fases: a primeira decidiria se de fato houve prática de crime de responsabilidade, o que de fato ocorreu; e, a segunda, se haveria determinação de pena de inabilitação para o exercício da função pública por prazo de até oito anos. Alega que a Constituição da República Federativa do Brasil é taxativa ao apontar a aplicação conjunta das penalidades de perda do cargo eletivo e de inabilitação para exercer ofício público. Menciona os arts. 2º e 33 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950 e também a ementa do julgado do Mandado de Segurança impetrado pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Assevera que a conclusão é intuitiva, vez que a racionalidade do constituinte é simples, porque se o agente foi condenado pela má gestão na Administração Pública é lógico que deverá se afastar do Poder Público em razão do risco que ele oferece ao Erário e à moralidade estatal.

Entende que, se DILMA ROUSSEF foi condenada à perda do cargo eletivo como consequência da prática reconhecida e comprovada de crimes de responsabilidade, ela estaria inabilitada para ocupar qualquer ofício público.

Em conclusão, sustenta que DILMA ROUSSEF estaria inelegível para qualquer cargo nas Eleições de 2018, não podendo disputar mandato no território nacional até o pleito de 2024, cuidando-se de um impedimento taxativo e que pode ser arguído diante de sua presente candidatura, vez que o exame judicial de ofensas ocorridas em um processo de cassação pelo Congresso Nacional é admitido pela melhor jurisprudência.

Ressalta que o tema não é inédito e foi enfrentado pelo STF no *impeachment* do ex-Presidente Collor e que, na ocasião, a Suprema Corte assentou diretriz que permanece aplicável à ex-Chefe do Executivo, qual seja, que desde o advento da Lei 1.079/1950, sobre crimes de responsabilidade, não é possível a aplicação de perda de cargo isoladamente e nem a pena de inabilitação assume um caráter assessório.

Afirma que, mesmo que haja entendimento diverso, sabe-se que cabe ao Juízo Eleitoral declarar a inelegibilidade da noticiada, também pela Lei da Ficha Limpa, porque ao ser condenada por crime de responsabilidade, durante o processo de *impeachment*, a ex-Presidente foi enquadrada na Lei da Ficha Limpa. Argumenta que a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe como crimes de responsabilidade condutas que atentem contra ela e, especialmente, contra a existência da União, o livre exercício dos Poderes do Estado, a segurança interna do país, a probidade da Administração, a lei orçamentária, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e o cumprimento das leis e das decisões judiciais (art. 85 CRFB).

Conclui que DILMA não se livrou da inelegibilidade e ainda se encontra enquadrada na Lei da Ficha Limpa, porque ao ser fatiado o processo de *impeachment*, apenas foi decotada a inabilitação, o que significa que DILMA foi



liberada para exercer cargos públicos. Assevera que as condições que impedem DILMA de registrar sua candidatura estão presentes na CRFB e na Lei da Ficha Limpa, considerando que inelegibilidade não é pena - é condição de registrabilidade. Expõe que, uma vez condenada pelo crime de responsabilidade, ocorrido em 2015 e por rejeição de suas contas, DILMA permanece com sua ficha suja por um prazo de oito anos.

Faz menção ao art. 1º, I, "g", da Lei complementar 64, de 18/5/1990. Ressalta que DILMA já teve as contas de 2014 e de 2015 rejeitadas pelo TCU, que recomendou ao Congresso Nacional que as rejeite também.

Ao final, requer seja recebida a petição inicial e determinada a citação de DILMA VANA ROUSSEF, para apresentar resposta no prazo de sete dias, contados do ato de citação, em cujo mandado deverá constar expressa advertência de que em caso de revelia se presumirão verdadeiros os fatos e, pede a procedência do pedido para que seja declarada sua inelegibilidade.

De outro lado, o PARTIDO NOVO, por meio de seu Diretório Estadual, apresentou ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC) em face de DILMA VANA ROUSSEF (ID 47041).

Inicialmente, alega que a impugnada não preenche todas as condições de elegibilidade previstas em lei e ainda incorre em causa de inelegibilidade, o que torna inviável o deferimento de seu requerimento de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Discorre que DILMA ROUSSEF não observou a condição de elegibilidade referente ao domicílio eleitoral na circunscrição, porque conforme documentos, vê-se que ela solicitou sua mudança de domicílio eleitoral no dia 6/4/2018 para o Estado de Minas Gerais. Ressalta que a impugnada não se ateuve ao que estatui a legislação eleitoral, consoante art. 55, III, do Código Eleitoral, vez que este dispositivo exige a residência mínima de três meses no novo domicílio. Entende que DILMA ROUSSEF não possui capacidade eleitoral passiva e que, por esse motivo, não há como prosperar o requerimento de registro de sua candidatura.

Acrescenta que DILMA ROSSEF foi eleita Presidente da República no pleito eleitoral de 2014, tendo seu governo sido marcado pela abertura de processo de *impeachment*, ocorrido em 2/12/2015 pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em razão de denúncia de crime de responsabilidade proposta pelo Procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Apresenta considerações sobre o trâmite do processo e aponta que, no dia 31/8/2016, DILMA ROUSSEF foi destituída do cargo de Presidente da República por entenderem os parlamentares que ela incorreu em crime de responsabilidade. Ressalta que a decisão do Senado foi "fatiada" e culminou apenas na aplicação da perda de cargo, mas afastou a pena de inabilitação temporária para o exercício da função pública pelo prazo de oito anos. Sustenta que a decisão causou enorme controvérsia nos meios políticos e jurídico ocasionando a impetração de Mandado de Segurança Coletivo perante o Supremo Tribunal Federal (MS 4403/DF) que ainda continua em trâmite. Argumenta que a



dissociação das sanções previstas no parágrafo único, do art. 52, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), quando do julgamento do *impeachment* de DILMA ROUSSEF é inadequada, vez que a inabilitação temporária para o exercício de função pública é decorrente da perda do cargo, formando uma estrutura inseparável.

Apresenta as considerações sobre a legislação e a jurisprudência que, segundo ele, são aplicáveis ao caso. Assevera que as deliberações do Poder Legislativo podem ser revistas pelo Poder Judiciário. Afirma que a natureza do processo de *impeachment* ser revestida de caráter político-administrativo não afasta a análise judicial, quando se verifica inobservância do texto constitucional tal como demonstrou no fatiamento realizado quando do julgamento do processo de impedimento da impugnada. Sustenta que o controle judicial não afeta o princípio da separação dos poderes e que DILMA ROUSSEF foi condenada por crime de responsabilidade, com base no art. 85, VI, e 167, V, da CRFB e art. 10, itens 4, 6 e 7, art. 11, itens 2 e 3 da Lei 1.079/1950. Conclui que o fatiamento não possui previsão na norma e está em total discrepância com a CRFB, que só permite alteração em seu texto por meio de Emenda Constitucional. Deduz que a impugnada deveria ter sido condenada nas duas penas previstas no texto constitucional, porque a inabilitação temporária é consequência da perda de cargo. Menciona o art. 1º, I, “c”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990 (Lei de Inelegibilidade) e afirma que apesar de ele não fazer menção ao cargo de Presidente da República, ele pode ser aplicado de forma analógica ao presente caso, diante da existência de lacuna.

Ao final, pede a procedência do pedido para que seja indeferido o requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF. Juntou documentos (IDs 47041-47046; IDs 47114/47115, 47052, 47055 e 47056).

LEONARDO VÍTOR DE OLIVEIRA, que requereu seu registro ao cargo de Deputado Estadual, pelo PSC, também ajuizou ação de impugnação de registro de candidatura em face de DILMA VANA ROUSSEF. Afirma que DILMA ROUSSEF teve seu mandato de Presidente da República cassado pelo Congresso Nacional em 31/8/2016, diante do cometimento de crimes de responsabilidade. Afirma que não obstante o inconstitucional “fatiamento” da condenação pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que afastou a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, a impugnada está inelegível tendo por base o art. 1º, I, “e”, item 1 da Lei de Inelegibilidades. Entende ser imoral conceder tempo de televisão e de rádio, bem como depositar-lhe recursos dos fundos partidário e eleitoral para que faça campanha. Assim, pede para que seja conhecida de ofício a inelegibilidade da impugnada, bem como lhe seja negado seu registro de candidatura e, por fim, que ela seja impedida de praticar atos de campanha na forma do art. 16-A da Lei 9.504, de 30/9/1997 (Lei das Eleições). Requer, ainda, que todas as publicações sejam realizadas em nome dos advogados Paulo Henrique Franco Bueno, OAB/SP 312.410 e Rubens Alberto Gatti Nunes, OAB/SP 306.340. Junta documentos.

BERNARDO BARTOLOMEO MOREIRA, que se candidatou ao cargo de Deputado Estadual pelo Novo, também apresentou ação de impugnação de registro de candidatura em face de DILMA VANA ROUSSEF. Alega que a impugnada foi Presidente da República Federativa do Brasil no período de 1º/1/2011 a 31/8/2016 e



que, em 2014, as contas da impugnada foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, que apontou inúmeras irregularidades. Acrescenta que em 2015 as contas da impugnada foram novamente rejeitadas pelo TCU, que apontou ainda mais irregularidades em relação ao ano anterior. Assevera que estes fatos geraram o pedido de *impeachment* em desfavor da impugnada, que foi julgado pelo Senado Federal em 31/8/2016.

Alega que a partir desse momento, a bancada do Partido dos Trabalhadores – PT – solicitou que se fizesse o que a doutrina chama de “fatiamento constitucional” e que este pedido foi acatado dividindo a pena descrita na Constituição da República Federativa do Brasil em duas penas diferentes: a de afastamento do cargo e a de inabilitação para o exercício da função pública. Destaca que em votação de afastamento do cargo, os Senadores votaram a favor. Contudo, na votação para inabilitação para o exercício de função pública, apenas 42 senadores votaram a favor, 36 contra e três abstenções e que, como o quorum de aprovação é de 2/3, esta parte da pena não foi aplicada à impugnada.

Ressalta que em razão deste absurdo fatiamento foi possibilitado à impugnada se sentir livre para exercer cargos políticos e desta forma se percebe que a impugnada requereu o registro de sua candidatura para o Senado Federal pelo Estado de Minas Gerais.

O impugnante entende que este fatiamento é inconstitucional e que, por isso, a impugnada não deve concorrer ao pleito do ano de 2018.

Assevera, também, que o “fatiamento constitucional” foi um absurdo jurídico, em especial, por desprezar a Constituição e fatos pretéritos já ocorridos. Faz menção ao Mandado de Segurança impetrado pelo ex-Presidente Fernando Collor de Melo em 1993. Explica que o texto constitucional recepcionou a ideia de perda de cargo em conjunto com a inabilitação de exercício de função pública juntamente com a Lei 1.079/1950. Sustenta que este Tribunal tem poder de anular a candidatura da impugnada por se tratar de questão de inconstitucionalidade e sobre matéria de inelegibilidade.

Conclui que a impugnada se encontra inelegível com base no art. 1º, I, “g” da Lei Complementar 64/1990 vez que seu pedido de *impeachment* teve como fundamentos justamente a rejeição das contas e, por conseqüência, ato descrito na Lei de Improbidade Administrativa, sendo certo que a conclusão foi justamente pelo afastamento de DILMA VANA ROUSSEF do cargo.

Como outro argumento, alega que a impugnada declarou ter domicílio eleitoral em Belo Horizonte, o que não condiz com a realidade, uma vez que deixou a cidade há algumas décadas e não tem como comprovar residência por três meses em Minas Gerais. Assim, por entender que o domicílio não é somente um local onde a pessoa possui posses, mas, principalmente, possui residência ou moradia, é público e notório que a impugnada possui plena identificação, residência e moradia na cidade de Porto Alegre/RS.



Ao final, pede a procedência do pedido para que o requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF seja indeferido. Requer, ainda, sob pena de nulidade, que todas as publicações sejam realizadas em nome do advogado Dr. Felipe Bartolomeo Moreira, OAB/MG 95.264 (ID 48425).

GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA, advogado, apresentou notícia de inelegibilidade, com base no art. 42 da Resolução TSE 23.548/2017.

Afirma que o *impeachment* de DILMA ROUSSEF é fato público e notório e que, com base no art. 52 da CRFB, a votação deveria implicar em inelegibilidade por oito anos, tal como ocorreu com o ex-Presidente Fernando Collor. Alega que em decisão, no mínimo discutível, o então Presidente daquele julgamento Ministro Ricardo Lewandowski autorizou o fatiamento da votação, separando o impedimento da inelegibilidade. Argumenta que a inelegibilidade se encontra disposta no art. 52, parágrafo único, da CRFB, que estabelece, em caso de *impeachment*, a perda do cargo com inelegibilidade por oito anos. Menciona o MS 21.689 julgado pelo STF e que foi impetrado pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Acrescenta que a Lei Complementar 64, de 18/5/1990 prevê outras hipóteses de inelegibilidade e que há similitude do caso às hipóteses das alíneas “g” e “l”, do art. 1º. Menciona, ainda, o art. 1º, I, “o”, da Lei de Inelegibilidades e que, no caso, a candidata foi claramente demitida do cargo ao final do procedimento de impedimento. Apresenta seus derradeiros argumentos.

Pede para que este Tribunal declare a inelegibilidade de DILMA VANA ROUSSEF e, em consequência, o indeferimento de seu requerimento de registro de candidatura.

DANIELLE DYTZ DA CUNHA, candidata a Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, apresentou **notícia de inelegibilidade** na qual pede **impugnação** ao requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF (ID 52940).

Alega que a candidata DILMA ROUSSEF está inabilitada para concorrer a qualquer cargo eletivo, diante da consequência de ter sido condenada em crime de responsabilidade. Faz menção ao art. 52, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil e ressalta que a decisão do Senado Federal promovida no processo de *impeachment* afrontou a CRFB. Cita o MS 21689 e o MS 34390/DF – apreciados no STF Sustenta que uma análise teleológica do dispositivo em questão e do Sistema Constitucional como um todo, que se baseia em valores de moralidade e de probidade administrativa, demonstra a absoluta incoerência da condenação de um Presidente pela prática de crime de responsabilidade, afastando-lhe do exercício do mandato e resguardando ao condenado o direito de imediatamente exercer as funções para as quais foi considerado desqualificado. Sustenta que todos os métodos de interpretação levam a conclusão unívoca da impossibilidade de cisão entre as sanções de perda do cargo e inabilitação para o exercício da função pública. Diante do exposto, requer o indeferimento do requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF.



JOSÉ MARCOS RIBEIRO DA FONSECA, Oficial de Justiça, apresentou ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC) em face de DILMA VANA ROUSSEF, com base no art. 52, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como no art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990 (Lei de Inelegibilidades).

Alega que DILMA VANA ROUSSEF ocupou o cargo de Presidente da República de 1º/1/2011 a 31/8/2016, data em que foi julgada pelo crime de responsabilidade e, como conseqüência, foi afastada do referido cargo.

Acrescenta que a impugnada teve suas contas dos anos de 2014 e 2015 rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, o que justificou o processo de impedimento que sofreu.

Argumenta que o fato da impugnada ter sido afastada do cargo de Presidente da República pelo crime de responsabilidade a torna inelegível, a teor do art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64/1990.

Alega, também, que o art. 52, parágrafo único, da CRFB deve ser respeitado, não cabendo interpretação de outra forma, a não ser aquela segundo a qual a aplicação da pena principal de afastamento do cargo acarreta a conseqüente inabilitação para ocupar cargos públicos.

Assim, pede o indeferimento do registro, reconhecendo-se a inabilitação da impugnada para ocupar qualquer cargo público pelo período de oito anos desde 31/8/2016.

MARCOS AURÉLIO PASCHOALIN, afirmando ser candidato a Deputado Federal, também apresentou impugnação ao requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF. Faz considerações a respeito do governo da impugnada, relatando fatos que, segundo ele, são contrários ao interesse coletivo ou geral, à probidade; fatos relativos às finanças públicas, dentre outros. Ressalta que esta ação preventiva busca evitar a reincidência majorada de danos ao patrimônio público. Apresenta considerações sobre a Lei 8112/1990 e Lei 8.429/1992. Assim mencionou em seu pedido:

“Pelos substratos fáticos, jurídicos, probatórios e bem fundados da precípua e espontânea razão do pedido, é a presente para suplicar a impugnação do *Pedido de Registro de Candidatura à Senadora da República DILMA VANA ROUSSEFF*, com o *Nº 133*, por cometer absurdas *condutas que lhe eram vedadas*, e obrigam *o Impugnante vir* ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, com fulcro no *Art. 96* da Lei nº 9.504/97, e demais atinentes à espécie, ao abrigo do *Art. 5º, incisos XXXIV- a, LXXVII, LXXVIII e § 1º; Art. 14 - §§ 9º e 10º; Art. 15 - V; Art. 37 - §§ 1º, 2º, 4º, 6º; Art. 62*, todos da *Constituição da República Federativa do Brasil*, para REQUERER:

1 - seja recebida e julgada a presente representação para impugnar o pedido de registro de candidatura, por ilegalidades e de abuso de poder,



2 - a citação da Impugnada, para apresentar defesa em **quarenta e oito horas**, nos termos do **§ 5º do art. 96**;

3 - a gratuidade da ação por ser ato necessário ao exercício da cidadania;

4 - seja assegurado a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, com *aplicação imediata das* normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais;

5 - seja **DECLARADA A INELEGIBILIDADE** da Impugnada, **24 horas** após o prazo para apresentação ou não de defesa (**§ 7º do art. 96**), cumprindo-se a cassação imediata do direito político, nos termos do **Art. 15, inciso V, da Constituição**, por improbidade administrativa, conferida pelo **Art. 37, §4º, e, inciso XXI, especialmente ao anuir o ilícito** tipificado como **FALSIDADE IDEOLÓGICA**, ditada no **Art. 299** do Código Penal (CP), que não se limita à fraude da nomeação de cargo, exigindo os *instrumentos jurídicos, que se afiguram ao conjunto mais adequado de sanções no caso em apreço, garantindo a plena salvaguarda das leis e da Constituição*;

6 - o julgamento do processo conforme os fatos públicos e notórios, suficientes à instrução e julgamento imediato da presente questão, conforme o rito legal, e com aplicação do **Art. 289** do CE, junto ao procedimento do **Art. 22** da Lei 64/90, intimando a Impugnada, e, o Ministério Público para atuar como fiscal da lei, produzindo e impulsionando a produção de provas dos fatos aqui abordados;

7 - Mediante à insofismável ameaça de prejuízos aos cidadãos brasileiros, e, à existência de robustas provas públicas e notórias, protesta pelo aprazamento de todos os meios em direito, para que se ratifique todo o alegado através das oitavas testemunhais (Palloci e outras), a serem arroladas "a posteriori", e que a mesma seja realizada com os privilégios permitidos por lei, mormente do **Art. 22** retro.

Dá a causa o valor R\$100,00 (cem reais), para efeitos fiscais.

Em sendo pela procedência da ação, nos termos que vindicada foi, os Exmos. Ministros, podem estar seguros e convictos de lograr cumprir a honrosa consagração da distribuição dos hauridos princípios do Direito e da Dignidade da JUSTIÇA !"

A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL se manifestou no sentido de a impugnada ser notificada para apresentar defesa, diante da existência de impugnações ao requerimento de registro de candidatura (ID 57484).

MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM, candidato a Deputado Federal, também ajuizou ação de impugnação de registro de candidatura em face de DILMA VANA ROUSSEF. Ressalta que a impugnada se encontra inelegível em razão de prática de crime de responsabilidade, com base no art. 1º, I, "e", "1", da Lei Complementar 64/1990.



ALVAIR JOSÉ PEDRO, advogado, e JOSÉ EDUARDO VIEIRA MORAIS, advogado, apresentaram “impugnação” em face de DILMA ROUSSEF. Na verdade, a questão deve ser analisada como notícia de inelegibilidade, vez que não são candidatos. Inicialmente, expõem que DILMA VANA ROUSSEF sofreu processo de *impeachment* quando exercia o cargo de Presidente da República. Argumenta que a perda do cargo é sempre ligado à inabilitação para o exercício de função pública. Entende que DILMA perdeu seus direitos políticos, requisito essencial para que a impugnada candidate a qualquer cargo eletivo. Também aponta que DILMA estaria inelegível com base no art. 1º, I, “d” e “e”, da Lei Complementar 64/1990.

RAIMUNDO BENONI FRANCO, candidato a Deputado Estadual, também apresenta AIRC em face de DILMA VANA ROUSSEF. Inicialmente, afirma que a segunda decisão proferida pelo Senado Federal está eivada de nulidade absoluta, por ser manifestamente inconstitucional. Sustenta que a Justiça Eleitoral tem competência para analisar todas as questões, que guardam vínculo com o direito de votar e de ser votado, mesmo que tenham sido atribuídas a outros foros decisórios. Menciona questões já decididas pela Justiça Eleitoral no tocante à união estável, contas públicas, improbidade administrativa. Afirma que a Justiça Eleitoral pode aquilatar a decisão do Senado Federal proferida no processo de *impeachment*, sobretudo o que culminou o afastamento constitucional da inabilitação para exercício de função pública da impugnada. Apresenta breve histórico da inabilitação de função pública traçado nas constituições brasileiras. Ressalta o caso Collor de Mello. Quanto ao caso do *impeachment* de DILMA ROUSSEF afirma que houve ofensa à CRFB no momento que foi autorizado o fatiamento das penas. Ressalta que mesmo que a questão seja levada ao STF, não se afasta a possibilidade de a Justiça Eleitoral reconhecer a nulidade da decisão do Senado Federal para o fim exclusivo de indeferimento do registro da impugnada. Acrescenta que a impugnada não estaria também no gozo de seus direitos políticos.

É o breve relatório.

VOTO DO RELATOR

Examinando-se os autos, verifica-se que os documentos apresentados encontram-se de acordo com as exigências de lei, tendo sido o DRAP da Coligação Do Lado Do Povo (PT/PR/DC/PSB/PCdoB) deferido no RCAN 06023865520186130000.

A questão é de direito, não sendo necessária a produção de mais provas.

Passo ao exame das ações de impugnação e das notícias de inelegibilidade.



Ação de impugnação proposta por Marcos Aurélio Paschoalim

Marcos Aurélio Pascolim impugnou o pedido de registro da candidata Sra. Dilma Vana Rousseff sob a alegação de que a impugnada agiu sem o cuidado necessário a um governante, praticando ações inconstitucionais contra o povo, como a manutenção de cargos políticos de confiança na esfera federal, a nomeação de Ministros que praticaram improbidade administrativa, a utilização do chamado caixa dois por seu partido político durante sua campanha eleitoral, dentre outros pontos.

Preliminar de ilegitimidade ativa e de falta de interesse de agir

Sustenta a impugnada que o impugnante não possui legitimidade ativa para o ajuizamento da ação, visto não ser candidato, como também não se extrai interesse na propositura da ação, em razão dos fatos narrados na inicial.

A Resolução 23.548/2015, em seu art. 38, elenca os legitimados para a impugnação ao pedido de registro:

Art. 38. Cabe a qualquer candidato, partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do edital relativo ao pedido de registro, impugná-lo em petição fundamentada (Lei Complementar nº 64/1990, art. 3º, caput).

Assim, somente candidatos, partidos políticos, coligações ou o Ministério Público possuem legitimidade para o ajuizamento da ação.

O impugnante, muito embora tenha afirmado ostentar a condição de candidato pelo PODE ao cargo de Deputado Federal, em consulta a seu nome no Sistema de Candidatura da Justiça Eleitoral, essa condição não foi confirmada.

Além disso, a peça mostra-se confusa, revelando inconformismo com atos praticados pela impugnada. A narrativa é destoante de qualquer conduta que possa ensejar, em tese, inelegibilidade. Os fatos postos não possuem aptidão para caracterizar, ainda que abstratamente, inelegibilidade. Alguns deles parecem se amoldar a, talvez, improbidade administrativa, não sendo essa via a adequada à pretensão do impugnante.



Nessa acepção, diante da ausência da legitimidade e do interesse no ajuizamento da demanda, acolho a preliminar e extingo o processo sem resolução do mérito, com fundamento **nos arts. 316 c/c 485, incisos I e VI, do CPC.**

Ação de impugnação proposta por José Marcos Ribeiro da Fonseca (ID 58365 e ID 54975)

O impugnante sustenta a inelegibilidade da candidata em razão de sua condenação pelo Senado Federal por crime de responsabilidade, que teve como fundamento a rejeição de suas contas nos anos de 2014 e 2015. Aduz que a perda do cargo tem como consequência, a inabilitação para o exercício de funções públicas.

O impugnante não demonstrou ser candidato, sendo certo que o art. 38 da Resolução 23548/2015 elenca os legitimados para o ajuizamento da ação de impugnação que são: os partidos, coligações, candidato e o Ministério Público Eleitoral.

Dessa forma, considerando a falta de legitimidade do impugnante, conheço da matéria como notícia de inelegibilidade.

Mérito

As demais impugnações (IDs 58668, 48422, 47918, 47041) e as notícias de inelegibilidade (IDs 59704, 58365, 54975, 54385, 52940, 48261, 46826), serão analisadas em conjunto e em um só voto.

As impugnações e notícias de inelegibilidade pautam-se, centralmente, na questão seguinte: a condenação da ex-Presidenta por crime de responsabilidade pelo Senado Federal, fato que, sustentam, ensejaria a inelegibilidade das alíneas “c”, “d”, “e”, “g”, “l”, “o” do inciso I do art. 1º da LC 64/90, além da ausência de domicílio eleitoral.

A candidata foi condenada por crime de responsabilidade pelo Senado Federal, em sessão de julgamento do dia 31/08/2016, tendo sido imposta a penalidade de perda do cargo (ID 47115).

De início, as inelegibilidades, para fins de registro, devem se apresentar presentes no momento da apreciação do pedido de registro, sendo vedado à Justiça Eleitoral analisar o acerto ou desacerto das decisões tomadas em vias próprias. Neste sentido é a Súmula 41 do c. TSE: *“Não cabe à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros Órgãos do Judiciário ou dos Tribunais de Contas que configurem causa de inelegibilidade”.*



Nessa acepção, o processamento e julgamento por crime de responsabilidade supostamente praticado por um Presidente da República não é de competência do Poder Judiciário, cabendo ao Senado Federal tal mister, à luz do art. 86 da CF, que dispõe: “Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.”

Assim, impossível ao Poder Judiciário rever o mérito da decisão do Senado Federal que condenou a candidata, pena de usurpar a competência do Poder Legislativo, que é o juiz constitucional da matéria, opção do legislador constituinte até mesmo em razão da natureza eminentemente política da decisão.

Frise-se que a própria candidata impetrou Mandado de Segurança 34.371/DF, requerendo fosse o ato coator anulado para invalidar a decisão do Senado Federal, a declaração, *incidenter tantum*, de não recepção do art. 10, item 4 e do art. 11 da Lei 1079/1950 e realização de novo julgamento, afastada a mencionada Lei 1079/1950. Naquela ocasião, a liminar foi indeferida com os argumentos seguintes (MS 34.371/DF, 08/09/2016 – Relator: Min. Teori Zavascki):

“Considerada a natureza da presente demanda, cuja pretensão final é de anular julgamento de processo de impeachment de Presidente da República, de competência constitucional do Senado Federal, há, quanto ao exame do primeiro requisito, um importante limitador à intervenção jurisdicional, já apontado em decisão por mim proferida no MS 34.193 (DJe de 13/5/16), em que se impugnava a autorização dada pela Câmara dos Deputados para abertura desse mesmo processo:

“2. Há duas circunstâncias que impõem limites ao âmbito da cognição judicial no presente mandado de segurança: o tipo do procedimento e a natureza da demanda nele promovida. Quanto à primeira (tipo do procedimento), tem-se aqui ação de rito especial

e sumaríssimo que visa a tutelar “direito líquido e certo” violado ou ameaçado por ato de autoridade. Certeza, como se sabe, é predicado relacionado aos fatos da causa, sobre os quais não pode pairar dúvida e, portanto, não de estar certificados nos autos com prova pre-constituída, inadmitida a dilação de outro meio probatório. É também cláusula típica do mandado de segurança o prazo decadencial de 120 dias (art. 23 da Lei 12.016/09), ao cabo do qual os eventuais atos lesivos já não mais poderão ser atacados por essa via processual.

A segunda circunstância que limita o controle jurisdicional é a natureza da demanda. Submete-se a exame do Supremo Tribunal Federal questão relacionada a processo por crime de responsabilidade da Presidente da República (impeachment), que, como se sabe, não é da competência do Poder Judiciário, mas do



Poder Legislativo (art. 86 da CF). Sendo assim, não há base constitucional para qualquer intervenção do Poder Judiciário que, direta ou indiretamente, importe juízo de mérito sobre a ocorrência ou não dos fatos ou sobre a procedência ou não da acusação. O juiz constitucional dessa matéria é o Senado Federal, que, previamente autorizado pela Câmara dos Deputados, assume o papel de tribunal de instância definitiva, cuja decisão de mérito é insuscetível de reexame, mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Admitir-se a possibilidade de controle judicial do mérito da deliberação do Legislativo pelo Poder Judiciário significaria transformar em letra morta o art. 86 da Constituição Federal, que atribui, não ao Supremo, mas ao Senado Federal, autorizado pela Câmara dos Deputados, a competência para julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade. Por isso mesmo, é preciso compreender também que o julgamento, em tais casos, é feito por juízes investidos da condição de políticos, que produzem, nessa condição, votos imantados por visões de natureza política, que, conseqüentemente, podem eventualmente estar inspirados em valores ou motivações diferentes dos que seriam adotados por membros do Poder Judiciário.”

Destaco que se encontra em aberto a discussão sobre a possibilidade do Poder Judiciário, estritamente no que se refere à legalidade, rever as conseqüências impostas à requerente, pelo Senado Federal, na ocasião do julgamento do *impeachment*.

Contudo, aludida competência é do Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, havendo trâmite próprio para tanto. Não se demonstrou nos autos haver qualquer decisão do STF declarando a nulidade da decisão do Senado Federal, razão pela qual **esta prevalece**.

Neste contexto, não poderia este Tribunal Regional Eleitoral, em sede de registro de candidatura, rever a decisão do Senado Federal que não impôs à requerente a inabilitação temporária para o exercício de função pública, ficando afastada a inelegibilidade pretendida por tais argumentos.

O art. 1º, inciso I, alínea “c” da Lei Complementar 64/90, dispõe:

“Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos



por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;”

Quanto à suposta inelegibilidade da candidata em razão da semelhança do caso com o fato descrito no art. 1º, inciso I, alínea ‘c’, cumpre dizer que se trata de norma restritiva de direitos, não sendo possível uma interpretação extensiva para nela inserir a condenação da impugnada. Saliente-se que a interpretação extensiva exige a existência da norma, contudo, com deficiência de linguagem, impondo interpretação pelo operador do Direito, o que não é o caso em exame. A norma é clara ao dispor que a penalidade nela imposta é válida apenas para os ocupantes dos cargos de Governador e Vice-Governador e de Prefeito e Vice-Prefeito, não sendo o caso de ampliação de seu conteúdo, porquanto ausentes palavras vagas, equívocas, dúbias e porque a norma é restritiva de direitos, devendo ser interpretada restritivamente. O mesmo raciocínio deve ser realizado para a hipótese da alínea “b”, que trata da inelegibilidade em decorrência da perda do mandato de membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Saliente-se que a candidata foi condenada pelo Senado Federal pelo crime previsto no art. 10 e no art. 11, ambos da Lei 1079/50, sendo certo que essa lei estabelece as penalidades para os crimes de responsabilidade nela insertos:

“Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.”

Vê-se que os crimes contidos na Lei 1079/50, não obstante a nomenclatura, não são infrações penais comuns, tratando-se de ilícitos político-administrativos com penalidades distintas daquelas impostas às condutas típicas pelo Direito Penal. Tanto foi essa a vontade do legislador de impor tal natureza ao crime de responsabilidade que o art. 3º prevê a possibilidade de o acusado responder a processo por crime comum:

“Art. 3º A imposição da pena referida no artigo anterior não exclui o processo e julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária, nos termos das leis de processo penal.”



Assim, não há como pretender a subsunção do fato em análise ao previsto na alínea “e”, inciso I, item 1, da LC 64/90, que estabelece a inelegibilidade para os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes listados em uma sequência de 1 a 10.

Não se trata, enfim, de condenação por crime e sim em razão de infração político-administrativa.

A LC 64/90 dispõe na alínea “g” do inciso I do art. 1º que são inelegíveis: “os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;”

A configuração da inelegibilidade prevista na alínea “g” exige, dentre outros pressupostos cumulativos, a rejeição das contas pelo órgão competente. No entanto, não há nos autos notícia de rejeição das contas pelo Congresso Nacional, órgão competente para o seu julgamento, à luz do art. 71, inciso I c/c art. 49, IX da CF. Ao revés, encontra-se certificado no ID 62220 que não consta decisão do Congresso Nacional no julgamento das contas da candidata. A lei é imperiosa ao exigir que a desaprovação das contas tenha ocorrido por decisão irrecorrível do órgão competente, requisitos que não se revelam presentes na hipótese.

Registre-se, ainda, que o caso em questão não guarda nenhuma semelhança com a previsão contida na alínea “l” do inciso I do art. 1º da LC 64/90, que assevera ser inelegíveis “os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;”.

Não houve condenação à suspensão dos direitos políticos, e, sim, à perda do cargo, o que já afasta a aplicação da norma. Entender de forma distinta seria substituir a decisão do Senado Federal por decisão do Poder Judiciário, que não possui competência para julgar crime de responsabilidade envolvendo o Presidente da República.

Também não há semelhança entre o caso posto e a conduta descrita na alínea “o” do inciso I do art. 1º da LC 64/90. A inelegibilidade consignada nessa alínea alcança servidores públicos demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial. Conquanto a Lei 8112/90, em seu art. 2º, conceitue servidor como toda pessoa legalmente investida em cargo público, o termo servidor público constante da alínea “o” do inciso I do art. 1º da LC 64/90,



deve ser tomado em seu sentido estrito, não alcançando agentes políticos. A candidata foi condenada por crime de responsabilidade na condição de agente político, conceito que está associado à idéia de governo e de função política.

Igualmente, em relação à inelegibilidade do art. 1º, inciso I, alínea “d”, a condenação do Senado Federal não se enquadra na hipótese, visto que a decisão definitiva exigida na norma tem que ser prolatada por órgão colegiado, entendendo-se por este, órgão judicial. O Senado Federal é órgão pertencente ao Poder Legislativo, sendo certo que mesmo investido na função de julgar crime de responsabilidade cometido por Presidente da República, não perde essa condição. O julgamento pelo Senado Federal é político, assim como é este órgão.

Cumprе registrar que a analogia, método de interpretação jurídica, para ser aplicada ao caso concreto, deve guardar semelhanças essenciais e fundamentais com a previsão contida na lei, além de apresentarem os mesmos motivos. Não há qualquer ponto de semelhança entre a condenação da impugnada pelo Senado Federal por crime de responsabilidade com as hipóteses de inelegibilidade asseveradas nos autos.

A alegação de que a candidata não possui domicílio eleitoral não se sustenta. Primeiro, porque na via própria não se impugnou seu pedido de transferência de inscrição eleitoral, tendo sido deferido o requerimento. Segundo, porque o direito eleitoral possui o conceito de domicílio eleitoral mais elástico que o apresentado pelo direito civil. Nessa acepção, considera-se domicílio eleitoral qualquer lugar em que o cidadão possua vínculo, que pode ser familiar, econômico, social ou político. Assim, o fato de a impugnada ter nascido em no estado de Minas Gerais, como é de conhecimento público e notório, já lhe garante o vínculo exigido.

Com essas considerações, julgo improcedentes as ações de impugnações e as notícias de inelegibilidade e preenchidas as condições de elegibilidade, DEFIRO o pedido.

É o voto.

VOTO DIVERGENTE NO MÉRITO

O JUIZ ANTÔNIO AUGUSTO MESQUITA FONTE BOA – Inicialmente, assim como entendeu o Eminentе Relator, rejeito as questões preliminares suscitadas, na esteira de seu entendimento. Contudo, guardo posição divergente quanto ao mérito.

Antes, porém, de adentrarmos ao mérito da discussão travada na presente impugnação ao registro de candidatura da Impugnada, entendo importante fazer uma análise constitucional do *impeachment* e seu regramento normativo no



caso em tela. Afinal, não se encontra na jurisprudência precedente em que Presidente da República, condenado em processo dessa natureza, tenha pleiteado registro de candidatura na eleição subsequente à perda do cargo.

Como é cediço, notório e curial, o processo de *impeachment* se impõe quando determinadas autoridades praticam, por exemplo e no caso em específico como se verificou aqui, **crime de responsabilidade**. Trata-se de situação das mais graves e relevantes, na qual a autoridade que comete a infração capitulada sofre a perda do cargo, bem como a ela são impostas outras consequências tais como, por exemplo, **a inabilitação para o exercício de função pública por determinado tempo**.

A sanção prevista é disciplinada no art. 52, parágrafo único da Constituição Federal, que assim determina:

“Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, **limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública**, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.”

Note-se que **o crime de responsabilidade representa, em verdade, uma infração político-administrativa**, sendo importante citar algumas hipóteses regradas pelo artigo 85 da Constituição, assim como pelo artigo 4º da Lei nº 1079/50. São exemplos, o caso de o Presidente da República atentar contra a Constituição, contra o exercício dos direitos, contra a probidade na administração, ou quanto ao cumprimento de leis e decisões judiciais.

Assim, conforme determina o artigo 86 da nossa Carta Magna, admitida a acusação, para que um presidente seja condenado e sofra a sanção mencionada, é necessária uma votação por 2/3 dos Senadores, como, aliás, ocorreu no caso dos autos com a Impugnada, sendo que quando da votação foram registrados 61 (sessenta e um) votos a favor do impeachment, *20 (vinte) votos contrários e nenhuma abstenção*.

Pois bem, como consta do Relatório da Sentença proferida pelo Senado Federal no processo de *Impeachment* da Impugnada, verifica-se que *“a Presidência da Câmara dos Deputados recebeu e autuou a Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) nº 1, de 2015, oferecida por Miguel Reale Júnior, Hélio Pereira Bicudo e Janaína Conceição Paschoal, subscrita pelo Advogado Flávio Henrique Costa Pereira – tal como autoriza artigo 14 da Lei nº 1079/50 -, contra a Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff, atribuindo-lhe a prática, em tese, dos crimes de responsabilidade tipificados no art 85, V, VI e VII, da Constituição Federal, e art. 4, V e VI, art. 9, itens 3 e 7, art. 10, itens 6 a 9 e art. 11, item 3, todos da Lei 1.0791/1950.”*



A Comissão Especial, a quem competia apresentar parecer sobre a matéria opinou pela *"admissibilidade da acusação e a conseqüente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo de crime de responsabilidade"* e o Plenário da Câmara dos Deputados *"autorizou a abertura de processo contra a Presidente da República, por crime de responsabilidade"* e o fez *"em virtude da abertura de créditos suplementares por Decreto Presidencial, sem a autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, IV e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, ar. 10, item 4 e art. 11, item 2), e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, ar. 11, item 3)"*.

Consta também do Relatório já citado que *"no dia 12 de maio, a acusada foi citada, suspensa de suas funções - por força do que dispõe o art. 86, § 10, II, da Constituição Federal (CF) - e o processo formalmente instaurado"*, sendo que o Eminentíssimo Ministro Ricardo Lewandowski assumiu como presidente do processo, nos exatos termos do que dispõe o art. 52, parágrafo único, da Constituição Federal. Em sessão plenária, se aprovou o parecer e foi a Impugnada pronunciada pela prática dos crimes de responsabilidade a ela imputados.

A Impugnada apresentou defesa refutando as imputações, sendo apreciadas as questões de ordem suscitadas, colhidos depoimentos e, após o pronunciamento da Impugnada, foi realizado o seu interrogatório. Finda essa fase foram instaurados os debates orais, bem como feita a discussão da matéria pelos Senadores, se encerrando então o Relatório do caso daqueles autos.

Pois bem, feitos os esclarecimentos acima, cumpre-nos ressaltar que consta ainda da sentença proferida no aludido Processo, **que a Impugnada como Presidente da República cometeu os crimes de responsabilidade** em virtude da tomada de empréstimos junto à instituição financeira controlada pela União, bem como pela abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional, uma vez que *"a tomada de empréstimos vedados de instituições financeiras públicas, sem a respectiva contabilização (...) impossibilitou que a população tivesse exata dimensão da real situação econômica e financeira do país"* (v. fl. 1 do Libelo Acusatório), se ressaltando, ainda, que *"o Banco Central e o Tesouro Nacional não contabilizavam os débitos"*, enquanto *"as instituições financeiras lançavam os créditos, deixando evidente a relação de mútuo havia e a vontade deliberada do Governo Central de Esconder os fatos"* (fls. 5 e 6 do Libelo Acusatório).

À Impugnada foram garantidos o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, que foram pela mesma exercidos.

Pois bem, em face das circunstâncias apontadas e outras que me abstenho de transcrever, haja vista que a controvérsia aqui é sobre a aplicação da inabilitação para o exercício de cargo público ou inelegibilidade da Impugnada, importa destacar que na parte dispositiva da decisão proferida pelo Senado Federal, assim se entendeu:



“a Senhora Presidente da República DILMA VANA ROUSSEFF cometeu os crimes de responsabilidades consistentes em contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional previstos nos art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, bem como no art. 10, itens 4, 6 e 7, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, por 61 votos, havendo sido registrados 20 votos contrários e nenhuma abstenção, ficando assim a acusada condenada à perda do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil.”

Então o crime de responsabilidade autorizador do *impeachment*, na forma da legislação aplicável a espécie citada acima foi constatado e foi a Impugnada condenada a perda do cargo de Presidente da República. A discussão que se evidencia é que, na mesma decisão, logo a confirmação do crime de responsabilidade e cassação do mandato, dela constou ainda que:

“Em votação subsequente, o Senado Federal decidiu afastar a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, em virtude de não se haver obtido nesta votação 2/3 dos votos constitucionalmente previstos, tendo verificado 42 votos favoráveis à aplicação da pena, 36 contrários e três abstenções”.

Delimitados os fatos, cumpre-nos estabelecer se a referida decisão teria cumprido a imposição legal contida na norma objetiva e se teria o Senado, ainda que como órgão judiciário no caso em tela, poderes afastar a pena de inabilitação para o exercício de cargo público da impugnada em virtude não haver sido obtido 2/3 dos votos constitucionalmente previstos.

Entendo, com a devida vênia, acato e respeito daqueles que entendem em sentido contrário, que **a colocação em votação em momento “subsequente” para apreciar a aplicação da inabilitação extrapola os limites e os contornos fixados pelo Legislador Constitucional**, sendo ao meu juízo e em que pese o brilho e cultura do Eminentíssimo Ministro Presidente Ricardo Lewandowski, **forma anômala e estranha ao processo de impeachment face ao que se encontra previsto na Constituição**.

Foi adotada interpretação equivocada, ao meu juízo, no sentido de que a votação do processo poderia ser separada ou em destaques. Entretanto, não se separa o que é inseparável, **ainda mais quando a Constituição prevê a inabilitação como consequência da perda do cargo**, conforme se vê no art. 52, parágrafo único, cuja redação, pedimos vênia mais uma vez para transcrever, “verbis”:

“Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, **limitando-se a**



condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.” (grifo nosso)

A sanção de inabilitação para o exercício de função pública, nele inserido o exercício de mandato político é acessória e não pode ser dissociada, com a devida vênua. Trata-se de decisão de **conteúdo e efeito acessório**, conforme nos ensina o mestre José Afonso da Silva, em sua obra Comentário Contextual à Constituição, 3ª edição, Editora Del Rey, pag. 494.

Em sua obra, acentua o Ilustre Professor que:

“A regra, como se vê , declara que a decisão do Senado se limita à decretação da perda do cargo (a decisão decreta o impeachment), com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública. **A ideia subjacente era a de que ‘com inabilitação’, importava uma consequência advinda da decretação da perda do cargo.** Mas o Senado Federal, no caso Collor de Mello, deu outra interpretação ao texto, de onde proveio a compreensão de que a renúncia ao cargo durante o processo de julgamento não implica sustação deste, porque ele deve prosseguir para confirmar a inabilitação pelo prazo indicado. Deu-se à perda do cargo pela renúncia o mesmo efeito da perda por decisão do juízo político. Note-se que **a inabilitação decorre necessariamente da pena da perda do cargo, pois o sistema atual não comporta apreciação quanto a saber se cabe ou não cabe inabilitação. ‘Com inabilitação’ é uma cláusula que significa decorrência necessária, não precisando ser expressamente estabelecida nem medida, pois o tempo também é prefixado pela própria Constituição.** No caso Collor de Mello, o Senado teve que se pronunciar precisamente, porque a renúncia se dava justamente no momento do julgamento, e cumpria verificar, à falta de precedentes, se o processo se encerrava ou se prosseguia o julgamento para concluir pela aplicação da pena de inabilitação para a função pública pelo prazo de oito anos. A decisão foi no sentido de que o julgamento prosseguia; e, prosseguindo, conclui, como não poderia deixar de ser diferente, pela inabilitação, considerando esta uma pena autônoma. **Contudo, não tem ela autonomia para, em se aplicando a pena de perda do cargo, deixar de aplica-la...**”.



O caso em discussão, ainda que se trate de *impeachment* tem contornos distintos do caso Collor de Mello, pois aqui não houve renúncia.

Não existe dúvida de interpretação, ao meu juízo.

Ressalte-se que a Constituição Americana, assim como a da Argentina têm redação diferentes da brasileira para os casos de impeachment. **Na nossa Constituição sua redação prevê a perda de mandato com inabilitação.** Na dos Estados Unidos, se entendeu que a punição pela aplicação do impeachment seria política, determinando a remoção do cargo e a possível ocupação de cargos de mesma natureza no futuro. Na da Argentina, embora se assemelhe a nossa Constituição, existe a controvérsia quanto a ser a inabilitação pena acessória, embora pela doutrina não se veja que as normas não têm caráter isolado no ordenamento Constitucional, sobre pena de perda, inclusive, da garantia jurídica ou do ordenamento Constitucional.

Feitas tais considerações, ao se fatiar o processo de impeachment discutido, com o afastamento **em tese** da inabilitação da Impugnada, entendo que ainda sim os efeitos da perda do mandato e da pena acessória não fugiriam à uma análise a ser feita nos termos do que estipula a Lei Complementar nº 64/1990, com a alteração levado a efeito pela redação da Lei Complementar nº 135/2010.

Com a devida vênia, acato e respeito ao entendimento contido no voto Relator e dos que pensem nesse sentido, as condições que impedem que Impugnada registre sua candidatura ou que seja ela autorizada, esbarram não só na Constituição, mas na legislação infraconstitucional e, especialmente, na Lei da Ficha Limpa já citada acima.

Não percamos de vista não ser a inelegibilidade pena. Como se extrai do julgamento das ADCs 29 e 30 e ADI 4578, é inadequação ao regime jurídico vigente em um determinado pleito, que deve ser igualmente aplicável a todos. Tendo sido a Impugnada condenada pelo crime de responsabilidade permanece ela inelegível, ao meu juízo, pelo prazo de 08 (oito) anos. O parágrafo único do artigo 52 da Constituição Federal compõe uma estrutura unitária e indivisível, de tal modo que, imposta a sanção consistente na destituição do presidente do cargo, a inabilitação por oito anos para o exercício de qualquer função pública ou eletiva que representa uma consequência natural da decisão.

No mesmo sentido a Lei 1.079/50, no seu artigo 2º, cuja transcrição é desnecessária.

Daniela Marocco Arcuri, em artigo publicado na revista *Ballot*, Rio de Janeiro, no ano de 2016, cria uma interessante visão sobre o conteúdo ético-moral da Lei Complementar nº. 135/2010, em consonância com a Constituição Federal, discorrendo da seguinte forma:

“O fundamento ético da inelegibilidade tornou-se mais explícito e enfático com a revisão constitucional de 2002, prevista pelo artigo 3º do Ato das



Disposições Constitucionais Transitórias, **quando o constituinte acresceu aos objetivos da inelegibilidade, por meio do § 9º do artigo 14 da Constituição Federal de 1988, um conteúdo moral no intuito de salvaguardar a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato.**

Em sua redação originária, o § 9º apenas previa o estabelecimento de inelegibilidades com o intuito de proteger “a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta”.

Com a revisão, e por vislumbrar a necessidade de se exigir, dos pretensos candidatos, uma conduta pregressa compatível com o exercício do mandato eletivo, o dispositivo ficou assim redigido, *verbis*:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (grifei)

Em verdade, buscou o legislador, conforme ponderou a Ministra Cármen Lúcia nos autos da Consulta nº 1147/DF[8] que, “no caso da inelegibilidade ou da elegibilidade, o que se busca é a proteção da sociedade, a garantia da liberdade do voto dirigido para aqueles que têm condições de representação dentro dos princípios acolhidos como valores da sociedade formalizados no sistema”.

E no intuito de proteger a sociedade, o legislador pontuou taxativamente diversos casos de inelegibilidade que, no seu entender, são aptos a impedir que detentores de conduta não ilibada exerçam um mandato eletivo.

Da leitura das novas hipóteses percebe-se que a índole dos ilícitos escolhidos pelo legislador, e assim considerados impedidores do exercício da capacidade passiva eleitoral, não abarcam temas apenas de ordem patrimonial, mas também aqueles referentes à dignidade da pessoa humana, à moral, à ética, à integridade do cidadão, ao meio ambiente.

Todo este contexto permite afirmar que a Lei Complementar nº 135/2010 optou por retirar da esfera do eleitor a opção de analisar o peso da vida pregressa dos candidatos para fins de elegê-los ou não. A valoração da vida pregressa dos candidatos, se boa ou ruim, passou a ser fixada,



primariamente, pelo legislador, a quem compete, nos termos da Lei, ponderar e decidir quais as condutas capazes de identificar o candidato moralmente incompatível para o exercício do mandato eletivo.

Desta maneira, é fora de dúvida que o fundamento ético-moral para o estabelecimento das novas hipóteses de inelegibilidade, nos termos em que determinado pelo § 9º do artigo 14 da Constituição Federal, inspira a promoção, sempre, da probidade administrativa e da moralidade no exercício dos mandatos eletivos, eis que obsta a eleição daquele cidadão que praticou condutas ofensivas ao conjunto de princípios éticos e morais que regem a conduta humana.

[...]

É também neste sentido a doutrina de Joel Cândido, ao consignar que, para uma pessoa concorrer a qualquer cargo eletivo, ela precisa possuir as condições de elegibilidade e que contra ela não incida as causas de inelegibilidade:

Não basta, para uma pessoa poder concorrer a qualquer cargo eletivo, que possua ela as condições de elegibilidade que foram examinadas. É mister, ainda, que não incida ela em nenhuma causa de inelegibilidade. Estas, ao contrário daquelas que figuram em lei ordinária, **só podem ser fixadas na própria Constituição Federal ou em lei complementar**, tão-somente. Constituem-se em restrições aos direitos políticos e à cidadania, já que por inelegibilidade entende-se a impossibilidade, temporária ou definitiva, de uma pessoa ser eleita para um ou mais cargos eletivos.”

Segue a ilustre tratadista, em outro momento:

“Para Hans Kelsen, mesmo que as normas determinem faculdades, delas decorrem necessariamente deveres jurídicos, ainda que por derivação. Isto porque, na sua concepção, o substrato essencial da norma repousa sempre em uma sanção.

Dessa maneira, sabendo-se que toda norma legal traz a própria sanção, é possível dizer que não existe norma desprovida de coerção, afinal, toda norma enseja respeito e obediência.

Miguel Reale pondera que todas as regras, quaisquer se seja sua natureza, se religiosas, morais, jurídicas, éticas e de etiqueta, foram formuladas para serem cumpridas, para serem executadas. Explica ele que:

“[...] se a obediência e o cumprimento são da essência da regra, é natural que todas elas se garantam, de uma forma ou de outra,



para que não fiquem no papel, como simples expectativas ou promessas. As formas de garantia do cumprimento das regras denominam-se “sanções”.

E as define (as sanções) como sendo *“todo e qualquer processo de garantia daquilo que se determina em uma regra”*.

Para Reale, as sanções apresentam tantas formas de garantia do cumprimento da norma quantas são as espécies dos distintos preceitos. Sobre a sanção garantidora da regra moral, esclarece:

“Quais são as sanções específicas da ordem moral? Em primeiro lugar, temos o remorso, o arrependimento, o amargo exame de consciência. O homem bem formado, que faltou a um ditame ético, encontra em si mesmo uma censura, uma força psíquica que o coloca na situação de réu diante de si próprio. É o exame de consciência uma forma imediata de sanção dos ditames morais. É a sanção do foro íntimo. Existe, porém, também uma sanção extrínseca ou externa que se reflete na sociedade, pelo mérito ou demérito que o indivíduo granjeia, em razão ou em função dos atos praticados. A sanção de natureza social tem força bem maior do que se supõe. Nós não vivemos apenas voltados para nós mesmos, mas também em função do meio, da sociedade em que agimos. O homem é como que Jano bifronte, com uma face voltada para si próprio e outra que se espelha no meio social. O homem não é uma coisa posta entre outras coisas, mas uma força que se integra em um sistema de forças, sem se desprender do todo. A sanção na Moral obedece a essa dimensão individual-social do homem, porquanto opera tanto no plano da consciência quanto no plano da chamada consciência coletiva. Há uma reação por parte da sociedade, quando o homem age de modo contrário à tábua de valores vigentes. É o que se denomina mérito ou demérito social, como formas de sanção das regras morais.

Diante deste contexto, considerando-se o teor das inelegibilidades trazidas pela nova lei complementar, **vê-se que o legislador, ao tirar da esfera do juízo do eleitor a liberdade para escolher, como seu representante, aquele que não tenha uma vida pregressa totalmente moral ou proba, o fez por considerar inapta a sanção pessoal (remorso), e eficaz aquela (sanção) social.**

Portanto, a depender da natureza da norma descumprida, as sanções serão morais, religiosas ou jurídicas, desde que sempre predeterminadas, nos termos do artigo 5º, XXXIX, da Constituição Federal, que prescreve não haver pena sem prévia cominação legal. Uma vez descumprido o preceito legal e desde que prevista na norma uma consequência para tal desmando, será imputada ao autor da conduta uma sanção



correspondente ao ato praticado. Nas palavras de Damásio de Jesus, a sanção “apresenta a característica de retribuição, de ameaça de um mal contra o autor de uma infração penal”.

[...]

As inelegibilidades, sejam elas constitucionais ou infraconstitucionais, primam pela manutenção da ética, pela probidade administrativa, e por uma disputa na qual os candidatos tenham conduta retilínea, sempre visando a ter representantes dignos, que trabalhem pelos cidadãos e por uma sociedade mais justa e igualitária. Foi neste intuito que o legislador, ao editar a lei complementar nos termos do § 9º do artigo 14º da Constituição Federal, entendeu por bem retirar da esfera de juízo do eleitor, a escolha de candidatos a quem tenham sido imputadas quaisquer das condutas causadoras de inelegibilidade, e criar critérios de avaliação da vida pregressa do candidato, a permitir a manutenção da moralidade no cumprimento do mandato.”

Pois bem, feitas todas essas considerações, emerge da interpretação da decisão proferida pelo Senado Federal que se tratou de uma decisão, com a devida vênia, acato e respeito, proferida em manifesta ofensa à Constituição e aos princípios insculpidos na mesma, extrapolando os limites e regramentos constitucionais previstos. E deixando de fazê-lo ou o fazendo desta forma, cometeu abuso, data máxima vênia, que ao meu juízo viola a Constituição, autorizando a apreciação do caso dos autos pela própria aplicação da Constituição no seu art. 52, parágrafo único, pelo que os seus atos estão sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário que diante das circunstâncias é instado a fazê-lo, mesmo porque o caso dos autos não foi analisado nas instâncias superiores, notadamente no que se refere às suas especificidades.

Com tais considerações concluo **que em função da condenação pelo Senado de Crime de Responsabilidade, se encontra a Impugnada inabilitada para concorrer a cargo público pelo prazo previsto no parágrafo único do artigo 52 da Constituição de 1988.**

ISTO POSTO, reiterando as vênias e eventuais entendimentos contrários, afasto as preliminares suscitadas e, no mérito, **JULGO PROCEDENTE AS IMPUGNAÇÕES E INDEFIRO O REGISTRO DE CANDIDATURA DA IMPUGNADA.**

Em arremate, quanto à execução da decisão, destaco que, após certa dúvida deixada no julgamento do RCAND 0600903-50.2018.6.00.0000, a decisão proferida pelo Ministro Jorge Mussi na AC 0601117-41.2018.6.00.0000, em 10/09/2018, bem esclarece que **“o art. 16-A da Lei 9.504/97 permite a prática de atos de campanha e a inclusão do nome na urna eletrônica enquanto o registro estiver *sub judice*, até o julgamento do recurso pela Corte Superior Eleitoral”**. Por tal motivo, deixo de determinar a exclusão do nome da Impugnada da urna.



É como voto.

VOTO CONVERGENTE

O JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA RIBEIRO – Trata-se, na espécie, de **IMPUGNAÇÕES DE REGISTRO DE CANDIDATURA** e de **NOTÍCIAS DE INELEGIBILIDADE** propostas pelo DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO NOVO (Id 47041/impugnação); LEONARDO VITOR DE OLIVEIRA (Id 47918/impugnação); MARIEL MARLEY MARRA (Id 48261/notícia); JOSÉ MARCOS RIBEIRO DA FONSECA (Id 54975/impugnação), BERNARDO BARTOLOMEO MOREIRA (Id 48422/ impugnação), DANIELLE DYTZ DA CUNHA (Id 52940/notícia); GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA (54385/notícia); MARCOS AURÉLIO PASCHOALIN (Id 57145/impugnação); RAIMUNDO BENONI FRANCO (Id 60767/impugnação); MAURO JORGE DA PAULA BOMFIM (Id 58668 /impugnação); ALVAIR JOSÉ PEDRO (Id 59704/impugnação); JOSÉ EDUARDO VIEIRA MORAIS (Id 59704/impugnação); e RAPHAEL TAVARES PINTO (Id 60766/impugnação), em desfavor de DILMA VANA ROUSSEF, candidata ao cargo de Senador, nas eleições de 2018, pelo Estado de Minas Gerais.

Argumenta-se, numa análise do conjunto das questões deduzidas, que, em decorrência do impeachment por ela sofrido, a impugnada tornou-se inelegível, pela prática do crime de responsabilidade contra a Administração Pública, circunstância que a impediria de se candidatar, mesmo tendo os direitos políticos assegurados por ocasião do impedimento, ao fundamento de que a decisão do Senado Federal que deixou de aplicar à representada a norma constitucional prevista no art. 52, § único, da Carta da República, padece de flagrante inconstitucionalidade tendo em conta que a votação não poderia ter sofrido desdobramento quanto à sanção aplicável.

Ainda, há a alegação de que, no caso, incidiria a LC nº 64/90, da seguinte forma: **a)** analogicamente, no caso do art. 1º, I, *c*; **b)** condenação por crime de responsabilidade transitada em julgado (art. 1º, I, *e*, item 1); **c)** rejeição das contas de gestão pelo TCU, referentes ao exercício financeiro de 2014 e 2015 (art. 1º, I, *e*, 1); **d)** analogia do impeachment com a demissão do serviço público (art. 1º, I, *o*).

Por fim, afirma-se que a transferência eleitoral da impugnada para Belo Horizonte/MG, em 06/04/2018, deu-se de forma ilegal, tendo em vista que a sua residência é, há muito, na cidade de Porto Alegre/RS.

O i. Relator julga **improcedentes** as impugnações, para **deferir** o registro da candidata.



VOTO.

1 - PEDIDO DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.

Compulsando os autos, vejo que a defesa da impugnada, em diversos momentos, pleiteia dilação probatória, com a finalidade principal de que sejam ouvidas testemunhas e realizada perícia contábil e orçamentária nas contas de governo da ex-Presidente da República.

A questão é exclusivamente de direito, e se assenta principalmente em fatos que, sendo objeto do processo de *impeachment* que levou a candidata à perda do cargo de Presidente da República, em 2016, encontram-se fartamente documentados nos autos. Ademais, a situação reclama um provimento célere por parte desta Especializada, por se tratar de registro de candidatura para as eleições que se avizinham.

Assim, a dilação probatória requerida pela defesa da impugnada mostra-se desnecessária ao enfrentamento das questões deduzidas, estando o feito pronto para imediato julgamento, sem que isso represente qualquer prejuízo à defesa técnica da impugnada/noticiada.

Assim, indefiro o pedido de dilação probatória.

2 – PRELIMINARES SUSCITADAS PELA IMPUGNADA.

Em relação às preliminares suscitadas pela defesa da impugnada, adiro ao fundamento do Relator quanto às conclusões apresentadas em seu judicioso voto.

3 – MÉRITO

Quanto ao mérito, após analisar os autos, apresento as seguintes considerações, cuja conclusão é, no mesmo sentido do i. Relator, pelo deferimento do pedido de registro de candidatura.

Inicialmente, consigno que, em relação ao aspecto formal, a candidata juntou aos autos todos os documentos exigidos pela Lei nº 9.504/1997 e pela Res. TSE nº 23.548/2017.

Passo às alegações contidas nas peças de impugnações e nas notícias de inelegibilidade.



3.1 – INCIDÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/90: APLICAÇÃO ANALAGÓGICA DO ART. 1º, I, c; CONDENAÇÃO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE (ART. 1º, I, e, 1); DESAPROVAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO PELO TCU (ART. 1º, I, g); ANALOGIA COM DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ART. 1º, I, o).

Do conjunto das impugnações e notícias de inelegibilidade acostadas aos autos, depreende-se a pretensão da aplicação da LC nº 64/90, para que seja declarada a inelegibilidade da candidata, assentada, em suma, nas seguintes circunstâncias: **a)** aplicação analógica do art. 1º, I, c, que prevê a inelegibilidade do Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos; **b)** aplicação do art. 1º, I, e, 1, que prevê inelegibilidade para os forem condenados pela prática delitos contra a contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; **c)** incidência do art. 1º, I, g, em razão rejeição de contas de governo, referentes aos anos de 2014 e 2015, pelo TCU; **d)** incidência do art. 1º, I, o, que diz serem inelegíveis os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.

Primeiramente, gostaria de trazer à tona uma breve discussão relativa à natureza restritiva das normas que prevêem as causas de inelegibilidade, porque entendo que é esse o cerne do impedimento a que a Justiça Eleitoral possa adotar as teses sustentadas nas peças impugnatórias como fundamento de eventual decisão de procedência da AIRC e, conseqüentemente, de indeferimento do registro de candidatura, relativamente ao ponto em apreciação.

Muito embora já seja pacífico o entendimento de que, diferentemente da inelegibilidade cominada pelo art. 22 do mesmo diploma legal, as previstas no art. 1º da LC nº 64/90 não possuem a natureza de sanção, sendo uma mera inadequação do pretense candidato ao regime jurídico, constitucional e infraconstitucional, que informa o processo eleitoral, como bem assentado pelo e. STF na ADCs nº 29/DF e 30/DF, bem como na ADI nº 4.578/AC, não há dúvida de que representam restrição ao patrimônio jurídico do cidadão, afetando, assim, o seu direito público subjetivo de ser votado (*ius honorum*).

A possibilidade da efetiva participação do cidadão na gestão da coisa pública é inerente à República, não sendo por outra razão que, no seu art. 1º, *Caput*, a Constituição de 1988 elenca a cidadania e o pluralismo político, dentre outros, como fundamentos do Estado brasileiro, ao tempo em que declara, no parágrafo único do referido artigo, que *“todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (...)”*. Desse modo, a declaração de inelegibilidade representa, inequivocamente, restrição ao exercício da cidadania, enquanto durarem os seus efeitos.



É por essa razão que a Lei das Inelegibilidades deve ser interpretada restritivamente, de modo que não é adequada qualquer atividade hermenêutica que promova a extensão das suas normas às situações que o legislador não descreveu expressamente, nem válido o provimento judicial que se assenta nessa circunstância. Ou seja, tratando-se de norma restritiva, é descabida a pretendida aplicação analógica que permeia todas as alegações analisadas nesse ponto do voto.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2016. RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. PREFEITO. DEFERIMENTO. ALÍNEA G, I, ART. 1º, DA LC Nº 64/90. CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1995. REJEIÇÃO. DECRETO LEGISLATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA. IMPROCEDÊNCIA. TRÂNSITO EM JULGADO. INELEGIBILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA. DESPROVIMENTO.

(...)

2. Por se tratar de norma restritiva de direitos, as regras alusivas às causas de inelegibilidade devem ser interpretadas estritamente, de modo a não alcançar situações não contempladas na lei e acabar por cercear o direito fundamental à elegibilidade, especialmente quando se exige criativa interpretação a fim de se alcançar um terceiro regime de contagem de prazo.

(...)

(Recurso Especial Eleitoral nº 20003, Acórdão de 17/11/2016, Relator(a) Min. LUCIANA CHRISTINA GUIMARÃES LÓSSIO, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 17/11/2016)

Somente quando aplicado nos exatos limites legais é que o instituto da inelegibilidade cumpre, de forma legítima, a sua função de, nos termos do art. 14, §9º, da CRFB/1988, *“proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta”*. Fora desse quadro, configura-se ilegal restrição à capacidade eleitoral passiva do indivíduo, prerrogativa que, inserida no contexto dos direitos políticos, é norma constitucional de caráter fundamental.

No caso dos autos, há a intenção de se aplicar diversas causas de inelegibilidade a partir de uma interpretação da LC nº 64/90 que não merece guarida, conforme passo a expor.

No que se refere à inelegibilidade descrita na alínea c, do inciso I, do art. 1º, a dicção da norma é clara: a inelegibilidade em tela não alcança o



Presidente da República; restringe-se aos cargos que descreve, quais sejam, Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, e, apenas, nas hipóteses de afronta à Constituição Estadual ou à Lei Orgânica do Distrito Federal ou do Município.

Portanto, incabível a aplicação da referida alínea ao caso da candidata impugnada, notadamente porque, como já dito, é vedada a analogia em matéria de inelegibilidades. Como é de amplo conhecimento, o cargo da qual Dilma Rousseff foi afastada em 2016 é o de Presidente República, em razão da procedência de denúncia pela prática de crime de responsabilidade, por ofensa ao art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, art. 10, itens 4, 6 e 7, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, nos termos da Resolução nº 35, de 2016, do Senado.

Quanto à questão da aplicação do art. 1º, I, e, item 1, que prevê inelegibilidade para os forem condenados pela prática de delitos contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público, também não é possível o enquadramento da condenação sofrida pela candidata.

Cogita-se, nesse ponto, que o crime de responsabilidade no qual foi condenada a ex-Presidente da República, ora candidata a Senadora pelo Estado de Minas Gerais, deu-se em ofensa à administração pública, o que atrairia, por consequência, a incidência da inelegibilidade que, em regra, destina-se à condenação pelos ilícitos de natureza criminal.

Há, nesse ponto, equívoco na pretensão dos impugnantes, que desconsideram a natureza dos crimes de responsabilidade. Esses ilícitos, nos termos da Lei nº 1.079/1950, apesar de receberem a nomenclatura de “crime”, encerram, em verdade, infrações de natureza político-administrativas. Há, sem dúvida, uma distinção ontológica em relação aos crimes que, de fato, ensejam a inelegibilidade da alínea “e”, por força do art. 1º, do Decreto-Lei nº 3.914, de 09 de dezembro de 1941, Lei de introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais (decreto-lei n. 3.688, de 3 outubro de 1941), que assim dispõe:

Art 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Desse modo, considerando as penas decorrentes dos chamados crimes de responsabilidade, dentre as quais não se incluem a restritiva de liberdade, seja reclusão ou detenção, vê-se que não se aplicam ao caso as regras do processo criminal e as consequências decorrentes. Tanto é assim que, nos termos do art. 3º, da referida Lei nº 1.079/1950, *“a imposição da pena referida no artigo anterior não*



exclui o processo e julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária, nos termos das leis de processo penal". A inelegibilidade do art. 1º, I, e, item 1, portanto, não se amolda ao caso dos autos.

Relativamente à alegação da incidência do art. 1º, I, g, pela qual se sustenta a inelegibilidade da impugnada em razão de rejeição de contas de governo, referentes aos anos de 2014 e 2015, pelo TCU, a questão, a meu ver, esbarra na discussão acerca da competência para apreciação das contas de gestão do Presidente da República.

Desse modo, é simples, a meu sentir a questão. O parecer pela rejeição das contas pelo Tribunal de Contas União não atrai a incidência da inelegibilidade da citada alínea "g", assim prevista em lei:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

(...)

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e **por decisão irrecorrível do órgão competente**, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no **inciso II do art. 71 da Constituição Federal**, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; (Grifei)

Tem-se, no caso, que a competência para apreciação das contas do Presidente da República é exclusiva do Congresso Nacional, nos termos expressos do art. 49, IX, da CRFB/1988. Ao Tribunal de Contas da União, enquanto órgão auxiliar do Poder Legislativo, no exercício do controle externo, cabe, apenas, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Executivo, mediante parecer prévio, nos termos art. 71, I, também da Carta maior.

Desse modo, o parecer do TCU, apontando falhas na gestão dos recursos públicos pelo Poder Executivo, quando se trata de contas de governo do Presidente da República, não tem, por si só, o condão de atrair a incidência da alínea "g", uma vez que, vale repisar, o órgão competente a que se refere a LC nº 64/90 é o Congresso Nacional, sendo, portanto, o julgamento realizado pelo



parlamento que, de fato, aprova ou rejeita as contas, o que não aconteceu no caso em comendo, no que refere aos exercícios financeiros de 2014 e 2015.

Por fim, **no que tange à incidência do art. 1º, I, o**, que diz serem inelegíveis os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário, mais uma vez se busca a declaração de inelegibilidade por meio de interpretação analógica do dispositivo legal de caráter restritivo.

A demissão do serviço público é sanção prevista na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos serviços públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diferente do cargo de agente público ocupado pelo impugnado, do qual foi afastada mediante processo de *impeachment*, em razão de crime de responsabilidade, a demissão atinge servidores públicos submetidos ao regime jurídico descrito pela referida lei federal, quando a conduta do servidor se amolda a, pelo menos, uma das hipóteses do seu art. 132.

Não há como interpretar extensivamente o sentido legal do instituto da demissão no âmbito do serviço público, com o fim de equipará-lo ao afastamento do cargo público decorrente do processo de *impeachment*, sofrido pelo impugnado em razão do exercício do cargo de Presidente da República, porque esse não é o alcance da alínea.

Dessa forma, em suma, não há como, *in casu*, declarar a inelegibilidade da impugnada, com fulcro no art. 1º, I, c; art. 1º, I, e, item 1; art. 1º, I, g; e art. 1º, I, g, todos da LC nº 64/90, com base nos fatos que compõem as impugnações e notícias de inelegibilidade em apreço.

3.2 – ILEGALIDADE DA TRANSRÊNCIA DO DOMICÍLIO ELEITORAL PARA BELO HORIZONTE/MG. AUSÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL.

A alegação é de que a candidata, no ato de transferência do seu domicílio eleitoral para Belo Horizonte/MG, que ocorreu em 06/04/2018, não teria comprovado o requisito de residência mínima de três meses nesta urbe, a teor do que dispõe o art. 55, III, do Código Eleitoral. Cito:

Art. 55. Em caso de mudança de domicílio, cabe ao eleitor requerer ao juiz do novo domicílio sua transferência, juntando o título anterior.

§ 1º A transferência só será admitida satisfeitas as seguintes exigências:

I – entrada do requerimento no cartório eleitoral do novo domicílio *até 100 (cem) dias* antes da data da eleição;

II – transcorrência de pelo menos 1 (um) ano da *inscrição primitiva*;



III – residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial ou provada por outros meios convincentes. (Grifei)

Ter domicílio eleitoral na circunscrição do pleito há pelo menos seis meses antes do dia das eleições é condição de elegibilidade, conforme se depreende da simples leitura do art. 14, §3º, III, da CRFB/1988, c/c o do art. 9º, da Lei nº 9.504/1997.

Ocorre que, há muito, a jurisprudência desta Especializada pacificou o entendimento de que o domicílio eleitoral não se confunde com o cível, sendo que a sua caracterização, por ser mais flexível, ocorre não apenas em função de residência fixa, mas também de vínculos políticos, familiares, patrimoniais e efetivos, dentre outros.

Trago à tona, nesse sentido, ementas de julgado do e. TSE:

ELEIÇÃO 2012. RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATO. DEFERIMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL. ABRANGÊNCIA. COMPROVAÇÃO. CONCEITO ELÁSTICO. DESNECESSIDADE DE RESIDÊNCIA PARA SE CONFIGURAR O VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. PROVIMENTO.

1) Na linha da jurisprudência do TSE, o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2) Recurso especial provido para deferir o registro de candidatura.

(Recurso Especial Eleitoral nº 37481, Acórdão de 18/02/2014, Relator(a) Min. MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO, Relator(a) designado(a) Min. JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 142, Data 04/08/2014, Página 28/29 RJTSE - Revista de jurisprudência do TSE, Volume 25, Tomo 3, Data 18/02/2014, Página 518) (Grifei)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL. CONCEITO ELÁSTICO. TRANSFERÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 55, § 1º, III, DO CÓDIGO ELEITORAL. NÃO PROVIMENTO.



(...)

2. O TSE já decidiu que o conceito de domicílio no Direito Eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e satisfaz-se com a demonstração de vínculo político, social ou afetivo. No caso, o agravado demonstrou vínculo familiar com o Município de Barra de Santana/PB, pois seu filho reside naquele município.

(...)

(Agravamento Regimental em Agravamento de Instrumento nº 7286, Acórdão de 05/02/2013, Relator(a) Min. FÁTIMA NANCY ANDRIGHI, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 050, Data 14/03/2013) (Grifei)

Também este e. Tribunal se alinha ao entendimento firmado pelo e. TSE, conforme se depreende de recente julgado de relatoria do Des. Pedro Bernardes de Oliveira, cuja ementa transcrevo:

Recurso eleitoral. Recadastramento biométrico. Requerimento indeferido. Cancelamento da inscrição eleitoral.

Demonstração de vínculo político com a localidade. O conceito de residência, atrelado ao de domicílio eleitoral, engloba outros vínculos com a localidade sem necessidade da morada exigida para o domicílio civil. Jurisprudência dominante do TSE. Precedentes. Recurso a que se dá provimento.

(RECURSO ELEITORAL nº 4688, Acórdão de 06/06/2018, Relator(a) PEDRO BERNARDES DE OLIVEIRA, Publicação: DJEMG - Diário de Justiça Eletrônico-TREMG, Data 22/06/2018) (Grifei)

No caso dos autos, é fato notório que a candidata, nascida nesta cidade de Belo Horizonte, aqui possui patrimônio e vínculos familiares, o que, na linha do entendimento jurisprudencial acima demonstrada, é suficiente para configurar o seu domicílio eleitoral.

Lado outro, na legislação vigente, há a previsão de procedimento próprio para a realização de impugnações às operações de transferência eleitoral requeridas à Justiça Eleitoral. É o que se extrai do art. 57, do Código Eleitoral:

Art. 57. O requerimento de transferência de domicílio eleitoral será imediatamente publicado na imprensa oficial na capital, e em cartório nas



demais localidades, podendo os interessados impugná-lo no prazo de dez dias.

§ 1º Certificado o cumprimento do disposto neste artigo, o pedido deverá ser desde logo decidido, devendo o despacho do juiz ser publicado pela mesma forma.

§ 2º Poderá recorrer para o Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido for deferido.

§ 3º Dentro de 5 (cinco) dias, o Tribunal Regional Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º Só será expedido o novo título decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos. (Grifei)

A questão encontra-se regulamentada pela Res. TSE nº 21.538/2003, que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros. Ao tratar da transferência, os §§4º e 5º, do art. 18, prevê que:

§ 4º Despachado o requerimento de transferência pelo juiz eleitoral e processado pelo cartório, o setor da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral responsável pelos serviços de processamento de dados enviará ao cartório eleitoral, que as colocará à disposição dos partidos políticos, relações de inscrições atualizadas no cadastro, com os respectivos endereços.

§ 5º Do despacho que indeferir o requerimento de transferência, caberá recurso interposto pelo eleitor no prazo de cinco dias e, **do que o deferir, poderá recorrer qualquer delegado de partido político no prazo de dez dias, contados da colocação da respectiva listagem à disposição dos partidos**, o que deverá ocorrer nos dias 1º e 15 de cada mês, ou no primeiro dia útil seguinte, ainda que tenham sido exibidas ao requerente antes dessas datas e mesmo que os partidos não as consultem (Lei nº 6.996/1982, *art. 8º*). (Grifei)



Assim, a meu ver, qualquer irregularidade no deferimento da transferência eleitoral deveria ter sido suscitada pelo interessado, em procedimento próprio, no prazo legal, o que não aconteceu, estando configurada a preclusão. Não cabe, por sua vez, em sede de registro de candidatura, aferir o acerto ou o desacerto do despacho judicial que deferiu o pedido de transferência eleitoral. Aqui, deve-se verificar, apenas, se a candidata ostenta todas as condições de elegibilidade, e, ao mesmo tempo, se há incidência de causas de inelegibilidade.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2008. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. OMISSÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA. NULIDADE RELATIVA A OUTRO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE.

(...)

3 - O objeto do presente recurso especial restringe-se à verificação das condições de elegibilidade do candidato na ocasião do pedido de registro de candidatura, de forma a concluir pelo seu deferimento ou não. **A análise da suposta nulidade ocorrida no processo de transferência de domicílio do candidato não pode ser decidida neste recurso.**

4 - Agravo regimental desprovido.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 34909, Acórdão de 18/12/2008, Relator(a) Min. FERNANDO GONÇALVES, Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 18/02/2009, Página 48) (Grifei)

Quanto a essa questão, portanto, as impugnações são improcedentes.

3.3 – INELEGIBILIDADE DECORRENTE DO *IMPEACHMENT*. ALEGADA INDISSOCIAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 52, § ÚNICO, DO CRFB/1988. INCONSTITUCIONALIDADE DA DECISÃO DO SENADO QUE DEIXOU APLICAR A INABILITAÇÃO DA CANDIDATA.

Impõe-se destacar, inicialmente, que, na verdade, objetiva os impugnantes/noticiantes, por intermédio da presente impugnação de registro de candidatura, que a Justiça Eleitoral anule decisão do Senado Federal, por intermédio da qual foi cindida em duas votações distintas a análise do pedido de perda do cargo com a inabilitação para o exercício de função pública, da ex-Presidente da República, na fase final do julgamento do processo de impedimento, ao argumento, em síntese, de que a preposição “com” prevista no art. 52, § único, da Carta da



República, indica adição, associação, simultaneidade, razão pela qual a impugnada deveria ter sido condenada às duas penas previstas no texto constitucional quando se trata de processo de *impeachment*.

A propósito do tema decidendo, é importante destacar que o Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de acerca dele se pronunciar, por ocasião do julgamento do MS 34371 MC/DF, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe 09/09/2016, por intermédio de decisão monocrática, cujo trecho, no aspecto que interessa à presente ação, transcrevo:

O juiz constitucional dessa matéria é o Senado Federal, que, previamente autorizado pela Câmara dos Deputados, assume o papel de tribunal de instância definitiva, cuja decisão de mérito é insuscetível de reexame, mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Admitir-se a possibilidade de controle judicial do mérito da deliberação do Legislativo pelo Poder Judiciário significaria transformar em letra morta o art. 86 da Constituição Federal, que atribui, não ao Supremo, mas ao Senado Federal, autorizado pela Câmara dos Deputados, a competência para julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade. Por isso mesmo, é preciso compreender também que o julgamento, em tais casos, é feito por juízes investidos da condição de políticos, que produzem, nessa condição, votos imantados por visões de natureza política, que, conseqüentemente, podem eventualmente estar inspirados em valores ou motivações diferentes dos que seriam adotados por membros do Poder Judiciário.

Deveras, está consolidado na jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal que, **“no rito do processo de Impeachment cabe à Câmara dos Deputados autorizar ou não a instauração do processo contra o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e ao Senado Federal compete o recebimento, pronúncia e julgamento da denúncia”** (MS 34130 MC/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe 31/08/2016).

A competência, portanto, para julgamento da denúncia pela prática de crime de responsabilidade praticado pelo Chefe do Poder Executivo é do Senado Federal, a quem se atribui também a prerrogativa de aplicar a sanção cabível, consubstanciada na perda do cargo com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, cujo julgamento de procedência se exterioriza na forma de Resolução editada pelo Senado Federal.

Está claro, portanto, que a parte autora pretende discutir o mérito daquela decisão do Senado Federal, a despeito de o tema se encontrar sob apreciação do Supremo Tribunal Federal, por intermédio do MS 34.403/DF, Rel. Min. ROSA WEBER, que não vislumbrou a plausibilidade do direito invocado na petição inicial e, por consequência, denegou a medida liminar requerida, para determinar a



anulação da segunda votação realizada no Plenário do Senado que levou à publicação da Resolução 36/2016 e excluiu do resultado da votação a pena de inabilitação ao exercício da função pública.

A definição da natureza do *impeachment* como ato eminentemente político é inconteste no direito brasileiro, conforme ressalta, com muita propriedade, o Min. **PAULO BROSSARD (“O Impeachment”, Ed. Saraiva, 2ª ed., 1992, p. 75)**, sendo imperioso reproduzir suas palavras:

Entre nós, porém, como no direito norte-americano e argentino. O impeachment tem feição política, não se origina senão de causas políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos – julgamento que não exclui, antes supõe, é óbvio, a adoção de critérios jurídicos.

Por essas razões é que o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC 70.033 AgR/DF, rel. Min. ILMAR GALVÃO, DJ 16/04/1993, p. 6436, deixou assentado que a sanção resultante do processo de *impeachment* tem natureza político-administrativa:

O impeachment – enquanto prerrogativa institucional do Poder Legislativo – configura sanção de índole político-administrativa, destina a operar, de modo legítimo, a destituição constitucional do Presidente da República, além de inabilitá-lo, temporariamente, pelo período de oito anos, para o exercício de qualquer função pública eletiva ou de nomeação.

Ato político, na lição do saudoso Prof. **HELIO LOPES MEIRELLES (“Direito Administrativo Brasileiro”, Ed. Malheiros, 30ª ed., p. 690)**, é conceituado como aquele que, praticado por agente do governo, no uso de sua competência funcional, funda-se na ampla liberdade de apreciação da conveniência ou oportunidade de sua realização, sem se ater a critérios jurídicos pré-estabelecidos.

Com efeito, a política é da essência desses atos; não há como ser afastada, tampouco questionada. Todos os Poderes do Estado são autorizados constitucionalmente a praticar determinados atos, em determinadas circunstâncias, com fundamentos políticos.

Tratando-se, portanto, de ato político, como é o caso vertente, é defeso ao Poder Judiciário adentrar em seu conteúdo e valorar esses motivos.



A lição do eminente min. **PAULO BROSSARD** (“**O Impeachment**”, Ed. Saraiva, 2ª ed., 1992, p. 150), no sentido de que falece competência ao Poder Judiciário para rever as decisões do Senado Federal para desconstituí-las através de revisão é, novamente, muito precisa:

“121. As decisões do Senado são incontratáveis, irrecorríveis, irreversíveis, irrevogáveis, definitivas. Esta a lição, numerosa, de autores nacionais e estrangeiros.”

Entretanto, por ocasião do julgamento do MS 20941-DF, Rel. p/acórdão Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 31/08/1992, p. 13582, o Supremo Tribunal Federal rejeitou questão preliminar suscitada pelo eminente Min. PAULO BROSSARD de falta de jurisdição da Corte para conhecer de questões referentes ao processo de **impeachment**, em acórdão cujo trecho da ementa transcrevo:

PRELIMINAR DE FALTA DE JURISDIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO PARA CONHECER DO PEDIDO: REJEIÇÃO, POR MAIORIA DE VOTOS, SOB O FUNDAMENTO DE QUE, EMBORA A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A SUA INSTAURAÇÃO E A DECISÃO FINAL SEJAM MEDIDAS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE POLÍTICA - CUJO MÉRITO E INSUSCEPTIVEL DE CONTROLE JUDICIAL - A ESSE CABE SUBMETER A REGULARIDADE DO PROCESSO DE "IMPEACHMENT", SEMPRE QUE, NO DESENVOLVIMENTO DELE, SE ALEGUE VIOLAÇÃO OU AMEAÇA AO DIREITO DAS PARTES; VOTOS VENCIDOS, NO SENTIDO DA EXCLUSIVIDADE, NO PROCESSO DE "IMPEACHMENT", DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL

Cabe ao Poder Judiciário, portanto, apenas o controle de legalidade do procedimento de impedimento, ou seja, o *iter* procedimental. Deve, sim, o Poder Judiciário atuar, por força da imperativa inafastabilidade do exercício do controle jurisdicional, mas não de maneira ampla, interventora, em relação ao mérito da deliberação.

A análise de seus aspectos políticos implicaria em violação ao princípio constitucional da separação dos Poderes e da própria competência legislativa para julgar a infração político-administrativa.

É por isso que o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que as **causas de impedimento e suspeição que visam à garantia de imparcialidade, nas causas perante o Poder Judiciário, não se compatibilizam com o processo jurídico-político do impeachment**, por ocasião do julgamento do MS 21623/DF,



Rel. Min. CARLOS VELOSO, DJU 28/05/1993, p. 10383, teve oportunidade de deixar consignado que “*o Senado, posto investido da função de julgar o Presidente da República, não se transforma, as inteiras, num tribunal judiciário submetido às rígidas regras a que estão sujeitos os órgãos do Poder Judiciário, já que o Senado é um órgão político*”.

Em outras palavras, o mérito do ato administrativo praticado pelo Poder Legislativo – notadamente no que tange às sanções aplicáveis – é insuscetível de controle pelo Poder Judiciário, descabendo ao órgão judicante aferir suposta justiça ou injustiça da deliberação do Senado Federal que, no presente caso, houve por bem promover a cisão, em duas votações distintas, da análise do pedido de perda do cargo com a inabilitação para o exercício de função pública, ou, ainda, aferir se a convicção do Senado Federal, como órgão encarregado desse controle político, foi ou não correta, ao deixar de aplicar a sanção de inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.

Isso porque é atribuição privativa do Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade. O impedimento surgirá por falta funcional, de natureza político-administrativa, prevista na lei, que determina, após procedimento regular, o julgamento do Presidente da República.

A competência para decretar a perda do mandato e aplicar a sanção cabível é do Senado Federal, por se tratar de questão política. Somente ao Senado Federal cabe decidir sobre a questão. São agentes políticos que ocupam o cargo com autonomia e plena liberdade para desempenhar suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias estabelecidas na própria Constituição e em leis especiais.

Em resumo, não obstante o inconformismo da parte autora, a análise do pedido de perda do cargo com a inabilitação para o exercício de função pública da ex-Presidente da República, na fase final do julgamento do processo de *impeachment*, constitui ato político, *interna corporis*, reservado exclusivamente ao Senado Federal.

A propósito do tema decidendo, a jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal é no sentido de não caber ao Poder Judiciário, a pretexto de realizar o controle de atos legislativos, imiscuir-se em matérias *internas corporis*, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.

Suficiente, no ponto específico, conferir trecho da ementa do seguinte julgado:

O Supremo Tribunal Federal já assentou que os atos classificados como interna corporis não estão sujeitos ao controle judicial (Precedentes: MS 22.183, Redator para o acórdão Ministro Maurício Corrêa, DJ 12/12/1997; MS 26.062-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 4/4/2008; MS 24.356, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 12/9/2003).” (MS 31951 AgR/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 30/08/2016).



É bem por isso que a Constituição Federal rege a responsabilidade dos órgãos políticos por intermédio de leis especiais. E nem poderia ser de outra maneira, já que o agente político, como se viu anteriormente, tem plena liberdade de ação e exerce a função de Poder constitucional, revestido de autonomia e independência.

Nesta vertente interpretativa, aliás, já se pronunciou o E. Supremo Tribunal Federal, em acórdão

Não se permite ao juízo revisional realizado pelo Poder Judiciário adentrar na seara política própria da Casa Legislativa respectiva para controlar os atos ali praticados. (MS 34560AAgR-AgR-DF, 2ª Turma, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe 18/06/2018)

Importante anotar, nesse passo, que, malgrado as decisões do Supremo Tribunal Federal versando sobre o controle dos atos de natureza política não possuam efeito vinculante, é de bom alvitre que, em observância aos princípios da segurança jurídica e da igualdade, o entendimento nelas externado seja seguido por todos os juízes e tribunais brasileiros, evitando-se, com isso, decisões em sentidos opostos acerca do tema.

Nem se argumente que, no caso presente, cabe à Justiça Eleitoral aferir o requisito da inelegibilidade, a teor do disposto no art. 1º, I, *g*, da LC 64/1990, onde se dispõe que são inelegíveis, para qualquer cargo, "os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão (...)".

No caso em tela, como já assinalado alhures, o Senado Federal não impôs a penalidade de inabilitação para o exercício da função pública. Não há qualquer inconstitucionalidade na cisão do julgamento já que o art. 52, § único, da Carta da República, no insuspeito magistério doutrinário de **MICHEL TEMER** ("Elementos de Direito Constitucional", 10ª ed., 2ª tiragem, Malheiros, 1994, p. 158) fixa duas penas distintas, a saber:

a) perda do cargo; e b) inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública. A inabilitação para o exercício de função pública não decorre de perda do cargo, como à primeira leitura pode parecer. Decorre da própria responsabilização. Não é pena acessória. É, ao lado da perda do cargo, pena principal. (...).



Mesmo por isso, nas palavras do eminente Min. **LUIS ROBERTO BARROSO** (“Curso de Direito Constitucional Contemporâneo”, 2ª ed., Saraiva, 2010, p. 137)

Encontra-se superada, de longa data, a crença de que os dispositivos normativos contem, no seu relato abstrato, a solução preestabelecida e unívoca para todos os problemas que se destinam a resolver. Reconhece-se nos dias atuais, sem maior controvérsia, que tanto a visão do intérprete como a realidade subjacente são decisivas no processo interpretativo. (...) Conceitos como ordem pública, dignidade da pessoa humana ou igualdade poderão sofrer variação ao longo do tempo e produzir consequências jurídicas diversas..

Não convence, portanto, a tese de que a preposição “com” prevista no art. 52 da Constituição Federal indica simultaneidade, razão pela qual a candidata deveria ter sido condenada às duas penas previstas no texto constitucional, já que a pena de inabilitação possui caráter acessório, tal qual afirmado pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do MS 21689/DF.

No caso sob apreciação, diferentemente do que pretende fazer crer a parte autora, por ocasião do MS 21689/DF, o Supremo Tribunal Federal deliberou em sentido diametralmente oposto, ou seja, decidiu que, no direito brasileiro, o *impeachment* possui duas penas distintas, quais sejam a perda do cargo e a inabilitação por oito anos para o exercício de função eletiva ou de nomeação.

Efetivamente, vige em nosso sistema positivista o princípio da supremacia da Constituição, que, nos dizeres do Prof. **JOSÉ AFONSO DA SILVA** (“Curso de Direito Constitucional Positivo”, Malheiros, ed. 2006, p. 45), significa que ela

se colocou no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuída. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é dela que se encontram a própria estrutura deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais do Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas.



É importante observar que o princípio da supremacia da Constituição, bem como a viabilização do acesso à justiça, não autoriza que o Poder Judiciário se arvore na condição de revisor das decisões de mérito proferidas pelo Senado Federal, ainda que a pretexto de garantir “*a vontade da Constituição*”, nos termos do que defende o jurista alemão **KONRAD HESSE** (“**A força normativa da Constituição**”, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 19):

A força normativa da Constituição não reside tão-somente na adaptação inteligente a uma dada realidade. A Constituição jurídica logra converter-se-, ela mesma, em força ativa, que assenta na natureza singular do presente. Embora a Constituição não possa, por si só, realizar nada, ela pode impor tarefas. A Constituição transforma-se em força ativa se essas tarefas forem realizadas, se existir disposição de orientar a própria conduta segundo a ordem nela estabelecida, se, a despeito de todos os questionamentos e reservas provenientes dos juízos de conveniência, se puder identificar a vontade de concretizar essa ordem. Concluindo, pode-se afirmar que a Constituição converter-se-á em força ativa se fizerem-se presentes, na consciência geral – particularmente – na consciência dos principais responsáveis pela ordem constitucional -, não só a vontade de poder, mas também a vontade de Constituição.

Todavia, no presente caso, o que houve, na verdade, foi que o Senado Federal, interpretando o disposto no art. 52, § único, da Constituição Federal, decidiu, como órgão jurisdicional com competência exclusiva para processar e julgar o Presidente da República, ser autônoma em relação à perda do cargo a penalidade de inabilitação tanto que a cindiu em duas votações distintas.

No caso em tela, consoante se vê, a pretensão veiculada na petição inicial é de adição da sanção de inabilitação temporária para o exercício de função pública eletiva ou de nomeação que – repita-se – não foi imposta pelo Senado Federal.

Em outras palavras, pela mesma conveniência política com a qual decretou a perda do cargo, houve por bem o Senado Federal decidir pela não aplicação da sanção de inabilitação. Não há qualquer omissão na Resolução do Senado Federal que decretou, exclusivamente, a perda do cargo: é decisão política.

Ora, cabe à Corte Eleitoral verificar unicamente se a penalidade aplicada impede ou não o registro da candidatura e não aplicar a penalidade, ainda que a pretexto de fazer aplicar a “vontade da constituição” na terminologia empregada pelo jurista alemão Konrad Hesse, ao arripio do princípio do juiz natural.

No presente caso, é forçoso concluir que o Senado Federal houve por bem aplicar, no tocante à aplicação das sanções pela prática do crime de



responsabilidade, o princípio da proporcionalidade, que faz às vezes de um juízo de ponderação e adequação ao caso concreto, e, tal como anotado por CANOTILHO, trata-se do mais importante princípio de todo o direito, compondo como requisitos de sua vigência a adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Aponta **KONRAD HESSE** (“**Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha**”, Trad. **Luís Afonso Heck, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998, p. 256**) a necessidade de coordenação proporcional de direitos fundamentais e bens jurídicos limitadores de direitos fundamentais, nos seguintes moldes:

A limitação de direitos fundamentais deve, por conseguinte, ser adequada para produzir a proteção do bem jurídico, por cujo motivo ela é efetuada. Ela deve ser necessária para isso, o que não é o caso, quando um meio mais ameno bastaria. Ela deve, finalmente, ser proporcional em sentido restrito, isto é, guardar relação adequada com o peso e o significado do direito fundamental.

É por isso que a possibilidade constitucional de restrição a direitos com base no interesse público é admitida pela doutrina, em caráter excepcional:

A justificativa para a limitação ao direito fundamental deve ser a proteção de algum bem jurídico também dotado de envergadura constitucional seja ele outro direito fundamental, sejam algum interesse do Estado ou da coletividade.” (DANIEL SARMENTO, Colisões entre direitos fundamentais e interesses públicos in “Jurisdição e Direitos Fundamentais”, INGO WOLFGANG SARLET (org), Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2006, p. 59).

Demais disso, nos termos da Súmula 41/TSE, “*não cabe à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros Órgãos do Judiciário ou dos Tribunais de Contas que configurem causa de inelegibilidade*”.

Finalizando, trago à colação trecho do discurso prolatado pelo Min. LUIZ GALLOTI, por ocasião da homenagem que prestou aos ministros do STF que foram cassados em razão da edição do famigerado AI-5. São suas palavras:

Uma coisa é a lei e outra nossa opinião; quando não coincidem, nada nos priva de dizer o que pensamos; mas devemos saber distinguir o que



é a lei daquilo que é somente nosso desejo. (apud “Tanques e Togas – o STF e a Ditadura Militar – Felipe Recondo, Ed. Companhia das Letras, 2018, p.181)

4 – PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA POR LIDE TEMERÁRIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REQUERIDA PELA CANDIDATA.

Em que pese a conclusão pela improcedência de todas as impugnações e notícias de inelegibilidade, não vislumbro a ocorrência de qualquer circunstância que justifique a imposição da reprimenda de multa, na forma requerida pela candidata em suas peças de defesa.

Primeiramente, o invocado art. 25 da LC nº 64/90 institui tipo penal, não sendo possível servir de fundamento para a aplicação de multa por litigância temerária, no bojo dos presentes autos, como pretende a defesa.

Lado outro, no que se refere ao art. 80, I, do CPC, também invocado, não vislumbro a ocorrência de qualquer circunstância que autorize a aplicação da multa por litigância de má-fé a nenhum dos impugnantes ou noticiantes.

Isso porque, a meu ver, não se pode falar que as pretensões foram deduzidas contra texto expresso de lei, pois, conforme se viu da fundamentação que desenvolvi no presente voto, os fatos subjacentes à pretensa declaração de inelegibilidade, embora incontroversos, guardam complexidade interpretativa sob o ponto de vista de normas constitucionais de competência dos Poderes instituídos.

Saliento, ainda quanto a esse ponto, por fim, que as questões suscitadas nos presentes aos autos, que, em suma, dizem respeito ao interesse de toda a nação, dada a gravidade das suas consequências para todos os envolvidos, são de interesse público, não podendo esta Especializada sobre elas se furtar de exercer a sua função constitucional, no limite da sua competência jurisdicional em sede de registro de candidatura.

Assim, deixo de aplicar multa por lide temerário ou litigância de má-fé.

5 – DISPOSITIVO

Portanto, julgo improcedente as impugnações e as notícias de inelegibilidade apresentadas, para deferir o pedido de registro de candidatura de Dilma Vana Roussef ao cargo de Senador, nas eleições de 2018.

É o voto.



Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

(...)

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2016

Dispõe sobre sanções no Processo de Impeachment contra a Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É julgada procedente a denúncia por crimes de responsabilidade, previstos nos art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, art. 10, itens 4, 6 e 7, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Art. 2º Em consequência do disposto no artigo anterior, é imposta à Senhora Dilma Vana Rousseff, nos termos do art. 52, parágrafo único, da Constituição Federal, a sanção de perda do cargo de Presidente da República, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis, nos termos da sentença lavrada nos autos da Denúncia nº 1, de 2016, que passa a fazer parte desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=562339&id=14376898&idBinario=1563484>)

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;



Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Art. 25. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé:

Pena: detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e, no caso de sua extinção, de título público que o substitua.

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

O JUIZ NICOLAU LUPIANHES –Em relação às preliminares acompanho o Relator.

Quanto ao mérito tenho VOTO DIVERGENTE – o cerne do mérito

Cuidou o relator de enfrentar toda argumentação disposta sob a titulação ementada em seu “Mérito conjunto das impugnações e notícias de inelegibilidade” para, ao fim e ao cabo, terminar por deferir o registro da impugnada. Com ele me coaduno, inclusive em sede preliminar, não fosse pelo cerne do mérito, aquele que respeita à incolumidade da decisão senatorial em detrimento da Constituição da República.

E isto porque o Estado Democrático de Direito não mais aceita uma postura omissa e passiva do Poder Judiciário, como se distanciado da realidade social, porque partícipe efetivo na construção do destino desta sociedade brasileira. Ao legislador cabe a positivação dos direitos, é fato, mas ao Juiz cabe concretizar o



significado dos enunciados constitucionais para julgar, a partir deles, a validade ou invalidade da obra do legislador. Não se diga que se trata de ativismo judicial, pois não o é. Pois, bem.

Então, como Juiz, respeitosamente, em chamamento ao Supremo Tribunal Federal enquanto a mais alta instância deste Poder Judiciário que componho, nosso proclamado tribunal constitucional rogo-lhe para que se aperceba da questão de constitucionalidade que se posta aqui, independentemente do litígio concreto que se subjetiva na pessoa da impugnada, e cumpra sua função institucional de servir como guardião da Constituição da República, apreciando, no caso concreto, a lesão e a ameaça que ora se imputa a ela (Constituição).

Ora, há conflito conformado entre a Constituição e a Constituição, mais especificamente nela, entre seus art. 86 e art. 52, promovido pelos Senadores da República, os que então se autorizaram a requalificar o significado do que se enunciava, constitucional e inquestionavelmente.

De fato, destoo quanto à compreensão exposta pelo d. Procurador Regional Eleitoral e assumida pelo d. Relator relativamente à decisão do Senado Federal autorizar-se a realizar o “fatiamento” do julgamento e que isto seria insuscetível de revisão judicial por esse egrégio Tribunal Regional Eleitoral, tomando para amparar-lhe o posicionamento, manifestação do saudoso Ministro Teori Zavaskki, no mesmo sentido. Ora, não se trata aqui de realizar juízo de mérito sobre a ocorrência ou não dos fatos ou sobre a procedência ou não da acusação, como se se questionasse o Senado Federal como juiz constitucional dessa matéria, vez que tribunal de instância definitiva naquele caso. A decisão de mérito é insuscetível de reexame, é fato, não só por este Tribunal Regional Eleitoral, mas pelo próprio Supremo Tribunal Federal, mas não é isto que se quer aqui fazer. Não se trata nestes autos de tornar letra morta o art. 86 da Constituição Federal, o que atribui, não ao Supremo Tribunal Federal, mas ao Senado Federal, autorizado pela Câmara dos Deputados, a competência para julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade; MAS de, também, não admitir que façam letra morta do art. 52, § único da mesma Constituição da República, blindando-o de eficácia, do mesmo modo como há a blindar-se o art. 86, de maneira que se apercebam todos que, blindada a Carta Constitucional *in totum*, expõem-se os cidadãos que a enfrentam no percentual que queiram, mesmo aqueles que se assentam nas cadeiras do Senado Federal porquanto isto a Carta Magna, em sua magnitude, não admite, queira-se ou não. E dizer que isto é chamamento a disciplinar-se a regularidade do processamento como se deu, como se incursão indevida em matéria reservada ao domínio normativo de lei especial (Constituição da República, art. 85, parágrafo único) para dizer de nosso posicionamento que impróprio e inadequado, é dar-se a uma leitura superficial e frívola, tanto do propósito desta intervenção judiciosa como da própria ocorrência em si do fato concreto ora exposto, o que nos lança neste incômodo ético de saber, afinal e então, a qual parte da Constituição da República Federativa do Brasil havemos de privilegiar em detrimento da outra, a que havemos de aceitar esfacelada. Pois, há a preservar-se, na mesma medida, a integridade do art. 86 e do art. 52, ambos da Constituição Federal, não estejam franqueados, quaisquer deles, a assunção de pontos de vista que lhe maculem a integridade ou



queiram que um suplante o outro conforme o “gosto do freguês”. A mim me parece que se insuscetível de revisão judicial a decisão do Senado Federal, mais insuscetível de revisão senatorial a Constituição Federal, esta a que os Senadores se autorizaram a promover ao arrepio de tudo que a Razão proclama, mesmo que se façam digressões intelectivas na providência da acolhida de toda afronta a que ora assistimos, como se a nós nos quisessem, também, a serviço de pretensões outras que não as do povo brasileiro, pretensões estas que restam expostas enquanto sua vontade de povo, sua vontade de Constituição. Lei Maior. Com o máximo respeito aos entendimentos em sentido contrário, observo que o Sofisma não convive com a interpretação Teleológica.

À impugnada predigo que, com a isenção adstrita ao exercício de minha função, julgarei sua demanda. Ademais, coloco que nada mais importa a um verdadeiro representante de seu povo, senão o respeito à Constituição, porque cidadão também e sob a égide e a guarida da mesma força normativa adstrita a ela. Portanto, como cidadão, representante do Poder Judiciário aqui, julgo uma pretensa representante do Poder Legislativo, então condenada como representante do Poder Executivo, e por esta cidadania que nos afina, no privilégio da Constituição da República que é nossa, de todos nós, procedo. Assim posto, temos que não é apenas um registro de candidatura ou a inabilitação de um candidato por oito anos que se discute nestes autos, mas a própria instituição do Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, exatamente como o preâmbulo apresenta os representantes do povo aquando da promulgação da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, o que tanto nos incita como nos avexa, nos promove como nos responsabiliza, nos desafia como nos apavora, tanto ainda haja a fazer pela coerência preambular de um povo que sua carta magna apresenta. E tantas vezes desobedecida por quem não a deveria desobedecer.

Decido.

Antes de tudo o mais, peço licença para ler a fala do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, aquando do julgamento de Dilma Rousseff pelo Senado Federal:

“Queria dizer a V. Ex^{as} que o Presidente, após a formulação do destaque, preparou dois modelos de sentença. A sentença é longa, incorpora o relatório. A parte da fundamentação compreende os argumentos da acusação e da defesa. Lerei apenas a parte dispositiva. Ao encerrar a leitura, convido, como é determinação legal, todas as Senadoras e Senadores a assinarem a sentença que ficará aqui, sobre a mesa. Passo à leitura.



O Senado Federal entendeu que a senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff cometeu os crimes de responsabilidade, consistentes em contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, previstos no art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, bem como no art. 10, itens 4, 6 e 7, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 abril de 1950, por 61 votos, havendo sido registrados 20 votos contrários e nenhuma abstenção, ficando assim a acusada condenada à perda do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil.

Em votação subsequente, o Senado Federal decidiu afastar a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, em virtude de não se ter obtido nesta votação dois terços dos votos constitucionalmente previstos, tendo-se verificado 42 votos favoráveis à aplicação da pena, 36 contrários e 3 abstenções.

Esta sentença, lavrada nos autos do processo, constará de resolução do Senado Federal, será assinada – a sentença – por mim e pelos senhores Senadores que funcionaram como juízes, transcrita na ata da sessão e, dentro desta, publicada no Diário Oficial da União, no Diário do Congresso Nacional, segundo o art. 35 da Lei nº 1.079, e no Diário do Senado Federal.

Tal decisão encerra formalmente o processo de impeachment instaurado contra a Presidente da República no Senado Federal, no dia 12 de maio de 2016.

Façam-se as comunicações ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, aos Exmos. Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e à Exma. Sr^a Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, 31 de agosto de 2016. Assino a sentença.

Senhoras senadoras, senhores senadores, passo à leitura da resolução assinada pelo Exmo Sr. Presidente do Senado Federal:

Faço saber que o Senado Federal julgou, nos termos do art. 86, *in fine*, da Constituição Federal, e eu, Renan Calheiros, Presidente, promulgo a seguinte resolução: Resolução nº 35, de 2016.



O Senado Federal resolve:

Art. 1º É julgada procedente a denúncia por crime de responsabilidade previsto nos art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal; art. 10, incisos IV, VI e VII, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950;

Art. 2º Em consequência do disposto no artigo anterior, é imposta à Srª Dilma Vana Rousseff, nos termos do art. 52, parágrafo único, da Constituição Federal, a sanção de perda do cargo de Presidente da República, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis, nos termos da sentença lavrada nos autos da Denúncia nº 1, de 2016, que passa a fazer parte desta Resolução.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2016.

Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.”

A partir da sentença que se nos apresenta, na dicção transcendente do Poder, na nuance de seu Judiciário, representada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, seguidamente, tornada resolução sob a égide, também, do Poder, já na nuance de seu Legislativo, representada pelo Presidente do Senado Federal, agora, põe-se, objetivamente, a partir do caso concreto em análise neste Tribunal Regional Eleitoral, seja o julgamento das condições de elegibilidade da candidata ao Senado por Minas Gerais, Dilma Rousseff, a dar-se a ver, porque o mirante constitucional inscreve o Poder, mas agora na nuance do Povo, seja sua vontade proclamada ali.

Não se diga que se está a reapreciar a matéria julgada pelo Senado Federal. Não e não. Isso não se pode fazer, como acima dito. No entanto, o Tribunal Regional Eleitoral pode e deve, por ser sua atribuição, neste momento do pleito eleitoral, a verificação das condições de elegibilidade e inelegibilidades. Se o TRE-MG assim não laborar, quem o fará? Qual outro órgão do Poder Judiciário poderá fazê-lo? De que forma será definida a pretensão da impugnada?



Havendo alegação de lesão ou ameaça a direito, pode ocorrer o controle judicial do “impeachment”. Precedentes do STF MS 20941/DF; MS 21564/DF; MS 21623/DF. , em especial quanto ao aspecto formal do processo, ao meu entender.

Pois bem, a hermenêutica legislativa que se quer adotada, a uma, enfrenta o artigo 52, parágrafo único da Constituição da República, que proclama enquanto competência privativa do Senado Federal, processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, nos seguintes termos:

(...)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis. (destaco).

Limitada a condenação à perda do cargo com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis - soçobra de tudo, enxutas devam ser quaisquer demandas políticas, ainda que a nuance do Poder Executivo se tenha apresentado aos demais para julgamento e por ambos tenha sido condenado, representado, então, pela Presidente Dilma Rousseff, ora candidata que se quer inscrita ao Senado Federal.

De fato, tem-se que entenderam os poderes, em todas as suas nuances, e com o máximo respeito lhes digo, ao arripio do Poder Constituinte, impactado enquanto norma constitucional e proclame da vontade do povo, esta vontade transcendente a partir do conflito já suplantado entre vontades psicológicas, as que ora se renovam, a forçar uma interpretação porque impossível a leitura então feita. Vejamos.

PERDA DO CARGO, COM INABILITAÇÃO, POR OITO ANOS, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA – Ora, perda do cargo COM inabilitação traz, sob a égide da preposição “COM”, a designação do adjunto restritivo de conteúdo, INABILITAÇÃO por oito anos, para o exercício de função pública. A cumulação das sanções é evidente.

A diretriz constitucional resta posta independentemente da somatória de poderes que a enfrentam, quando a força normativa da Constituição requer a afixação de preceitos jurídicos e doutrinários, resistentes ao próprio abalo na segurança jurídica como um todo, com a predominância do fator político, a destoar cidadãos na providência de resoluções particularizadas e direcionamento de



juízo, tão subjetivo quanto não o admita o ordenamento jurídico ou a própria Constituição no esteio do princípio da igualdade. Certo é que cada caso é um caso, mas nenhum caso será tão único que nunca mais dele se aproveite a jurisprudência. A força normativa da Constituição, a que dá a ela eficácia e efetividade, está nela mesma, independente das fontes reais de poder que a nós se nos apresenta à sua interpretação, e a vontade constitucional é incólume às vontades psicológicas que a pretendem outra, porque o Poder Constitucional é único e principal. Neste diapasão, a efetividade constitucional do artigo 52, parágrafo único da Constituição da República impõe que se reconheça a ausência da condição de elegibilidade da candidata Dilma Rousseff.

E isto, na dicção do Min. do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, aposto enquanto entendimento, em seu Direito Constitucional, 32ª edição, São Paulo: Atlas, 2016, p. 768:

A Constituição prevê em seu art. 52, parágrafo único, as duas sanções autônomas e cumulativas a serem aplicadas na hipótese de condenação por crime de responsabilidade: perda do cargo e inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública. (destaquei).

Sanções cumulativas, portanto, perda do cargo e inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública.

Da mesma forma, o convencimento do Min. do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em seu Curso de Direito Constitucional, 4ª edição, São Paulo: Saraiva, 2009, p. 969:

O art. 52, parágrafo único, fixa duas penas: a) perda do cargo; b) inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública.

Também, colhe-se no ensinamento de Bernardo Gonçalves Fernandes, em Curso de Direito Constitucional, 9ª edição, Salvador: Jus PODIVM, 2017, p.1139:

Certo é que o Senado, em nosso entendimento, fatiou de forma totalmente inadequada, irresponsável e inconstitucional o § único do art.52 da CR/88. A Constituição de 1988 não admite que um Presidente da República seja condenado por crime de responsabilidade e receba como punição a perda do cargo (impeachment), mas fique livre da segunda sanção (inabilitação para o exercício de funções públicas por oito anos). Não há dúvida como diria Friedrich Muller que o *texto da*



norma não é a norma, sendo a norma o resultado de um processo de concretização (nas palavras de Muller o texto da norma é apenas a ponta de um iceberg.) Porém, não é porque o texto da norma não é a norma que a norma possa ser qualquer coisa. Sem dúvida, existe um limite semântico que deve ser respeitado.

Portanto, tem-se que a inabilitação não é pena acessória, mas tão principal quanto à primeira, intentando, por defluxo de cumulação, em face da perda do cargo, impedir o exercício de quem foi afastado em face de condenação por comprovada prática de crime de responsabilidade, para dizer-lhe impedido para o exercício, também, de quaisquer outras funções públicas, pelo prazo previsto na Constituição da República.

Respeitosa, portanto, há de ser o trato com a norma constitucional dado que “a inabilitação decorre necessariamente da pena de perda do cargo, pois, no sistema atual, não comporta apreciação quanto, a saber, se cabe ou não cabe a inabilitação” (AFONSO DA SILVA, José. Curso de direito constitucional positivo. 36ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 554), exatamente, como fez o Senado Federal ao arrepio de tudo quanto a Razão prediz, jurisprudencial e doutrinariamente, data venia.

E historicamente, dir-se-ia ainda. Ora, o Min. Ricardo Lewandowski anotou mesmo que os senadores funcionaram como juízes, mas isto não os tornou juízes dada a exigência de isenção e afastamento relativamente às partes que a judicatura exige na prolação de qualquer *decisum*, sob o constrangimento que a nós se nos adianta, em sede de suspeição ou impedimento que de nós espera-se revelado. E isto é o que torna possível o assentamento jurisprudencial, sem assunção tendenciosa de qualquer posicionamento, aquele que, *in casu*, o próprio Supremo abalizou para si mesmo aquando do impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, para dar a mais alta Corte deste país parâmetro de convencimento e seguridade jurídica. O julgamento do MS nº 21.689/DF, de relatoria do Min. Carlos Velloso, julgado aos 16 de dezembro de 1993, impetrado após a condenação de 29.12.1992, para discutir se indevida ou não à inabilitação para exercício de funções públicas, tenha alegado o impugnado que, ao renunciar ao mandato presidencial na data de seu julgamento, esse deveria ter sido encerrado, por ter ocorrido a perda do objeto processual, quando teve do Pleno do STF a seguinte decisão: “não é possível a aplicação da pena de perda do cargo, apenas, nem a pena de inabilitação assume caráter de acessoriedade”, pelo que o fato de o detentor do Cargo de Chefe do Executivo ter renunciado em momento pretérito ao do julgamento do processo de impeachment não afasta a condenação imposta pelo parágrafo único do art. 52 da CF/88.

Aqui adira-se o Acórdão do referido Mandado de Segurança:

EMENTA: - CONSTITUCIONAL. "IMPEACHMENT". CONTROLE JUDICIAL. "IMPEACHMENT" DO PRESIDENTE DA REPUBLICA. PENA



DE INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA. C.F., art. 52, parágrafo único. Lei n. 27, de 07.01.1892; Lei n. 30, de 08.01.1892. Lei n. 1.079, de 1950. I. - Controle judicial do "impeachment": possibilidade, desde que se alegue lesão ou ameaça a direito. C.F., art. 5., XXXV. Precedentes do S.T.F.: MS n. 20.941-DF (RTJ 142/88); MS n. 21.564-DF e MS n. 21.623-DF. II. - O "impeachment", no Brasil, a partir da Constituição de 1891, segundo o modelo americano, mas com características que o distinguem deste: no Brasil, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, lei ordinária definira os crimes de responsabilidade, disciplinara a acusação e estabeleceu o processo e o julgamento. III. - Alteração do direito positivo brasileiro: a Lei n. 27, de 1892, art. 3., estabelecia: a) o processo de "impeachment" somente poderia ser intentado durante o período presidencial; b) intentado, cessaria quando o Presidente, por qualquer motivo, deixasse definitivamente o exercício do cargo. A Lei n. 1.079, de 1950, estabelece, apenas, no seu art. 15, que a denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo. IV. - No sistema do direito anterior a Lei 1.079, de 1950, isto é, no sistema das Leis n.s 27 e 30, de 1892, era possível a aplicação tão somente da pena de perda do cargo, podendo esta ser agravada com a pena de inabilitação para exercer qualquer outro cargo (Constituição Federal de 1891, art. 33, par. 3.; Lei n. 30, de 1892, art. 2.), emprestando-se a pena de inabilitação o caráter de pena acessória (Lei n. 27, de 1892, artigos 23 e 24). **No sistema atual, da Lei 1.079, de 1950, não é possível a aplicação da pena de perda do cargo, apenas, nem a pena de inabilitação assume caráter de acessoriedade (C.F., 1934, art. 58, par. 7.; C.F., 1946, art. 62, par. 3. C.F., 1967, art. 44, parag. único; EC n. 1/69, art. 42, parag. único; C.F., 1988, art. 52, parag. único. Lei n. 1.079, de 1950, artigos 2., 31, 33 e 34).** V. - A existência, no "impeachment" brasileiro, segundo a Constituição e o direito comum (C.F., 1988, art. 52, parag. único; Lei n. 1.079, de 1950, artigos 2., 33 e 34), de duas penas: a) perda do cargo; b) inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública. VI. - A renúncia ao cargo, apresentada na sessão de julgamento, quando já iniciado este, não paralisa o processo de "impeachment". VII. - Os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa (C.F., art. 37). VIII. - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativamente aos crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, na forma do Decreto-lei 201, de 27.02.1967. Apresentada a denúncia, estando o Prefeito no exercício do cargo, prosseguira a ação penal, mesmo após o término do mandato, ou deixando o Prefeito, por qualquer motivo, o exercício do cargo. IX. - Mandado de segurança indeferido. (MS 21689, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/1993, DJ 07-04-1995 PP-08871 EMENT VOL-01782-02 PP-00193 RTJ VOL-00167-03 PP-00792 Impeachment: Jurisprudência, STF, 1996, p. 297).



No mesmo sentido, MS 20941/DF; MS 21564/DF; MS 21623/DF.

Como bem releva o Presidente da República, Michel Temer, em seu Elementos de Direito Constitucional, 22ª edição, São Paulo: Malheiros, 2008, p. 169:

Assim, porque responsabilizado, o Presidente não só perde o cargo como deve afastar-se da vida pública, durante oito anos, para “corrigir-se”, e só então pode a ela retornar.

A tanto amparam as palavras do Ministro do STF, Celso de Mello, sob os auspícios da mesma certeza: “há uma única sanção constitucionalmente estabelecida: a de desqualificação funcional, que compreende, na abrangência do seu conteúdo, a destituição do cargo com a inabilitação temporária. A unidade constitucional da sanção prevista torna-a indecomponível, incidível, impedindo, dessa forma, que se dispense tratamento jurídico autônomo às projeções punitivas que dimanam da condenação senatorial.”

Assim posto, sem querer imiscuir-me na senda do controle difuso de constitucionalidade, mas sem deixar de pôr a Constituição em voga; sem querer sobrepesar a balança de Themis, mas sem deixar que a desequilibrem poderes outros que não o de sua alçada, relevada a Justiça como distribuição igual de liberdade, na contrição igual dos arbítrios de todo cidadão brasileiro, qualquer que seja ele, reconheço a decisão do Senado Federal na medida de sua juridicidade e dada a apresentação dela pelo Min. Ricardo Lewandowski, chamado ali pela própria Constituição como Presidente do Supremo, mas da sentença não sei o que a possa respaldar, quando a hermenêutica traz como texto constitucional à compreensão que, tenha podido o Senado tudo, só não podia, como não pode, tomada a limitação constitucional posta – “limitando-se a condenação”, prediz o art. 52, § único da Constituição da República – condenar a Presidente da República “à perda do cargo, **com inabilitação**, por oito anos, para o exercício de função pública”. Pois, adentrou o Poder Legislativo em seara que refoge a seu pertencimento e recompôs limites constitucionais de uma apenação constitucionalmente cantada e decantada, o que lhe está desautorizado, como estão quaisquer outros, sob o ponto de vista que se queira.

Em face do exposto, não reconheço a condição de elegibilidade da candidata ao Senado Federal, por Minas Gerais, Dilma Vana Rousseff, porquanto inelegível por 8 anos, em face do comprovado cometimento de crime de responsabilidade, sob a égide do parágrafo único, do art. 52 da Constituição da República que a ela determinou enquanto condenação, para além da perda do cargo, inarredavelmente, sua inabilitação para o exercício de qualquer função pública durante o referido parâmetro temporal.

Assim sendo, detendo este Tribunal Regional Eleitoral a competência originária para o julgamento das condições de elegibilidade dos candidatos que se inscrevem ao Senado Federal por Minas Gerais, esclarecendo-se nesta



oportunidade que a pena de inabilitação diverge da suspensão dos direitos políticos porquanto afete apenas a legitimidade eleitoral passiva e a pretensão do inabilitado quanto à ocupação de toda função pública, pedindo vênias aos que comigo não comungam o convencimento, julgo procedente a impugnação proposta contra Dilma Vana Rousseff e em razão do não atendimento dos requisitos de elegibilidade, indefiro-lhe o registro de candidatura, sob pena de se ignorar a Constituição da República e toda sua força normativa, garantidora do Estado Democrático e de Direito, ao meu sentir.

É como voto.

**O DES. ROGÉRIO MEDEIROS – Quanto às preliminares suscitadas,
Acompanho o Relator**

VOTO DIVERGENTE NO MÉRITO.

I –

Vivemos tempos difíceis.

O Brasil atravessa grave crise econômica e política.

O país se encontra dividido e os ânimos estão exaltados.

Familiares e amigos discutem acirradamente nos lares, ambientes de trabalho ou lazer, escolas, universidades e redes sociais.

Alguns, irresponsavelmente, pregam o desacato às decisões judiciais.

Muitos, ao sabor das paixões manipuladas, elogiam ou censuram o Poder Judiciário pela tomada de decisões, as quais nem ao menos se dão ao cuidado de ler.

A extrema radicalização produziu grave atentado, a faca, contra um candidato à presidência da República, nas ruas da tradicional cidade mineira de Juiz de Fora.

A discussão posta nestes autos ressuscita antiga polêmica do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, em torno da sua inabilitação – ou não – para o exercício de função pública, por oito anos (artigo 52, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988).



Infelizmente, o debate é reaberto sob a alta temperatura do processo eleitoral de 2018, já deflagrado.

Não me cabe, enquanto magistrado eleitoral, entrar no mérito da denúncia que levou ao *impeachment* da ex-presidente Dilma.

Não emito nenhum juízo de valor sobre os seus atributos pessoais e políticos.

Ademais, sempre estive ciente de que juízas e juízes, em todas as instâncias, não podem decidir em busca do aplauso fácil dos tolos.

Tampouco devem temer as críticas dos inconsequentes profetas do anarquismo.

Seu compromisso é julgar em conformidade com a ordem jurídica e a verdade dos fatos. Externar a sua convicção sem titubear, seja qual for o conteúdo da decisão.

Cumpre-me, nestes autos, apenas responder a uma indagação: **poderia o Senado Federal, ao decidir pela cassação do mandato presidencial, deixar de declarar a presidente cassada inabilitada para o exercício de função pública, por oito anos?**

II –

Exemplo gritante dessa alta temperatura política do momento, é o tratamento midiático dado a este caso.

Fui surpreendido com a leitura de matéria, veiculada pelo jornal *O Tempo*, sobre parecer emitido pelo Ministério Público Eleitoral, no qual é sustentada a elegibilidade da candidata aqui impugnada (disponível em <https://www.otempo.com.br/hotsites/>, acesso em 24.08.2018).

Ora, o procedimento de registro das candidaturas segue o rito previsto pelos artigos 3º e seguintes da Lei Complementar nº 64/1990.

Havendo impugnação ao pedido de registro por algum dos legitimados, o impugnado oferecerá defesa.

Se necessário - não é o caso destes autos - haverá produção de provas.

Somente após encerrado o prazo da dilação probatória, *“as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de 5 (cinco) dias”* (artigo 6º).

Dispôs, outrossim, o parágrafo único do artigo 41 da Resolução TSE nº 23.548/2017 (sobre escolha e registro de candidatos para as eleições):



“O Ministério Público, nas impugnações que não houver ajuizado, disporá de 2 (dois) dias para apresentar alegações finais”.

A matéria, sem embargo da respeitabilidade daquele prestigiado jornal mineiro, informa erroneamente os leitores sobre o rito procedimental:

“Mesmo com o parecer favorável à candidatura de Dilma, Angelo Giardini abriu prazo para que Dilma se manifeste sobre as contestações à sua candidatura”.

Dita o artigo 4º da Lei Complementar nº 64/1990:

*“A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, **após devida notificação**, o prazo de 7 (sete) dias para que o candidato, partido político ou coligação possa contestá-la, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais, ou administrativos, salvo os processos em tramitação em segredo de justiça”*(negritos meus).

A notificação, portanto, é feita pela Justiça Eleitoral.

Lamento imensamente essa intempestiva e nociva má informação, a respeito de um caso ainda não julgado por esta Corte.

III –

O celebrado jurista Ives Gandra da Silva Martins aponta o indesejável protagonismo político do Supremo Tribunal Federal:

“Assuntos típicos de administração pública, pertinentes ao Executivo ou de produção legislativa, própria de Parlamento, foram tratados muitas vezes



monocraticamente, com impacto na gestão da coisa pública” (Um país à deriva sem reformas, jornal O Estado de S. Paulo, 26.07.2018, seção Opinião).

Não obstante o respeito e admiração que devoto à Suprema Corte brasileira, não posso deixar de também lamentar esse protagonismo – não só do STF, mas de todo o Poder Judiciário nacional.

É gerador de insegurança jurídica.

Quando presidia o Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador José Renato Nalini recebeu a visita de uma comitiva de magistrados chineses:

“Depois de esclarecerem que o Brasil não precisa temer seu país, cuja tradição histórica é pacifista, quiseram saber alguma coisa do funcionamento da máquina judiciária. Disseram que o Brasil convida o empresário chinês a investir no Brasil. Mas, depois que ele chega aqui e se surpreende com a burocracia, fica perplexo com a facilidade com que se discutem no Judiciário questões que já foram acordadas nos contratos. Mas a maior surpresa é a de que um juiz suspende o cumprimento da avença e o outro libera. Na segunda instância, um tribunal mantém a decisão do primeiro juiz, mas outro colegiado a substitui pela decisão do segundo. E assim vão, de um polo a outro, até vencerem as quatro instâncias e as dezenas de possibilidades recursais de reapreciação do mesmo tema. Culminaram por indagar: ‘Mas a lei não é a mesma?’.

Como explicar aos chineses que nossa Constituição é dirigente e principiológica, abriga valores antagônicos, cuja conciliação só é possível se adotarmos estratégias denominadas otimização, ponderação, racionalidade, proporcionalidade e outros instrumentos do neoconstitucionalismo? Eles são sedutores exercícios de sofisticada elaboração doutrinária, a redundar em eloquentes posturas jurisprudenciais. Mas justificam a validade de todo e qualquer ato decisório, desde que bem fundamentado. Será que os chineses conseguem absorver a complexidade de um Brasil que se converteu no território livre da hermenêutica?” (Por que não a Justiça?, O Estado de S. Paulo, 20.05.2014, seção Opinião).

Eros Roberto Grau, com a credibilidade de jurista renomado e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, recomenda:



“Não é necessário frequentarmos Faculdades de Direito para nos darmos conta de que quem faz as leis é o Legislativo e quem as aplicam são os juizes. Em nosso tempo – hoje, aqui, agora – o legal e o justo (Direito e justiça) não se superpõem. Fazer e aplicar as leis (lex) e fazer justiça (jus) não se confundem. O Direito é um instrumento de harmonização/dominação social e a justiça não existe por aqui, só floresce no Paraíso! (...)

“Os juizes não podem, os juizes devem, em cada caso, fazer o que devem fazer – não o que os outros esperam que eles façam. A interpretação é uma prudência, o saber prático, a phrónesis a que refere Aristóteles na Ética a Nicômaco. Daí falarmos em jurisprudência, não em jurisciência. A prudência é razão intuitiva, que não discerne o exato, porém o correto – não é saber puro, separado do ser. O Direito é uma prudência!” (Em defesa do positivismo jurídico, O Estado de S. Paulo, 12.05.2018, seção Opinião).

IV –

Precisamos cumprir - sempre e estritamente - os ditames da Constituição Federal em vigor.

É a minha convicção.

Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto sustenta:

“Basta cumprir a Constituição! Basta comparar com a letra e o espírito da Lei Maior do País (modo metafórico de se falar do sentido e do significado de cada norma constitucional) tudo o que se pretenda fazer como governante mesmo! (...)

“Assim como a mais inteligente forma de ser do indivíduo é trilhar sem nenhum desvio o caminho da honestidade, o modo mais inteligente de governar é seguir assim retilineamente a estrada da Constituição. O ser humano e todo governante (não temerão) jamais polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Receita Federal, imprensa, blogs, redes sociais, e por aí vai. Cômicos do dever cumprido e em paz com o seu travesseiro. O chefe do Poder Executivo tendo apenas de se perguntar se tudo o que vier a fazer ‘está no livrinho’ a que se referia o presidente Eurico Gaspar Dutra. Chefe de governo e de Estado que esteve como inquilino do Palácio do Catete entre 1946 e 1950”.



Essa importante reflexão se aplica também aos magistrados, porque estamos investidos, no exercício da jurisdição, de uma parcela do poder político do Estado.

Com efeito, o consagrado constitucionalista argentino Bidart Campos pontificou:

“En el sector del (Poder Judicial) se ubica la Corte Suprema. Parece, entonces, que es ‘un’ poder. Segundo, ello también alude a que el poder del estado o poder político se desglosa en funciones, actividades, competencias, que se distribuyen y reparten en aquellos órganos a los que el texto constitucional menciona como ‘poderes’, en plural.

“Por este lado, la Corte tiene a su cargo el ejercicio de una función del poder, de un fragmento funcional del poder, cual es la administración de justicia o jurisdicción. (...)

*“Toda la función de administrar justicia es política, esencialmente política, porque es función del poder estatal, que es poder político. No se debe temer la afirmación que rescata la politicidad esencial de la función judicial” (CAMPOS, German J. Bidart. *La Corte Suprema: El tribunal de las garantías constitucionales*. Buenos Aires: Ediar, actualizado por Pablo L. Manili, 2010, p. 8-9).*

Eu mesmo, aprendendo com os mais ilustrados, já tive oportunidade de refletir:

*“No Estado Democrático de Direito **‘todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’** (Constituição Brasileira de 1988, artigo 1º, parágrafo único).*

“A Revolução Francesa (1789) fortaleceu o denominado ‘sistema representativo’, o qual substituiu o direito divino dos reis pela soberania popular. Entre a impossibilidade da democracia direta e o horror ao absolutismo monárquico, os revolucionários pretenderam criar um governo livre e natural (Darcy Azambuja, ‘Introdução à Ciência Política’, 4ª ed., p. 242-243).

“No Brasil atual, presidente da República, governadores e prefeitos são eleitos para governar. Senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores são eleitos para legislar. Magistrados prestam



concurso ou são nomeados para julgar conflitos de interesses, à luz da Constituição Federal e demais textos legais. Simples assim, parece. Mas não é.

“O Poder Judiciário, no desempenho da jurisdição, exerce uma parcela do poder político. Conforme o magistrado francês Antoine Garapon, o controle crescente da Justiça sobre a vida coletiva é um dos maiores fatos políticos contemporâneos. Os juízes são chamados a se manifestar em número cada vez mais extenso de setores da vida social (‘O Juiz e a Democracia: o Guardião das Promessas’, trad. bras., 1999, p. 24).

“O fenômeno ‘judicialização’, pois, consiste na decisão, pelo Judiciário, de questões relevantes do ponto de vista político, social ou moral: ‘Trata-se, como intuitivo, de uma transferência de poder das instâncias tradicionais, que são o Executivo e o Legislativo, para juízes e tribunais’ (Luís Roberto Barroso, ‘Direito e Política: a tênue fronteira’, 2012).

“

Em nosso país, a ‘judicialização’ da vida social foi incrementada em ritmo assustador após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988. Tornamo-nos incapazes de solucionar, sem recorrer ao Poder Judiciário, conflitos de toda natureza, públicos ou privados. (...)

*“Nesse contexto, (...) exige-se do magistrado extrema cautela no exame das questões relacionadas à ‘judicialização da política’” (Rogério Medeiros Garcia de Lima, **Judicialização da política**, O Estado de S. Paulo, edição de 03.10.2012, seção *Opinião*).*

Portanto, no ambiente nacional contaminado pela **inobservância sistemática das regras constitucionais, judicialização da política e ativismo judicial**, este Tribunal Regional Eleitoral é chamado a resolver a delicada questão da elegibilidade da ex-presidente Dilma Rousseff.

V-

Logo após o *impeachment*, o senador capixaba Magno Malta impetrou, no Supremo Tribunal Federal, mandado de segurança contra o ato do Senado Federal que aprovou a votação, separadamente, da perda do cargo e da inabilitação para o exercício de função pública da ex-presidente Dilma.

Requeru liminarmente a proibição de que ela ocupasse qualquer cargo público, até julgamento final da ação.

A ilustre ministra Rosa Weber, relatora do *mandamus*, negou a liminar.



“O alegado receio de ineficácia do provimento final deve ser demonstrado a partir de um risco de dano específico e concreto. (...)”

“A mera especulação de notícias veiculadas em meios de comunicação quanto a eventual convite para o exercício de função pública, como argumentado, não traz prejuízo ou dano para o julgamento definitivo do mérito desta ação constitucional” (Mandado de Segurança nº 34.418; fonte: Revista *Consultor Jurídico*, 23 de setembro de 2016, disponível em <https://www.conjur.com.br/2016-set-23/rosa-weber-nega-liminar-inabilitaca> acesso em 29.07.2018).

A contenda permanece em aberto.

VI –

Ao traçar um breve histórico do *impeachment*, Paulino Jacques dissertava:

“A responsabilidade é, antes do mais, corolário da autoridade. Quem exercer poder, há de ser responsável. O Poder irresponsável não passa de tirania, que o Estado de direito não admite. O problema da responsabilidade política, sobre ser problema de direito, é também problema de moral. O poder é tanto mais respeitável quanto mais responsável se mostra. (...)”

“Atenas e Roma dão exemplo de como houve responsabilidade onde quer que imperasse a lei. Temístocles, depois de haver assegurado a independência da Grécia contra o imperialismo persa, na batalha naval de Salamina (479 a.C.), foi obrigado a exilar-se no próprio território do inimigo impiedoso, porque a assembleia popular de Atenas o acusava de haver infringido os usos e costumes de moderação e temperança no acúmulo de riquezas. Públio Cipião, dito o Africano, o vencedor de Aníbal, perseguido pelo clamor tribunício e as cesuras de Catão, foi também compelido a exilar-se no interior da Itália (183 a.C.), acusado que era de malversação de dinheiros públicos. E os tiranos tiveram sempre, nos punhais dos súditos infieis, a sanção de sua responsabilidade de fato.

“Com o advento do Estado moderno, regulou-se o processo de responsabilização individual dos altos agentes do Poder Público. Coube à Inglaterra tomar a iniciativa, costumeiramente, aquele processo denominado de impeachment (impedimento). Através dele, os



'comuns' acusavam os ministros do rei por crime ou mau procedimento no exercício de suas funções, perante os 'lords', que os julgavam. Foi, a princípio, uma das grandes conquistas do Parlamento contra a prepotência real, que, embora não fosse diretamente atingida, tinha sua ação limitada pela repressão ministerial. Podia o impeachment incidir sobre qualquer súdito, admitindo as penas políticas, civis e criminais. (...)

*"Os Estados Unidos herdaram da Inglaterra essa instituição, e como a tantas outras, souberam aperfeiçoá-la. Além de haver a Constituição restringido o processo aos 'funcionários civis' (Constituição, art. 1.º, seq. 3, item VI) – na Inglaterra, incidia sobre qualquer súdito – admitia, somente, penas administrativas (perda do cargo e inabilitação para exercer outro), sem prejuízo das penas cíveis e criminais em que pudessem incorrer os acusados (Constituição, art. 1.º, seção 3, item VII). Não era mais um 'comum' que comparecia perante os **lords** para fazer a acusação; os deputados (membros da Casa dos Representantes), por sua maioria, recebiam, ou não, a denúncia, e a encaminhavam ao Senado, para julgamento por 2/3 de seus membros (ib.). O processo, contudo, dirigia-se, comumente, contra o presidente da República, que é responsável política, civil e criminalmente por seus atos, contrariamente ao que ocorre na Inglaterra, onde o chefe do Estado, o rei, é irresponsável. A Constituição norte-americana especificou os casos de responsabilização política: **treason** (traição), **bribery** (suborno) ou **high crimes** (grandes crimes) e **misdeemeanor** (má conduta): Constituição, art. II, seq. 4. Ficou ao arbítrio do Congresso a conceituação do que se entende por 'grandes crimes' e 'má conduta'.*

"Aí também se contam nos dedos os casos de impeachment, tendo apenas um presidente respondido a processo em 1868, Andrew Johnson, sucessor de Lincoln. Foi ele, contudo, absolvido por não haver a acusação obtido os votos de 2/3 dos senadores (W. B. Munro, ob. Cit. Págs. 290 e segs.). Outros altos serventuários têm respondido a impeachment: o senador Blount, e o secretário de Estado Belknap, respectivamente, em 1797 e 1876; os juízes Pickering, em 1803; Humphrey, em 1862; Archbold, 1912; e Ritter, em 1936 (Salisbury and Cushman, The Constitution, pág. 150)" (in Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 8ª ed., 1977, p. 344-347).

Pedro Calmon distinguia, no instituto do impedimento presidencial, diferentes sistemas de governo:

"No regime parlamentar, a responsabilidade é do ministério. No presidencialismo, é essencialmente do chefe de Estado.



“Na monarquia constitucional, o soberano não é responsável; está acima das penalidades; não responde pelos atos do governo. Por isso, têm os seus ministros toda a responsabilidade.

“O sistema presidencial, ao contrário, concentra a responsabilidade no Presidente da República. É pessoalmente, diretamente responsável, embora – na Constituição vigente do Brasil – não exclua isto a responsabilidade dos ministros, seus colaboradores” (in Curso de Direito Constitucional – Constituição de 1946. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947, p. 187).

Em sua obra clássica sobre o tema, Paulo Brossard definiu o *impeachment*.

“Visando a tornar efetiva a responsabilidade do Poder Executivo, a Constituição adotou um processo parlamentar, fiel ao princípio de que toda autoridade deve ser responsável e responsabilizável.

“Por ele, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, declara procedente a acusação, o Presidente da República, suspenso de suas funções, é submetido a julgamento perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade (...)

“A ideia de responsabilidade é inseparável do conceito de democracia. E o ‘impeachment’ constitui eficaz instrumento de apuração de responsabilidade e, por conseguinte, de aprimoramento da democracia” (Paulo Brossard de Souza Pinto, in O impeachment: aspectos da responsabilidade política do presidente da República. Porto Alegre: Globo, 1965, p. 10-12).

Pontes de Miranda também conceituava:

*“Chama-se **impeachment** a medida que tem por fito obstar, impedir, que a pessoa investida de funções públicas continue a exercê-la” (in Comentários à Constituição de 1967. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Tomo III, 1967, p. 347).*

E complementava com a definição de João Barbalho para os crimes de responsabilidade ensejadores do impedimento:



“Tudo o que pode enfraquecer o direito que o presidente tem ao respeito do povo, quebrar as barreiras que o cercam, fazê-lo joguete de maiorias ocasionais, tende a destruir nosso governo e prejudicar a liberdade constitucional”(ob. cit., p. 357).

Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins comentaram:

*“O **impeachment** é um instituto em si voltado a coisas grandes, à defesa da Pátria, à preservação da coisa pública, à preservação da própria Constituição. É a isto que o instituto está volvido, e não a transformar-se num instrumento canhestro de expansão de sentimentos condenáveis e espúrios”*(*in* Comentários à Constituição do Brasil [promulgada em 5 de outubro de 1988]. São Paulo: Saraiva, 4º volume, Tomo I, 1995, p. 159).

Por fim, cito Sahid Maluf:

*“Conclui o grande mestre (Prof. Lauro Nogueira) que ‘de um modo geral, o **impeachment** é o castigo à inidoneidade, a punição ao abuso de confiança, o corretivo à indignidade, à negligência, à má gestão dos negócios públicos.’*

*“No tocante à sua execução ou eficiência, o mestre cearense encara o **impeachment** como uma **pilhéria**, e lembra que ‘nunca, em nenhuma República presidencial, nenhum Presidente foi processado e condenado.’*

“Realmente, neste sistema em que o Presidente da República é todo-poderoso, em que a sua influência absorvente se estende sobre os demais poderes e domina toda a vida pública nacional, a responsabilidade criminal tende a permanecer no campo da teoria.

*“Tanto é assim que, decorridos quase dois séculos de presidencialismo no Continente Americano, não se tem notícia senão de um processo contra o Presidente Johnson, nos Estados Unidos, em 1868, que terminou pela absolvição, não obstante a evidência da inconstitucionalidade e da criminalidade dos atos de que era acusado. No Brasil, o processo de **impeachment** instaurado em 1992, contra o então presidente Fernando Collor de Mello, não chegou ao final, pois no*



dia do julgamento o indiciado renunciou ao mandato” (in Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 28ª ed. rev. e atual. pelo prof. Miguel Alfredo Malufe Neto, 2008, p. 262; negritos no original).

VII –

Quanto ao rito do *impeachment*, estabelece o artigo 86, *caput*, da Constituição de 1988:

“Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade”.

A melhor doutrina explica a duplicidade de fases no procedimento:

*“Sampaio Dória esclarece com maestria esta dualidade de apreciação pela Câmara Baixa: ‘Nesta fase, avultam dois atos da Câmara: 1º) ser, ou não, a denúncia objeto de deliberação; 2º) proceder, ou não, a acusação da denúncia. O primeiro ato não é arbitrário. A Câmara dos Deputados, para haver, ou não, a denúncia como objeto de deliberação, tem de apreciar a gravidade dos fatos alegados e o valor das provas oferecidas. Se os fatos imputados e as razões que os ditaram são aqueles notórios, e estas sem defesa, seria injustificável não haver a denúncia por objeto de deliberação. O que não se pode evitar é o exame do assunto. O segundo ato, porém, a declaração da procedência ou improcedência da ação, é discricionário. Não é o imperativo da Lei o que decide. Mas a conveniência aos interesses da nação, a oportunidade da deposição, ainda que merecida. Entre o mal da permanência no cargo de quem tanto mal causou e poderá repeti-lo, além do exemplo da impunidade, e o mal da deposição numa atmosfera social e política carregada de ódios, ainda que culpado o Presidente, poderá a Câmara isentá-lo do julgamento, dando por improcedente a acusação’ (**Comentários à Constituição de 1946**, v. 3, p. 388 e 389)” (Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, ob. cit., p. 157).*

*“O poder de julgar pertence, nos casos de responsabilidade do Presidente da República e nos crimes conexos dos Ministros de Estado, ao Senado, o que se explica por motivos também históricos, ou seja, a evolução que o **impeachment** teve na Inglaterra, passando do estágio*



*propriamente penal para o estágio político, ao ponto de Burke salientar que a Constituição inglesa tinha nesse instituto uma suprema garantia, pois era a única forma de reação do povo contra os potentados. São conhecidos os comentários de Hamilton no **The Federalist**, quando explicava as razões que tiveram os convencionais de Filadélfia para, seguindo a trilha inglesa, ver no procedimento da Câmara dos Representantes a fase propriamente de acusação, e de reservarem o julgamento para um outro órgão de mais moderação que a Câmara Popular e de composição maior que a Suprema Corte, com a serenidade que ajudaria a obra jurídica e com a autoridade decorrente da sua elevada investidura.*

“Mas, também é certo, e ensinam todos os tratadistas, até nos livros mais elementares, que no Direito americano, como no nosso Direito, ninguém cogitará da anulação de qualquer dispositivo legal quando a exegese jurídica permita um exame em conjunto dos dispositivos, para conduzir a uma interpretação do texto que não entre em conflito com o mandamento fundamental. (...)”

*“Quanto ao primeiro, nestes termos: ‘Nossa opinião sobre esta grave matéria é que, com muita sabedoria, se investiu o Senado com essa jurisdição. Um sábio comentador disse também que, de todos os ramos do governo, era o Senado o que apresentava mais garantia para o exercício dessas elevadas funções jurídicas. Como os acusadores, os senadores são também representantes do povo; porém o são em grau mais distante e por um mandato de mais larga duração. São, pois, mais independentes do povo, e, como os elegeram, sabendo que eles poderão ser chamados a preencher essas altas funções, seus mandantes têm neles a confiança de que desempenharão com sinceridade e fielmente um dever tão solene. Não podendo jamais ser acusadores, **não devem deixar-se levar, pelas animosidades de partido, às prevenções contra os indivíduos**; motivos que, apenas, podem às vezes ditar o ato de encarar o conjunto das grandes relações políticas do país, são, por isto mesmo, os mais aptos para pronunciar-se sobre as acusações que pertinem às transações com o exterior ou aos interesses políticos do interior. E, dos Lordes na Inglaterra, um corpo inteiramente isolado da influência das paixões do povo e ainda separado de seus interesses, não vemos nenhuma outra fração de governo que apresente mais garantias de imparcialidade e independência” (Prado Kelly, *in Estudos de Ciência Política*. São Paulo: Saraiva, Tomo II, 1966, p. 77 e 90; negritos no original).*

VIII –

No processo e julgamento do *impeachment*, pelo Senado Federal, *“funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal”* (artigo 52, parágrafo único, da Constituição de 1988):



“Se nos Estados Unidos, como na Argentina, o Presidente da Suprema Corte assume a chefia do Senado unicamente quando é o Presidente da República o acusado, entre nós ‘funcionará como presidente do Senado o do Supremo Tribunal Federal’, toda vez que o Senado tiver de julgar ou processar e julgar.

“Os autores nacionais, em sua generalidade, repetindo os americanos e argentinos, ou por estes influenciados, sustentam que o Presidente do Supremo Tribunal Federal é chamado a presidir o Senado, em processos de ‘impeachment’, para evitar que o faça seu presidente, o qual, como Vice-Presidente da República, teria interesse na condenação do Chefe do Estado, caso em que, sucedendo-o, assumiria ele o governo do país. (...)

“Aurelino Leal, embora claudicante no que se refere ao julgamento do Presidente da República, observou que nos demais não teria cabimento a alegada suspeição, que ele inadvertidamente aceita quanto à hipótese em exame. A seu ver, ‘a razão geral, dominadora de todos os casos, está na especialidade da função que o Senado é chamado a desempenhar, e para a qual seria inapto todo aquele que não tivesse tirocínio judicial’. Para solucionar situações e incidentes possíveis no curso do processo, mal se haveriam senadores que não fossem juristas. De resto, o magistrado que preside a mais alta Corte judiciária do país, de notório saber jurídico e reputação ilibada, deve inspirar confiança a acusadores e acusado. Se é certo que a sua só presença não seria milagrosa, ‘não é pouco manter fórmulas, procurar, com a experiência, estabelecer os pontos de discussão, esclarecer as questões e habilitar o tribunal a bem decidir.

“Em verdade, se o Presidente do Supremo Tribunal Federal for magistrado que esteja à altura do alto cargo que a nação lhe confiou, com o saber que tenha, a autoridade moral que possua, o prestígio da toga que enverga, a majestade da função que exerce, interpretando as leis com sabedoria, e aplicando-as com imparcialidade, poderá ele proporcionar condições melhores de julgamento, o julgamento inspirar mais confiança e maior acatamento popular a decisão do Senado, que é definitiva e irreversível” (Paulo Brossard de Souza Pinto, ob. cit., p. 147-149).

Cabe aqui analogia com o julgamento, pelo Tribunal do Júri, dos crimes dolosos contra a vida, previsto pela Carta Magna:

“Art. 5º. (...)



“XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

“a) a plenitude de defesa;

“b) o sigilo das votações;

“c) a soberania dos veredictos;

“d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; (...).”

Sobre a participação do juiz na condução do julgamento – ainda sob a antiga redação do Código de Processo Penal, quando era mais detalhado o questionário submetido aos jurados – Júlio Fabrini Mirabete assinalou:

“Pode ocorrer que a resposta de um quesito esteja em contradição com as referentes aos precedentes, denunciando-se assim a falta de esclarecimentos dos jurados ou o equívoco destes no momento de depositar seus votos. Dispõe, por isso, o artigo 489: ‘Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já proferidas, o juiz, explicando aos jurados em que consiste a contradição, submeterá novamente à votação dos quesitos a que se referem tais respostas’. (...)

*“Pode o juiz repetir a votação de qualquer quesito, quando entender que a resposta a qualquer deles não se coadune com a linha de decisão já manifestada e resposta anterior. Não há, na hipótese, qualquer irregularidade; ao contrário, **o juiz deve evitar votação contraditória, o que é causa de nulidade do julgamento**” (in Processo Penal. São Paulo: Atlas, 1991, p. 510-511, grifei).*

À semelhança do processo penal, o presidente do Supremo Tribunal Federal, com o seu **“tirocínio judicial”** (Aurelino Leal, *apud* Paulo Brossard, ob. cit.), deverá agir para evitar, na presidência do processo e julgamento do *impeachment*, que os senadores incorram em vícios procedimentais e violem o ordenamento jurídico. **Agir, portanto, para evitar a nulidade do julgamento.**

IX –

Sobre a penalidade imposta aos acusados de crime de responsabilidade, dispõe a Constituição de 1988:



“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

“I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

“II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (...)

*“Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a **condenação**, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, **à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis**”(grifei).*

José Afonso da Silva explana:

*“O **processo** seguirá os trâmites legais, com oportunidade de ampla defesa ao imputado, concluindo pelo **juízo**, que poderá ser absolutório, com o arquivamento do processo, ou condenatório por dois terços dos votos do Senado, **limitando-se a decisão à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis** (art. 52, parágrafo único). É isso que caracteriza o chamado **impeachment**” (in Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 17ª ed., 2000, p. 549-550).*

X –

A pena de inabilitação para o exercício de função pública já possuiu caráter de pena acessória, no Direito brasileiro.

Todavia, foi abolida essa caracterização, conforme lição de Uadi Lammêgo Bulos:

“A pena de inabilitação não é uma novidade do Texto de 1988. Existe, entre nós, desde a Carta de 1891, quando as Leis n. 27 (arts. 23 e 24) e



30 (art. 2º), de 1892, que regulavam o crime de responsabilidade do Presidente da República, a previam com o caráter de pena acessória.

“Entendimento do STF: ‘O impeachment no Brasil tem características que o distinguem do modelo americano. Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, lei ordinária definirá os crimes de responsabilidade, disciplinará a acusação e estabelecerá o processo e julgamento. Alteração do direito positivo brasileiro. A Lei n. 27, de 7-1-1892, no art. 3º, estabelecida: a) o processo de impeachment somente poderia ser intentado durante o período presidencial; b) intentado, cessaria quando o Presidente, por qualquer motivo, deixasse definitivamente o exercício do cargo. A Lei 1.079, de 1950, estabelece, qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo. No sistema do direito anterior à Lei n. 1.079, de 1950, isto é, no sistema das Lei n. 27 e 30, de 1892, era possível a aplicação tão-somente da pena de perda do cargo (Constituição Federal de 1891, art. 33, §3º; Lei n.30, de 1892, art. 2º), emprestando-se à pena de inabilitação o caráter de acessoriedade (CF de 1934, art. 58, §7º; CF de 1946, art. 62, §3º; CF de 1967, art. 44, parágrafo único; EC 1/69, art. 42, parágrafo único; CF de 1988, art. 52, parágrafo único; Lei n. 1.079, de 1950, arts. 2º, 31, 33 e 34)’ (STF, MS 21.689-1, Rel. Min. Carlos Velloso, DJU de 7-4-1995).

“Hoje, é uma categoria constitucional autônoma (CF, art. 52, parágrafo único), evitando que o ex-mandatário condenado, seja ele presidente, governador ou prefeito, renuncie e, meses depois, retorne ao cargo, como se nada tivesse acontecido.

“Daí a justificativa para a sua previsão constitucional.

“E, havendo renúncia, o processo de responsabilidade prossegue, normalmente, seja para condenar ou absolver, seja para afastar, ou não, o governante das funções públicas por oito anos.

“Lembremos que a inabilitação compreende todas as formas de funções públicas. Aliás, não há buscar uma interpretação **contra constitutionem** da terminologia.

“**Função pública** é aquela que deriva de concursos públicos, de cargos de confiança e, evidentemente, de cargos eletivos.

“O Supremo Tribunal Federal decidiu que a inabilitação para o exercício de função pública, decorrente da perda do cargo de Presidente da República por crime de responsabilidade (CF, art. 52, parágrafo único), compreende o exercício do cargo ou mandato eletivo. Desse modo, manteve acórdão do Tribunal Superior Eleitoral que julgou procedente a impugnação ao pedido de registro de candidatura de ex-presidente.

“**Precedente:** STF, RE 234.223/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti, decisão de 1º-9-1998.



“Mas a pena de inabilitação por oito anos não compromete a liberdade de locomoção.

*“Em **habeas corpus** impetrado em favor do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, imediatamente após o julgamento no Senado Federal, o Pretório Excelso decidiu que ‘a função pública eletiva ou de nomeação, não pôs em risco o **status libertatis** do paciente, e, portanto, não legitima a utilização do **habeas corpus**” (in Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 1.034-1.035).*

No mesmo sentido, o escólio de José Afonso da Silva:

*“A regra, como se vê, declara que a decisão do Senado se limita à decretação da perda do cargo (a decisão decreta o **impeachment**), com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública. A ideia subjacente era a de que ‘com inabilitação’ importava numa consequência advinda da decretação da perda do cargo. Mas o Senado Federal, no caso Collor de Mello, deu outra interpretação ao texto, de onde proveio a compreensão de que, a renúncia ao cargo, durante o processo de julgamento, não implica sustação deste, que prosseguirá para confirmar a inabilitação pelo prazo indicado. Deu-se à perda do cargo pela renúncia o mesmo efeito da perda por decisão do juízo político. Note-se que a inabilitação decorre necessariamente da pena de perda do cargo, pois, no sistema atual, não comporta apreciação quanto a saber se cabe ou não cabe a inabilitação. ‘Com inabilitação’ é uma cláusula que significa decorrência necessária, não precisando ser expressamente estabelecida nem medida, pois o tempo é também prefixado pela própria Constituição. No caso Collor de Mello, o Senado teve que se pronunciar precisamente, porque a renúncia se dava exatamente no momento do julgamento e cumpria verificar, à falta de precedentes, se o processo se encerrava ou se prosseguia o julgamento para concluir pela aplicação da pena de inabilitação para a função pública pelo prazo de oito anos. A decisão foi no sentido de que o julgamento prosseguia e, em prosseguindo, concluiu, como não poderia ser diferente, pela inabilitação, considerando esta uma pena autônoma. Contudo, não tem ela autonomia para, em se aplicando a pena de perda do cargo, deixar de aplicá-la. Aí ela decorre por força de consequência da norma em análise” (ob. cit., p. 549-550).*

Manoel Gonçalves Ferreira Filho sustentou de modo diverso, em obra editada anteriormente ao impedimento do ex-presidente Collor de Mello:



*“A condenação no processo de crimes de responsabilidade importa uma sanção principal: a **perda do cargo**; e uma acessória: a inabilitação por oito anos para o exercício de função pública.*

“No direito anterior, o prazo de inabilitação era de apenas cinco anos (Emenda n. 1/69, artigo 42, parágrafo único), sendo igual a solução nos textos de 1934, 1937, 1946, 1967.

*“Todavia, como o **impeachment** não é estritamente um processo criminal (cf. nosso **Curso de direito constitucional**, cit., p. 132); e Paulo Frederico Marques, **Da competência em matéria penal**, p. 154; e Paulo Brossard, **O ‘impeachment’**, p. 82), a imposição dessa sanção não exclui a ação da justiça ordinária. Ou seja, processo criminal comum, que poderá concluir com a condenação a uma pena, como a reclusão” (**in** *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. São Paulo: Saraiva, volume 2, 1992, p. 44; negritos no original).*

Nos Estados Unidos, Akhil Reed Amar, constitucionalista formado pela Yale Law School, assenta que a punição que resulta do *impeachment* é política: remoção automática do cargo e desqualificação para ocupar cargos futuros (*in* *America’s Constitution – A Biography*. New York: Random House Trade Paperbacks, 2005, p. 202-203).

Na Argentina, o artigo 53 da Constituição aponta as pessoas submetidas a *impeachment* (“*enjuiciamiento político*”): presidente, vice-presidente, chefe de gabinete de ministros, ministros e membros da Corte Suprema.

O procedimento se assemelha ao adotado pela Constituição Brasileira, com acusação pela Câmara de Deputados e julgamento pelo Senado, sob a presidência do presidente da Corte Suprema.

As penalidades cominadas são a destituição do cargo e inabilitação para o exercício de funções públicas.

No país vizinho, há controvérsia sobre o caráter acessório, ou não, da pena de inabilitação.

Jorge Vanossi, jurista e político argentino, “*entiende que la inhabilitación es una pena de carácter principal y no accesoria, pues se puede enjuiciar al funcionario o magistrado aun cuando éste hubiere renunciado a sus funciones*” (*apud* Juan F. Armagnague. *Curso de Derecho Constitucional Argentino y Comparado*. Buenos Aires: La Ley, 2009, p. 276, 285 e 295).

XI –

Norberto Bobbio concebia o ordenamento jurídico como sistema:



*“Entendemos por 'sistema' uma **totalidade ordenada**, um conjunto de entes entre os quais existe uma certa ordem. Para que se possa falar de uma ordem, é necessário que os entes que a constituem não estejam somente em relacionamento com o todo, mas também num relacionamento de coerência entre si. Quando nos perguntamos se um ordenamento jurídico constitui um sistema, nos perguntamos se as normas que o compõem estão num relacionamento de coerência entre si, e em que condições é possível essa relação” (in Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: Editora UnB, trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos, 8ª ed., 1996, p. 71; grifos no original).*

Citava Del Vecchio:

“Cada proposição jurídica em particular, mesmo podendo ser considerada também em si mesma, na sua abstratividade, tende naturalmente a se constituir em sistema. A necessidade da coerência lógica leva a aproximar aquelas que são compatíveis ou respectivamente complementares entre si, e a eliminar as contraditórias ou incompatíveis. A vontade, que é uma lógica viva, não pode desenvolver-se também no campo do Direito, a não ser que ligue as suas afirmações, à guisa de reduzi-las a um todo harmônico”(ob. cit., p. 75).

E Perassi:

“As normas, que entram para constituir um ordenamento, não ficam isoladas, mas tornam-se parte de um sistema, uma vez que certos princípios agem como ligações, pelas quais as normas são mantidas juntas de maneira a constituir um bloco sistemático”(ob. cit., p. 75).

Bidart Campos acrescenta que as normas constitucionais não podem ser interpretadas isoladamente:

“Las normas de la constitución no pueden interpretarse en forma aislada, desconectándolas del todo que componen. La interpretación debe hacerse, al contrario, integrando las normas en la unidad sistemática de la constitución, relacionándolas,



comparándolas, coordinándolas y armonizándolas, de forma tal que haya congruencia y compatibilidad entre ellas” (German J. Bidart Campos, in Tratado Elemental de Derecho Constitucional Argentino. Buenos Aires: Ediar, Tomo I, 1995, p. 126-127).

Recorro ainda a dois clássicos juristas brasileiros, Carlos Maximiliano e Carvalho Santos:

“Não basta conhecer as regras aplicáveis para determinar o sentido e o alcance dos textos. Parece necessário reuni-las e, num todo harmônico, oferecê-las ao estudo, em um encadeamento lógico.

“A memória retém com dificuldade o que acidental; por outro lado, o intelecto desenvolve dia a dia o logicamente necessário, como consequência, evidente por si mesma, de um princípio superior. A abstração sistemática é a lógica da ciência do Direito. Ninguém pode tornar-se efetivo senhor de disposições particulares sem primeiro haver compreendido a milímoda variabilidade do assunto principal na singeleza de ideias e conceitos de maior amplitude; ou, por outras palavras, nas simples unidade sistemática’ (Heinrich Gerland).

*“Descobertos os métodos de interpretação, examinados em separado, um por um; nada resultaria de orgânico, de construtor, se os não enfeixássemos em um todo lógico, em um complexo harmônico. A análise sucede a síntese. Intervenha a Hermenêutica, a fim de proceder à **sistematização** dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito. (...)*

*“Consiste o **Processo Sistemático** em comparar o dispositivo sujeito a exegese, com outros do mesmo repositório ou de leis diversas, mas referentes ao mesmo objeto.*

“Por umas normas se conhece o espírito das outras. Procura-se conciliar as palavras antecedentes com as consequentes, e do exame das regras em conjunto deduzir o sentido de cada uma” (Carlos Maximiliano, in Hermenêutica e Aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 10ª ed., 1988, p. 5 e 128; negritos no original).

*“Um texto de lei, na verdade, nunca deve ser interpretado isoladamente. Nem tampouco as suas palavras ou frases. Aí já estamos em pleno domínio da **interpretação lógica**, que se baseia no contexto da lei como um todo único, sendo certo mesmo que a pesquisa do fim que o legislador teve em vista ao empregar determinado vocábulo ou certa locução pertence ao **processo lógico**.*



“Devem, ao contrário, texto legal, palavras ou locuções ser interpretados em conjunto, tendo-se em vista os demais artigos da lei. E, sempre que surja ambiguidade ou dúvida sobre o verdadeiro sentido de qualquer expressão, deve o contexto ser consultado como um meio de remover a obscuridade.

*“As palavras e frases da lei, em suma, não devem ser encarados como expressões destacadas e isoladas, mas o corpo e cada parte dela devem ser considerados como fixando o espírito de cada um dos seus artigos” (Carvalho Santos, *in Código Civil Brasileiro Interpretado*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, vol. I, 14ª ed., 1986, pp. 84-85; negritos meus).*

Estipula a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei das Inelegibilidades), com a redação da Lei Complementar nº 135/2010 (chamada “Lei da Ficha Limpa”):

“Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

(...) c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#)) (...).”

Não mencionou presidente e vice-presidente porque a inelegibilidade destes já se acha prevista pela Constituição Federal, cuja disposição novamente transcrevo:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (...)

*Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, **com inabilitação, por oito anos, para o***



exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis' (negritos meus).

A Lei nº 1.079/50, ao definir os crimes de responsabilidade e regular o respectivo processo de julgamento, já dispunha:

*"Art. 2º - Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, **com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública**, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República"*(negritos meus).

Recorro à melhor doutrina eleitoralista:

*"É curioso notar que o referido art. 1º, I, **b**, da Lei 64/1990 exclui o Presidente da República e seu Vice da regra ali contida, o que nos parece absolutamente incompreensível. Ainda que o art. 52, I e parágrafo único do Texto Constitucional tenham tratado do processo e julgamento do Presidente da República pelo Senado Federal 'nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles', e, ainda que o parágrafo único do próprio art. 52 da CF/1988 tenha dito que 'funcionará como Presidente o do STF, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis', não havendo óbices para que o legislador da Lei 64/1990 fixasse prazo de inelegibilidade idêntico ao caso tratado na alínea **c** do inc. I do art. 1º. A sanção aplicada no processo de **impeachment** é além da perda do cargo eletivo, a **inabilitação por oito anos para o exercício da função pública**.*

"O que pretende o art. 52, parágrafo único, da CF/1988 ao impor a sanção de inabilitação por oito anos para o exercício da função pública é impedir que o Presidente sancionado possa exercer nesse período qualquer mandato eletivo ou cargo público (efetivo ou em comissão). O dispositivo é incompreensível sob o viés da lei de inelegibilidades porque o regime jurídico do Presidente da República, o mais importante cargo eletivo do país, se for afastado por impeachment perde o cargo e fica inabilitado para o exercício de função pública, e, ainda que se entenda



*que esta inabilitação sob o prisma eleitoral dá origem a uma inelegibilidade por oito anos (tempo de duração da sanção de inabilitação), deveria o legislador ter fixado regra específica de inelegibilidade, no mínimo idêntica aos demais chefes do executivo, quando houvesse condenação do Presidente da República em processo de **impeachment***” (Marcelo Abelha Rodrigues e Flávio Cheim Jorge, *in Manual de Direito Eleitoral*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 83-84; negritos no original).

XII –

Fábio Konder Comparato é jurista que admiro de longa data. Sou leitor assíduo das suas diversas obras filosóficas e jurídicas.

Celso Antônio Bandeira de Mello é um dos meus gurus no campo do Direito Administrativo, onde me doutorei.

Ambos – a quatro mãos – emitiram parecer no sentido de que a pretensão de impeachment da então presidente Dilma Rousseff *“em termos jurídicos, é literalmente absurda, pois não tem o mais remoto suporte no direito positivo”* (portal *Migalhas*, disponível em <http://www.migalhas.com.br/>, acesso em 14.10.2015).

Portanto, o professor Comparato é insuspeito para ser mencionado neste tão delicado caso.

Pois bem: por ocasião do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, ele exarou brilhante parecer, no qual acusou a *“falsa acessoriedade da pena de interdição de direitos, nos crimes de responsabilidade”*.

*“Todo esse malabarismo semântico e retórico não pode obscurecer a verdade singela de que a Constituição instituiu, para esses crimes políticos, **duas penas conjuntas**, como revela, de resto, o emprego da preposição ‘com’, no sentido primigênio que teve na língua matriz e continua a manter em todos os idiomas neolatinos.*

“O texto constitucional, em sua estrutura de norma penal, é estritamente vinculante para o julgador. Reconhecendo o Senado que o acusado cometeu crime de responsabilidade, como tal definido em lei especial, não pode deixar de aplicar ambas as penas previstas. É, justamente, deixando de fazê-lo, que o órgão julgador cometeria um abuso e violaria a Constituição” (negritos no original).



Lastreado na fidedigna conclusão de Comparato, concluo respeitosamente: **não podia o Senado Federal, ao decidir pela cassação do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, deixar de declará-la inabilitada para o exercício de função pública, por oito anos.**

XIII –

Mas a controvérsia não termina aqui.

Ainda temos de examinar a natureza do julgamento do *impeachment*.

Segundo a doutrina norte-americana, não é julgamento criminal. É julgamento político e a penalidade imposta também possui natureza política: remoção automática do cargo e desqualificação para ocupar cargos futuros:

“America’s Constitution transformed impeachment into a more precise and proportionate system of political punishment. While the English High Court of Parliament claimed jurisdiction to impeach even private citizens, in America only federal ‘Officers’ would be subject to impeachment. America’s impeachment tribunal would itself be politically accountable, structured to permit judgments of statecraft to percolate into the process and the thereby enhance the public legitimacy of the verdict. Most important of all, the only punishment that could result from American impeachment would be political punishment – automatic removal from office and possible disqualification to hold future office. All other sanctions were reserved to ordinary criminal courts, state and federal” (Akhil Reed Amar, ob. e págs. cit.).

Segundo Paulo Brossard, no tempo do Império a pena a aplicada ao acusado, no processo de *impeachment*, era criminal. Agora possui marcante natureza política:

*“A definição do ‘impeachment’ vem dando margem a divergências de monta: foi tido como instituto penal, encarado como medida política, indicado como providência administrativa, apontado como ato disciplinar, concebido como processo misto, quando não heteróclito; e, é claro, como instituição **sui generis**. As divergências resultam, talvez, da defectiva terminologia do Direito Constitucional, mas existem. (...)*

“Entre nós, porém, como no direito norte-americano e argentino, o ‘impeachment’ tem feição política, não se origina senão de causas



políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos, - julgamento que não exclui, antes supõe, é óbvio, a adoção de critérios jurídicos. Isto ocorre mesmo quando o fato que o motive possua iniludível colorido penal e possa, a seu tempo, sujeitar a autoridade por ele responsável a sanções criminais, estas porém aplicáveis exclusivamente pelo Poder Judiciário” (Paulo Brossard de Souza Pinto, ob. cit., p. 71, 131 e 132).

Não discrepam outros doutrinadores:

*“Só uma pena pode ser aplicada: a de perda do cargo de Presidente da República ou de Ministro de Estado (é possível a absolvição daquele e a condenação desse), com inabilitação, até o máximo de cinco anos, para exercer qualquer função pública. Por isso, o acusado e o condenado continuam sujeitos aos tribunais, agora comuns. ‘A pena’, dizia ALEXANDER HAMILTON, em **The Federalist**, ‘que da condenação no **impeachment** pode resultar, não remata o castigo do delinquente. Após sentenciado a perder para sempre o apreço, a confiança, as dignidades e as remunerações pecuniárias da sua pátria, ainda fica sujeito a julgamento e condenação pela via ordinária das leis” (Pontes de Miranda, ob. cit., p. 349).*

*“A doutrina controverte acerca da exata natureza do julgamento em decorrência da prática de atos descritos como crime de responsabilidade. Com efeito, não se identificam esses por inteiro com o julgamento devido ao cometimento de ilícitos penais. Assim é que, mesmo tendo sido sancionado com a destituição do cargo, pode, ainda, o incurso em crime de responsabilidade ir a ser objeto de condenação no juízo criminal, bastando para isso que o ato ensejador do **impeachment** seja também descrito pelas leis penais como antecedente de uma sanção. Em outras palavras, a condenação ao impedimento não elide os castigos próprios da lei criminal. Ademais, como já visto, a deposição do cargo, por qualquer razão, antes do julgamento, torna este impossível por perda do seu objeto.*

*“Pode-se dizer que os objetivos do **impeachment** são diversos dos da lei penal. Esta visa sobretudo à aplicação de uma medida punitiva, como instrumento a serviço de repressão ao crime. O processo de impedimento almeja antes de tudo a cessação de uma situação afrontosa à Constituição e às leis. A permanência de altos funcionários em cargos cujas competências, se mal exercidas, podem colocar em*



risco os princípios constitucionais e a própria estabilidade das instituições e a segurança da nação, dá nascimento à necessidade de uma medida também destinada a apeá-los do poder.

“O crime de responsabilidade tem como característica própria da jurisdição a circunstância de ser apenas cabível dentro das hipóteses legais, se bem que os fatos delituosos, no impedimento, não estejam sujeitos a uma tipicidade tão rigorosa como aquela existente no direito penal. No mais, quanto aos seus objetivos, os do impedimento transcendem aos da repressão ao crime. Eles encontram assento no próprio sistema de freios e contrapesos, segundo o qual nenhum dos poderes é por si só soberano. A medida grave e extremada do impedimento, dentro do sistema de separação de poderes do presidencialismo, radica-se na necessidade de dispor-se de medida eficaz voltada a pôr cobro a uma eventual situação de afronta e violência à Constituição” (Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, ob. cit., p. 157-158).

XIV –

Sendo **política** a natureza do *impeachment*, desponta outra importante indagação: **é recorrível a decisão do Senado Federal, que absolve ou condena o presidente acusado?**

E mais: **interposto recurso perante o Poder Judiciário, poderá este rever uma decisão de natureza política?**

Examinemos.

Estabelece o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988:

“A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Discorre José Afonso da Silva:

*“O princípio da proteção judiciária, também chamado **princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional**, constitui, em verdade, a principal garantia dos direitos subjetivos. Mas ele, por seu turno, fundamenta-se no princípio da separação de poderes, reconhecido pela doutrina como garantia das garantias constitucionais. Aí se junta uma constelação de garantias: as da independência e imparcialidade do juiz,*



a do juiz natural ou constitucional, a do direito de ação e de defesa. Tudo insito nas regras do art. 5º, XXXV, LIV e LV.

*“O art. 5º, XXXV, declara: **a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito**. Acrescenta-se agora **ameaça a direito**, o que não é sem consequência, pois possibilita o ingresso em juízo para assegurar direitos simplesmente ameaçados. Isso já se admitia, nas leis processuais, em alguns casos. A Constituição amplia o direito de acesso ao Judiciário, antes de concretização da lesão.*

“A primeira garantia que o texto revela é de que cabe ao Poder Judiciário o monopólio da jurisdição, pois sequer se admite mais o contencioso administrativo que estava previsto na Constituição revogada. A segunda garantia consiste no direito de invocar a atividade jurisdicional sempre que se tenha como lesado ou simplesmente ameaçado um direito, individual ou não, pois a Constituição já não mais o qualifica de individual, no que andou bem, porquanto a interpretação sempre fora a de que o texto anterior já amparava direitos, p. ex., de pessoas jurídicas ou de outras instituições ou entidades não individuais, e agora hão de levar-se em conta os direitos coletivos também” (ob. cit., p. 431-432).

A decisão do Senado Federal, no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, foi um **ato político**, assim definido por Paulo Magalhães da Costa Coelho:

*“A teoria foi construída doutrinariamente pelo jurista francês Dufour, que propunha a conceituação de atos políticos como aqueles destinados à defesa da sociedade em face de seus inimigos. Poder-se-ia, todavia, conceitua-los como atos emanados no uso de competência constitucional, com grande margem de apreciação quanto aos juízos de conveniência e oportunidade e que diriam respeito aos altos interesses do Estado e à vida da coletividade e, por isso mesmo, para parcela da doutrina e da jurisprudência, insindicáveis jurisdicionalmente” (in *Controle jurisdicional da Administração Pública*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 172).*

No entanto, ressalva o eminente desembargador e professor paulista:

“Impende registrar que os atos das Comissões Parlamentares de Inquérito são passíveis de controle jurisdicional, sempre que, de seu eventual exercício abusivo, derivarem injustas lesões ao regime das liberdades públicas e à integridade dos direitos e garantias individuais.



*“Desse modo, as ofensas ao **status libertatis** ou a direitos outros titularizados por pessoas ou entidades que sofram as consequências prejudiciais da ação eventualmente arbitrária de uma CPI tornam-se ...*

p. 187... suscetíveis de reparação por efeito de decisões do Poder Judiciário.

“É preciso não perder da perspectiva que, no regime constitucional que consagra o Estado democrático de direito, as decisões políticas emanadas de qualquer das Casas do Congresso Nacional, na medida em que delas derivem consequências de ordem jurídica, estão sujeitas ao controle jurisdicional desde que tomadas com inobservância da Constituição.

“Quando estiver em questão a necessidade de impor o respeito à ordem constitucional estabelecida, a invocação do princípio da separação de poderes não terá a virtude de exonerar qualquer das Casas do Congresso Nacional do dever de observar o que prescreve a Lei Fundamental da República.

*“Lapidar, nesse tema, o magistério sempre erudito e irrepreensível, de Pedro Lessa (‘Do Poder Judiciário’, p. 65-6, 1915, Livraria Francisco Alves, **verbis**:*

*‘Em substância: exercendo atribuições políticas, e tomando resoluções políticas, move-se o Poder Legislativo num vasto domínio, que tem como limite um círculo de extremo diâmetro, que é a Constituição Federal. Enquanto não transpõe essa periferia, o Congresso elabora medidas e normas, que escapam à competência do Poder Judiciário. **Desde que ultrapassa a circunferência, os seus atos estão sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, que, declarando-os inaplicáveis por ofensivos a direitos, lhes tira toda a eficácia jurídica**’ (grifei)” (ob. cit., p. 186-187).*

Não destoa Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“Costuma-se dizer que os atos emanados no exercício da função política não são passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário; as Constituições de 1934 (art. 68) e 1937 (art. 94) estabeleciam que as questões exclusivamente políticas não podiam ser apreciadas pelo Poder Judiciário. As Constituições posteriores silenciaram, mas a vedação persiste, desde que se considerem como questões **exclusivamente** políticas que, dizendo respeito à **polis**, não afetam direitos subjetivos. No entanto, se houver lesão a direitos individuais e, atualmente, aos*



chamados interesses difusos protegidos por ação popular e ação civil pública, o ato de Governo será passível de apreciação pelo Poder Judiciário.

“São exemplos de atos políticos: a convocação extraordinária do Congresso Nacional, a nomeação de Comissões Parlamentares de Inquérito, as nomeações de Ministros de Estado, as relações com Estados estrangeiros, a declaração de guerra e de paz, a permissão para que forças estrangeiras transitem pelo território do Estado, a declaração de estado de sítio e de emergência, a intervenção federal nos Estados; além disso, podem ser assim considerados os atos decisórios que implicam a fixação de metas, de diretrizes ou de planos governamentais; estes se inserem na função política do Governo e serão executados pela Administração Pública (em sentido estrito), no exercício da função administrativa propriamente dita. (...)”

“Nos casos concretos, poderá o Poder Judiciário apreciar a legalidade ou constitucionalidade dos atos normativos do Poder Executivo, mas a decisão produzirá efeitos apenas entre as partes, devendo ser observada a norma do artigo 97 da Constituição Federal, que exige maioria absoluta dos membros dos Tribunais para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

*“Com relação aos **atos políticos**, é possível também a sua apreciação pelo Poder Judiciário, desde que causem lesão a direitos individuais ou coletivos. Houve um período no direito brasileiro, na vigência da Constituição de 1937, em que os atos políticos eram insuscetíveis de apreciação judicial, por força de seu artigo 94. Essa norma ligava-se à concepção do ato político como sendo aquele que diz respeito a interesses superiores da nação, não afetando direitos individuais; como o exercício do direito de ação estava condicionado à existência de um **direito individual** lesado, não ocorrendo essa lesão, faltava o interesse de agir para o recurso às vias judiciais.*

*“Essa concepção, que persistiu mesmo após a referida Constituição, foi aos poucos sendo superada; inicialmente, pelo reconhecimento de que o ato político pode, em determinados casos, causar lesão a direitos individuais, como ocorre na promoção de juízes e na intervenção federal; disso resultou uma distinção entre **atos exclusivamente políticos** (que não afetam direitos individuais) e atos **quase políticos** ou **não exclusivamente políticos** (que, embora dizendo respeito a interesses superiores do Estado, da nação, da sociedade, afetam também direitos individuais); os primeiros não podiam e os segundos podiam ser submetidos ao Poder Judiciário.*

*“Pela atual Constituição, existe mais uma razão para admitir-se o controle judicial dos atos políticos; é que o artigo 5º, inciso XXXV, proíbe seja excluída da apreciação judicial a lesão ou ameaça a **direito**, sem distinguir se ele é individual ou coletivo; além disso, previu, além da ação*



popular, outras medidas judiciais cabíveis para defesa dos direitos e interesses coletivos, como a ação civil pública e o mandado de segurança coletivo. Com isso, ampliou também a possibilidade de apreciação judicial dos atos exclusivamente políticos.

*“Quanto aos **atos interna corporis** (Regimento dos atos colegiados), em regra não são apreciados pelo Poder Judiciário, porque se limitam a estabelecer normas sobre o funcionamento interno dos órgãos; no entanto, se exorbitarem em seu conteúdo, ferindo direitos individuais e coletivos, poderão também ser apreciados pelo Poder Judiciário” (in **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 15ª ed., 2003, p. 56 e 617, **negritos no original**).*

Anotei jurisprudência:

*“MANDADO DE SEGURANÇA - QUESTÕES PRELIMINARES REJEITADAS - PRETENDIDA INCOGNOSCIBILIDADE DA AÇÃO MANDAMENTAL, PORQUE DE NATUREZA "INTERNA CORPORIS" O ATO IMPUGNADO - **POSSIBILIDADE DE CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS DE CARÁTER POLÍTICO, SEMPRE QUE SUSCITADA QUESTÃO DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL** - O MANDADO DE SEGURANÇA COMO PROCESSO DOCUMENTAL E A NOÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - CONFIGURAÇÃO, NA ESPÉCIE, DA LIQUIDEZ DOS FATOS SUBJACENTES À PRETENSÃO MANDAMENTAL - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DIREITO DE OPOSIÇÃO - PRERROGATIVA DAS MINORIAS PARLAMENTARES - EXPRESSÃO DO POSTULADO DEMOCRÁTICO - DIREITO IMPREGNADO DE ESTATURA CONSTITUCIONAL - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR E COMPOSIÇÃO DA RESPECTIVA CPI - IMPOSSIBILIDADE DE A MAIORIA PARLAMENTAR FRUSTRAR, NO ÂMBITO DE QUALQUER DAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL, O EXERCÍCIO, PELAS MINORIAS LEGISLATIVAS, DO DIREITO CONSTITUCIONAL À INVESTIGAÇÃO PARLAMENTAR (CF, ART. 58, § 3º) - MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. O ESTATUTO CONSTITUCIONAL DAS MINORIAS PARLAMENTARES: A PARTICIPAÇÃO ATIVA, NO CONGRESSO NACIONAL, DOS GRUPOS MINORITÁRIOS, A QUEM ASSISTE O DIREITO DE FISCALIZAR O EXERCÍCIO DO PODER. - Existe, no sistema político-jurídico brasileiro, um verdadeiro estatuto constitucional das minorias parlamentares, cujas prerrogativas - notadamente aquelas pertinentes ao direito de investigar - devem ser preservadas pelo Poder Judiciário, a quem incumbe proclamar o alto significado que assume, para o regime democrático, a essencialidade da proteção jurisdicional a ser dispensada ao direito de oposição, analisado na perspectiva da prática republicana das*



instituições parlamentares. - A norma inscrita no art. 58, § 3º, da Constituição da República destina-se a ensejar a participação ativa das minorias parlamentares no processo de investigação legislativa, sem que, para tanto, mostre-se necessária a concordância das agremiações que compõem a maioria parlamentar. - O direito de oposição, especialmente aquele reconhecido às minorias legislativas, para que não se transforme numa prerrogativa constitucional inconsequente, há de ser aparelhado com instrumentos de atuação que viabilizem a sua prática efetiva e concreta no âmbito de cada uma das Casas do Congresso Nacional. - A maioria legislativa não pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º, da Constituição e que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, sobre fato determinado. Precedentes: MS 24.847/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. - A ofensa ao direito das minorias parlamentares constitui, em essência, um desrespeito ao direito do próprio povo, que também é representado pelos grupos minoritários que atuam nas Casas do Congresso Nacional. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES À CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CF, ART. 58, § 3º): CLÁUSULA QUE AMPARA DIREITO DE CONTEÚDO EMINENTEMENTE CONTRA-MAJORITÁRIO. - A instauração de inquérito parlamentar, para viabilizar-se no âmbito das Casas legislativas, está vinculada, unicamente, à satisfação de três (03) exigências definidas, de modo taxativo, no texto da Lei Fundamental da República: (1) subscrição do requerimento de constituição da CPI por, no mínimo, 1/3 dos membros da Casa legislativa, (2) indicação de fato determinado a ser objeto da apuração legislativa e (3) temporariedade da comissão parlamentar de inquérito. Precedentes do Supremo Tribunal Federal: MS 24.831/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. - O requisito constitucional concernente à observância de 1/3 (um terço), no mínimo, para criação de determinada CPI (CF, art. 58, § 3º), refere-se à subscrição do requerimento de instauração da investigação parlamentar, que traduz exigência a ser aferida no momento em que protocolado o pedido junto à Mesa da Casa legislativa, tanto que, "depois de sua apresentação à Mesa", consoante prescreve o próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 102, § 4º), não mais se revelará possível a retirada de qualquer assinatura. - Preenchidos os requisitos constitucionais (CF, art. 58, § 3º), impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não depende, por isso mesmo, da vontade aquiescente da maioria legislativa. Atendidas tais exigências (CF, art. 58, § 3º), cumpre, ao Presidente da Casa legislativa, adotar os procedimentos subsequentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não se revestindo de legitimação constitucional o ato que busca submeter, ao Plenário da Casa legislativa, quer por intermédio de formulação de Questão de Ordem, quer mediante interposição de recurso ou utilização de qualquer outro meio regimental, a criação de qualquer comissão parlamentar de inquérito. - A prerrogativa institucional de investigar, deferida ao Parlamento (especialmente aos grupos minoritários que atuam no âmbito



dos corpos legislativos), não pode ser comprometida pelo bloco majoritário existente no Congresso Nacional, que não dispõe de qualquer parcela de poder para deslocar, para o Plenário das Casas legislativas, a decisão final sobre a efetiva criação de determinada CPI, sob pena de frustrar e nulificar, de modo inaceitável e arbitrário, o exercício, pelo Legislativo (e pelas minorias que o integram), do poder constitucional de fiscalizar e de investigar o comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, notadamente daqueles que se estruturam na esfera orgânica do Poder Executivo. - A rejeição de ato de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressiva votação majoritária, proferida em sede de recurso interposto por Líder de partido político que compõe a maioria congressual, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar que a própria Constituição da República outorga às minorias que atuam nas Casas do Congresso Nacional” (Supremo Tribunal Federal, Mandado de Segurança nº 26.441-DF, min. Celso de Mello, DJe 18.12.2009; grifei).

XV –

Nessa linha de raciocínio, **em princípio, por sua natureza de ato político, é irrecorrível a decisão do Senado Federal** que decretou o impedimento da ex-presidente Dilma.

Volto aos ensinamentos de Paulo Brossard:

“Porque a legislatura tem jurisdição exclusiva sobre matérias relativas a ‘impeachment’, diz um aresto da Corte Suprema do Estado de Oklahoma que ‘as ações do Senado e da Câmara, no exercício desta jurisdição, não estão sujeitas a revisão ou ingerência dos tribunais’. E continua: ‘a Constituição confere à legislatura jurisdição exclusiva e define as atribuições de cada Casa nos casos de ‘impeachment’. Na ausência de provisão contrária, isto implica, logicamente, que os tribunais não têm jurisdição sobre casos de ‘impeachment’, nem possuem poder para interferir neles’. Assim remata o julgado, que não é único na jurisprudência norte-americana: ‘é claro que as cortes não têm autoridade para interferir’ nesses casos.

*“Mas não apenas ao Judiciário falece competência para rever decisões do Senado por via de recurso ou para desconstituí-las através de revisão. Igualmente, o chefe do Poder Executivo não tem competência para conceder indulto nem para comutar a pena política. Mesmo em relação à anistia, falta precedente que autorize sua concessão; o Legislativo se desveste de todo poder para alterar sua solene decisão, que, uma vez proferida, é irretroatável, na lição de **Barbalho**.*



“A própria exegese e construção das cláusulas constitucionais referentes ao ‘impeachment’ são feitas pela Câmara e pelo Senado, porque as questões a ele referentes não chega aos tribunais.

“As decisões do Senado são incontestáveis, irrecorríveis, irreversíveis, irrevogáveis, definitivas. Esta a lição, numerosa, de autores nacionais e estrangeiros”(Paulo Brossard de Souza Pinto, ob. cit., p. 151-152).

Na mesma senda, o ministro do STF Alexandre de Moraes:

“O Supremo Tribunal Federal (...), por maioria de votos, decidiu pela impossibilidade de o Poder Judiciário alterar a decisão do Senado Federal.

“Importante transcrever trecho do voto proferido pelo Ministro Paulo Brossard:

‘A minha conclusão não decorre do fato de tratar-se de questão política, como por vezes se diz, as infrações políticas, isto não importa em associar-se o impeachment às questões meramente, puramente ou exclusivamente políticas, segundo o sentido que essas expressões têm na linguagem do Direito Constitucional. O meu entendimento se funda no fato de a Constituição haver reservado ao Senado toda a jurisdição a respeito da matéria, e excluído, por conseguinte, a interferência do Poder Judiciário. Não fora assim e a última palavra, direta ou indiretamente, seria dada pelo STF e não pelo Senado. (...)’ (in *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 24ª ed., 2009, p. 493).

XVI –

Contudo, ressaltou José Afonso da Silva:

*“As decisões do Senado são incontestáveis, irrecorríveis, irreversíveis, definitivas. Esta a lição, numerosa, de autores nacionais e estrangeiros’, ensina o Min. Paulo Brossard, em sua original e pioneira monografia sobre o **impeachment** e em vários votos emitidos no Supremo Tribunal Federal. Essa é a lição correta, pois a Constituição erigiu o Senado Federal, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, em tribunal especial, para o julgamento político, que não é um tipo de julgamento próprio de tribunais jurisdicionais, porque estes não devem*



senão exercer a jurisdição técnico-jurídica. Apesar disso, no caso Collor de Mello, vimos o Pretório Excelso conhecer de propostas de revisão ou de anulação das decisões do juízo político” (ob. cit., p. 550; negritos meus).

É também o caso destes autos.

Vejamos.

Se o Senado Federal, no mérito, reconheceu a prática de crime de responsabilidade e cassou o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, é defeso ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos, rever ou anular esta decisão.

Idêntica ilação se extrairia caso a decisão de mérito da Câmara Alta fosse pela absolvição da acusada e arquivamento do processo.

No entanto, repito o que afirmei alhures: **não podia o Senado Federal, ao decidir pela cassação do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, deixar de declará-la inabilitada para o exercício de função pública, por oito anos.**

De novo transcrevo a disposição do parágrafo único do artigo 52 da Constituição de 1988:

*“Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a **condenação**, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, **à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis**” (grifei).*

E não perco a ocasião de, mais uma vez, citar a erudita e isenta conclusão do professor Fábio Konder Comparato:

“O texto constitucional, em sua estrutura de norma penal, é estritamente vinculante para o julgador. Reconhecendo o Senado que o acusado cometeu crime de responsabilidade, como tal definido em lei especial, não pode deixar de aplicar ambas as penas previstas. É, justamente, deixando de fazê-lo, que o órgão julgador cometeria um abuso e violaria a Constituição” (ob. e pág. cits.).

Vou além.



Paulo Brossard enfatizava – como vimos – a irrecorribilidade da decisão do Senado Federal no *impeachment*. Entretanto, **proferida decisão condenatória, excluía a possibilidade do Senado perdoar a autoridade condenada:**

“O Senado não tem competência para perdoar a autoridade que ele tenha condenado. Não só porque os poderes privativos de cada câmara são os consignados na Constituição, mas também porque importaria isto em revisão da sentença que o Senado somente prolata mediante a postulação, formulada de modo solene, pelo órgão da representação popular.

“Se o Senado não tem competência para conceder indulto ou comutar a pena política, por ele aplicada, não a tem a Câmara dos Deputados. Entre as atribuições peculiares desta casa do Congresso se não inclui aquela, e ilícito seria atribuir-lhe, por inferência, poder para apagar o julgado que unicamente o Senado pode emitir” (Paulo Brossard de Souza Pinto, ob. cit., p. 171).

XVII –

No precioso ensinamento de Walber de Moura Agra:

“Inelegibilidade é um obstáculo que impede o cidadão de exercer a sua cidadania passiva, impossibilitando que ele possa ser votado e, conseqüentemente, possa ser detentor de mandato eletivo. Em decorrência, fica vedado até mesmo o registro de sua candidatura; não obstante, sua cidadania ativa, o direito de votar nas eleições, (permanece intacta).

“Djalma Pinto entende que é a ausência de aptidão para postular mandato eletivo, decorrente da falta de qualquer uma das condições de elegibilidade relacionadas à Carta Magna ou da incidência em quaisquer das hipóteses elencadas na Lei Complementar nº 64/90. Nesse mesmo viés, Adriano Soares da Costa preleciona que a inelegibilidade é o estado jurídico de ausência ou perda de elegibilidade, ou seja, ou seja, é o estado jurídico negativo de quem não possui tal direito subjetivo; seja por que nunca teve, seja por que o perdeu” (in Temas polêmicos do Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 19-20).



Sem emitir nenhum juízo de valor sobre o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, não posso me afastar da conclusão de que ela, desde a condenação final pelo Senado Federal (31.08.2016), está **inabilitada, por oito anos, para o exercício de função pública** (parágrafo único do artigo 52 da Constituição de 1988).

Logo, está **inelegível** no pleito de 2018.

Data venia, não podia o Senado Federal, ao decidir pela cassação do mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, **deixar de declará-la inabilitada** para o exercício de função pública, por oito anos.

A referida inabilitação **não é pena acessória** e sua aplicação vincula o órgão julgador.

XVIII –

Encerro por onde iniciei.

Evoco o **princípio da supremacia da Constituição** nas sábias palavras do constitucionalista português José Joaquim Gomes Canotilho:

*“O estado de direito é uma **estado constitucional**. Pressupõe a existência de uma constituição normativa estruturante de uma **ordem jurídico-normativa fundamental** vinculativa de todos os poderes públicos medida e forma. Precisamente por isso, a lei constitucional não é apenas – como sugeria a teoria tradicional do estado de direito – uma simples lei incluída no sistema ou no complexo normativo-estadual. Trata-se de uma verdadeira ordenação normativa fundamental dotada de **supremacia – supremacia da constituição** – e é nesta supremacia normativa da lei constitucional que o **‘primado do direito’** do estado de direito encontra uma primeira e decisiva expressão. Do princípio da constitucionalidade e da supremacia da constituição deduzem-se vários outros elementos constitutivos do princípio do estado de direito.*

*“A **vinculação do legislador à constituição** sugere a indispensabilidade de as leis serem feitas pelo **órgão**, terem a **forma** e seguirem o **procedimento** nos termos constitucionalmente fixados. Sob o ponto de vista **orgânico, formal e procedimental** as leis não podem contrariar o princípio da constitucionalidade. A constituição é, além disso, um **parâmetro material intrínseco** dos actos legislativos, motivo pelo qual só serão válidas as leis materialmente conformes com a constituição. A proeminência ou supremacia da constituição manifesta-se*



em terceiro lugar, na **proibição de leis de alteração constitucional**, salvo as leis de revisão elaboradas nos termos previstos pela própria Constituição (cfr. arts. 161. ºa e 284º a 289º).

“O princípio da conformidade dos actos do estado com a constituição é mais amplo que o princípio da constitucionalidade das leis. Ele exige, desde logo, a conformidade intrínseca e formal de todos os actos dos poderes públicos (em sentido amplo: estado, poderes, autônomos, entidades públicas) com a constituição (art. 3º/2). Mesmo os actos não normativos directamente densificadores de momentos políticos da constituição – actos políticos – devem sujeitar-se aos parâmetros constitucionais e ao controlo (político ou jurídico) da sua conformidade com as normas da Constituição (cfr. Art. 3.º/3). O princípio da constitucionalidade não é apenas uma exigência de que actos dos poderes públicos não violem por **acção as regras e princípios constitucionais; também a **omissão** inconstitucional, por falta de cumprimento de deveres jurídicos de legislar contidos em normas constitucionais, constitui uma violação do princípio da constitucionalidade (cfr. Art. 283.º).**

“Como corolário lógico do princípio da constitucionalidade e do princípio da legalidade deve registrar-se o **dever da administração revogar os actos ilegais que eventualmente tenha praticado”**(negritos no original).

Volto a proclamar: precisamos cumprir - sempre e estritamente - os ditames da Constituição Federal em vigor.

É a minha convicção.

Este rumoroso caso é julgado em uma conjuntura nacional poluída pela inobservância sistemática das regras constitucionais, a judicialização da política e o ativismo judicial.

O cientista político Jorge Zaverucha, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, teve a rara coragem de afirmar:

“Nossa democracia há tempos é frágil, capenga, mal se sustenta.

*“A democracia tem sido violada desde o seu nascedouro. A imprensa já revelou que pelo menos **cinco artigos** da Constituição de 1988 foram introduzidos à socapa, sem terem passado por votações, sem que os constituintes soubessem.*

*“Um exemplo mais recente. O Senado rasgou a Constituição ao **fatiar** a votação do impeachment de Dilma Rousseff, o que permitiu que seu mandato fosse cassado, mas seus direitos políticos fossem preservados.*



“A Constituição foi rasgada várias vezes (...)” (entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, edição de 09.09.2018, caderno Eleições 2018).

A consolidação do Estado Democrático de Direito somente será alcançada se conferirmos máxima eficácia à Constituição.

É a importante pregação de Konrad Hesse, jurista e supremo magistrado alemão. Para ele, a Carta Magna converter-se-á em força ativa se se fizerem presentes, na consciência geral – particularmente, na consciência dos principais responsáveis pela ordem constitucional -, não só a vontade de poder, mas também a **vontade de Constituição**. Uma das vertentes em que se assenta essa vontade de Constituição é *“a consciência de que, ao contrário do que se dá com uma lei do pensamento, essa ordem não logra ser eficaz sem o concurso da vontade humana. Essa ordem adquire e mantém sua vigência através de atos de vontade”* (*in A força normativa da constituição*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, trad. Gilmar Ferreira Mendes, 1991, p. 19-20).

O historiador Marco Antonio Villa lamenta:

“Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal acabou, ao longo de mais de 120 anos de história, representando uma síntese das mazelas da Justiça brasileira. Como escreveu com muita propriedade o jurista baiano João Mangabeira, ‘o Judiciário é o poder que mais falhou na República’” (*in A História das Constituições Brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011, p. 148).

Discordo da generalização feita pelo professor Villa. Nossa Suprema Corte registra muitos momentos de brilho cívico em sua história.

Contudo, se o Judiciário brasileiro – não só o Supremo Tribunal Federal - não se empenhar vigorosamente na defesa da Carta Democrática de 1988, a posteridade dará razão à implacável constatação de João Mangabeira.

XIX –

Por todo o exposto, peço licença para divergir dos brilhantes posicionamentos em contrário já externados, para julgar **PROCEDENTES AS IMPUGNAÇÕES** e **INDEFERIR** a candidatura de Dilma Vana Rousseff ao Senado Federal.

É como voto.



VOTO DO JUIZ PAULO ABRANTES

O JUIZ PAULO ABRANTES – DILMA VANA ROUSSEF requereu sua candidatura ao cargo de Senadora pela Coligação “Do Lado do Povo”, composta pelos seguintes partidos: PT / PC do B / PSB / DC / PR (ID 42634) instruído com os seguintes documentos:

- a) certidão criminal negativa da Comarca de Belo Horizonte (ID 44999);
- b) certidão criminal negativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (ID 45000);
- c) certidão judicial para fins eleitorais negativa expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (ID 45001);
- d) certidão com nada consta referentes a processos originários cíveis e criminais do Tribunal Regional Federal da primeira região (ID 45002);
- e) certidão para fins eleitoral do Tribunal Regional Federal da primeira região com nada consta;
- f) comprovante de escolaridade (ID 42634);
- g) carteira nacional de habilitação (ID 45005); e
- h) declaração de bens (ID 45006).

MARIEL MARLEY MARRA, teólogo e advogado, informou que apresentou de forma incidental notícia de inelegibilidade em face de DILMA ROUSSEF, com a finalidade de impugnar o presente requerimento de registro de candidatura (ID 48826). Inicialmente, a notícia de inelegibilidade recebeu o número no PJe 0602543-28.2018.13.0000). O requerimento de tutela antecipada formulado naqueles autos foi indeferido. Foi determinado que se juntasse a petição e documentos que instruem a notícia de inelegibilidade neste feito e, ato contínuo, a intimação da impugnada, o partido político ou a coligação apresentarem defesa, com base no art. 39 da Resolução TSE 23.548, de 18/12/2017.

De outro lado, o PARTIDO NOVO, por meio de seu Diretório Estadual, apresentou ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC) em face de DILMA VANA ROUSSEF (ID 47041).

Inicialmente, alega que a impugnada não preenche todas as condições de elegibilidade previstas em lei e ainda incorre em causa de inelegibilidade, o que torna inviável o deferimento de seu requerimento de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral.



Discorre que DILMA ROUSSEF não observou a condição de elegibilidade referente ao domicílio eleitoral na circunscrição, porque conforme documentos, vê-se que ela solicitou sua mudança de domicílio eleitoral no dia 6/4/2018 para o Estado de Minas Gerais. Ressalta que a impugnada não se ateuve ao que estatui a legislação eleitoral, consoante art. 55, III, do Código Eleitoral, vez que este dispositivo exige a residência mínima de três meses no novo domicílio. Entende que DILMA ROUSSEF não possui capacidade eleitoral passiva e que, por esse motivo, não há como prosperar o requerimento de registro de sua candidatura.

Acrescenta que DILMA ROSSEF foi eleita Presidente da República no pleito eleitoral de 2014, tendo seu governo sido marcado pela abertura de processo de *impeachment*, ocorrido em 2/12/2015 pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em razão de denúncia de crime de responsabilidade proposta pelo Procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Apresenta considerações sobre o trâmite do processo e aponta que, no dia 31/8/2016, DILMA ROUSSEF foi destituída do cargo de Presidente da República por entenderem os parlamentares que ela incorreu em crime de responsabilidade. Ressalta que a decisão do Senado foi “fatiada” e culminou apenas na aplicação da perda de cargo, mas afastou a pena de inabilitação temporária para o exercício da função pública pelo prazo de oito anos. Sustenta que a decisão causou enorme controvérsia nos meios políticos e jurídico ocasionando a impetração de Mandado de Segurança Coletivo perante o Supremo Tribunal Federal (MS 4403/DF) que ainda continua em trâmite. Argumenta que a dissociação das sanções previstas no parágrafo único, do art. 52, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), quando do julgamento do *impeachment* de DILMA ROUSSEF é inadequada, vez que a inabilitação temporária para o exercício de função pública é decorrente da perda do cargo, formando uma estrutura inseparável.

Apresenta as considerações sobre a legislação e a jurisprudência que, segundo ele, aplicáveis ao caso. Assevera que as deliberações do Poder Legislativo podem ser revistas pelo Poder Judiciário. Afirma que a natureza do processo de *impeachment* é revestida de caráter político-administrativo e não afasta a análise judicial, quando se verifica inobservância do texto constitucional, tal como demonstrou no fatiamento realizado quando do julgamento do processo de impedimento da impugnada. Sustenta que o controle judicial não afeta o princípio da separação dos poderes e que DILMA ROUSSEF foi condenada por crime de responsabilidade, com base no art. 85, VI, e 167, V, da CRFB e art. 10, itens 4, 6 e 7, art. 11, itens 2 e 3 da Lei 1.079/1950. Conclui que o fatiamento não possui previsão na norma e está em total discrepância com a CRFB, que só permite alteração em seu texto por meio de Emenda Constitucional. Deduz que a impugnada deveria ter sido condenada nas duas penas previstas no texto constitucional, porque a inabilitação temporária é consequência da perda de cargo. Menciona o art. 1º, I, “c”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990 (Lei de Inelegibilidade) e afirma que apesar de ele não fazer menção ao cargo de Presidente da República, ele pode ser aplicado de forma analógica ao presente caso, diante da existência de lacuna.



Ao final, pede a procedência do pedido para que seja indeferido o requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF. Juntou documentos (IDs 47041-47046; IDs 47114/47115, 47052, 47055 e 47056).

LEONARDO VÍTOR DE OLIVEIRA, que requereu seu registro ao cargo de Deputado Estadual, pelo PSC, também ajuizou ação de impugnação de registro de candidatura em face de DILMA VANA ROUSSEF. Afirma que DILMA ROUSSEF teve seu mandato de Presidente da República cassado pelo Congresso Nacional em 31/8/2016, diante do cometimento de crimes de responsabilidade. Afirma que não obstante o inconstitucional “fatiamento” da condenação pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que afastou a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, a impugnada está inelegível, tendo por base o art. 1º, I, “e”, item 1 da Lei de Inelegibilidades. Entende ser imoral conceder tempo de televisão e de rádio, bem como depositar-lhe recursos dos fundos partidário e eleitoral para que faça campanha. Assim, pede para que seja conhecida de ofício a inelegibilidade da impugnada, bem como seja negado seu registro de candidatura e, por fim, que ela seja impedida de praticar atos de campanha na forma do art. 16-A da Lei 9.504, de 30/9/1997 (Lei das Eleições). Requer, ainda, que todas as publicações sejam realizadas em nome dos advogados Paulo Henrique Franco Bueno, OAB/SP 312.410 e Rubens Alberto Gatti Nunes, OAB/SP 306.340. Junta documentos.

MARIEL MARLEY MARRA, brasileiro, casado, teólogo e advogado, OAB/MG 157240, apresentou **notícia de inelegibilidade** em face de DILMA VANA ROUSSEF.

Afirma que a ré protocolizou seu requerimento de registro de candidatura (0602388-25.2018.6.13.0000) e que houve publicação do edital, mas que antes da conclusão do referido requerimento, apresenta esta notícia de inelegibilidade para ser apreciada, vez que no dia 31/8/2016, o Senado Federal causou espécie a todos que observaram atentamente o desfecho do processo que culminou no impedimento da Presidenta afastada.

Assevera que o então Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal decidiu pela cisão do último ato de julgamento, dividindo-o em duas inexistentes etapas, sem amparo para tanto, em absoluta ofensa ao texto constitucional e legal aplicável. Acrescenta que a decisão foi proferida em resposta ao pleito da bancada do Partido dos Trabalhadores, conforme se extrai do Mandado de Segurança 34378.

Explica que a votação ocorreu em duas fases: a primeira decidiria se de fato houve prática de crime de responsabilidade, o que ocorreu; e, na segunda, se haveria determinação da pena de inabilitação para o exercício da função pública por prazo de até oito anos. Alega que a Constituição da República Federativa do Brasil é taxativa ao apontar a aplicação conjunta das penalidades de perda do cargo eletivo e de inabilitação para exercer ofício público. Menciona os arts. 2º e 33 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950 e também a ementa do julgado do Mandado de Segurança impetrado pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello.



Assevera que a conclusão é intuitiva, vez que a racionalidade do constituinte é simples, porque se o agente foi condenado pela má gestão na Administração Pública, é lógico que deverá se afastar do Poder Público em razão do risco que ele oferece ao Erário e à moralidade estatal.

Entende que, se DILMA ROUSSEF foi condenada à perda do cargo eletivo como consequência da prática reconhecida e comprovada de crimes de responsabilidade, ela estaria inabilitada para ocupar qualquer ofício público.

Em conclusão, sustenta que DILMA ROUSSEF estaria inelegível para qualquer cargo nas Eleições de 2018, não podendo disputar mandato no território nacional até o pleito de 2024, cuidando-se de um impedimento taxativo e que pode ser arguído diante de sua presente candidatura, vez que o exame judicial de ofensas ocorridas em um processo de cassação pelo Congresso Nacional é admitido pela melhor jurisprudência.

Ressalta que o tema não é inédito e foi enfrentado pelo STF no *impeachment* do ex-Presidente Collor e que, na ocasião, a Suprema Corte assentou diretriz que permanece aplicável à ex-Chefe do Executivo, qual seja, que desde o advento da Lei 1.079/1950, sobre crimes de responsabilidade, não é possível a aplicação de perda de cargo isoladamente e nem a pena de inabilitação assume um caráter assessório.

Afirma que, mesmo que haja entendimento diverso, sabe-se que cabe ao Juízo Eleitoral declarar a inelegibilidade da noticiada, também pela Lei da Ficha Limpa, porque ao ser condenada por crime de responsabilidade, durante o processo de *impeachment*, a ex-Presidente foi enquadrada na Lei da Ficha Limpa. Argumenta que a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe como crimes de responsabilidade condutas que atentem contra ela e, especialmente, contra a existência da união, o livre exercício dos Poderes do Estado, a segurança interna do país, a probidade da Administração, a lei orçamentária, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e o cumprimento das leis e das decisões judiciais (art. 85 CRFB).

Conclui que DILMA não se livrou da inelegibilidade e ainda se encontra enquadrada na Lei da Ficha Limpa, porque ao ser fatiado o processo de *impeachment*, apenas foi decotada a inabilitação, o que significa que DILMA foi liberada para exercer cargos públicos. Assevera que as condições que impedem DILMA de registrar sua candidatura estão presentes na CRFB e na Lei da Ficha Limpa, considerando que inelegibilidade não é pena - é condição de registrabilidade. Expõe que, uma vez condenada pelo crime de responsabilidade, ocorrido em 2015 e por rejeição de suas contas, DILMA permanece com sua ficha suja por um prazo de oito anos.

Faz menção ao art. 1º, I, "g", da Lei complementar 64, de 18/5/1990. Ressalta que DILMA já teve as contas de 2014 e de 2015 rejeitadas pelo TCU, que recomendou ao Congresso Nacional que as rejeite também.



Ao final, requer seja recebida a petição inicial e determinada a citação de DILMA VANA ROUSSEF, para apresentar resposta no prazo de sete dias, contados do ato de citação, em cujo mandado deverá constar expressa advertência de que em caso de revelia se presumirão verdadeiros os fatos e, pede a procedência do pedido para que seja declarada sua inelegibilidade.

BERNARDO BARTOLOMEO MOREIRA, que se candidatou ao cargo de Deputado Estadual pelo Novo, também apresentou ação de impugnação de registro de candidatura em face de DILMA VANA ROUSSEF. Alega que a impugnada foi Presidente da República Federativa do Brasil no período de 1º/1/2011 a 31/8/2016 e que, em 2014, as contas da impugnada foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, que apontou inúmeras irregularidades. Acrescenta que em 2015 as contas da impugnada foram novamente rejeitadas pelo TCU, que apontou ainda mais irregularidades em relação ao ano anterior. Assevera que estes fatos geraram o pedido de *impeachment* em desfavor da impugnada, que foi julgado pelo Senado Federal em 31/8/2016.

Alega que a partir desse momento, a bancada do Partido dos Trabalhadores – PT – solicitou que se fizesse o que a doutrina chama de “fatiamento constitucional” e que este pedido foi acatado, dividindo-se a pena descrita na Constituição da República Federativa do Brasil em duas penas diferentes: a de afastamento do cargo e o de inabilitação para o exercício da função pública. Destaca que em votação de afastamento do cargo, os Senadores votarem a favor. Contudo, na votação para inabilitação para o exercício de função pública, apenas 42 senadores votaram a favor, 36 contra e três abstenções e que, como o quorum de aprovação é de 2/3, esta parte da pena não foi aplicada à impugnada.

Ressalta que em razão deste absurdo fatiamento foi possibilitado à impugnada se sentir livre para exercer cargos políticos e desta forma se percebe que a impugnada requereu o registro de sua candidatura para o Senado Federal pelo Estado de Minas Gerais.

O impugnante entende que este fatiamento é inconstitucional e que, por isso, a impugnada não deve concorrer ao pleito do ano de 2018.

Como outro argumento, alega que a impugnada declarou ter domicílio eleitoral em Belo Horizonte, o que não condiz com a realidade, uma vez que deixou a cidade há algumas décadas. Assim, por entender que o domicílio não é somente um local onde a pessoa possui posses, mas, principalmente, possui residência ou moradia, é público e notório que a impugnada possui plena identificação, residência e moradia na cidade de Porto Alegre/RS.

Conclui que a impugnada se encontra inelegível com base no art. 1º, I, “g” da Lei Complementar 64/1990, vez que seu pedido de *impeachment* teve como fundamentos justamente a rejeição das contas e, por consequência, ato descrito na Lei de Improbidade Administrativa, sendo certo que a conclusão foi justamente pelo afastamento de DILMA VANA ROUSSEF do cargo.



Também afirma que DILMA VANA ROUSSEF se encontra “inelegível” por ausência de domicílio eleitoral na circunscrição por ausência de comprovação da residência por três meses.

Assevera, também, que o “fatiamento constitucional” foi um absurdo jurídico, em especial, por desrespeitar a Constituição e fatos pretéritos já ocorridos. Faz menção ao Mandado de Segurança impetrado pelo ex-Presidente Fernando Collor de Melo em 1993. Explica que o texto constitucional recepcionou a ideia de perda de cargo em conjunto com a inabilitação de exercício de função pública juntamente com a Lei 1.079/1950. Sustenta que este Tribunal tem poder de anular a candidatura da impugnada por se tratar de questão de inconstitucionalidade e sobre matéria de inelegibilidade.

Ao final, pede a procedência do pedido para que o requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF seja indeferido. Requer, ainda, sob pena de nulidade, que todas as publicações sejam realizadas em nome do advogado Dr. Felipe Bartolomeo Moreira, OAB/MG 95.264 (ID 48425).

GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA, advogado, apresentou notícia de inelegibilidade, com base no art. 42 da Resolução TSE 23.548/2017.

Afirma que o *impeachment* de DILMA ROUSSEF é fato público e notório e que, com base no art. 52 da CRFB, a votação deveria implicar em inelegibilidade por oito anos, tal como ocorreu com o ex-Presidente Fernando Collor. Alega que em decisão, no mínimo discutível, o então Presidente daquele julgamento Ministro Ricardo Lewandowski autorizou o fatiamento da votação, separando o impedimento da inelegibilidade. Argumenta que a inelegibilidade se encontra disposta no art. 52, parágrafo único, da CRFB, que estabelece, em caso de *impeachment*, a perda do cargo com inelegibilidade por oito anos. Menciona o MS 21.689 julgado pelo STF e que foi impetrado pelo ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Acrescenta que a Lei Complementar 64, de 18/5/1990 prevê outras hipóteses de inelegibilidade e que há similitude do caso com as hipóteses das alíneas “g” e “l”, do art. 1º. Menciona, ainda, o art. 1º, I, “o”, da Lei de Inelegibilidades e que, no caso, a candidata foi claramente demitida do cargo ao final do procedimento de impedimento. Apresenta seus derradeiros argumentos.

Pede para que este Tribunal declare a inelegibilidade de DILMA VANA ROUSSEF e, em consequência, o indeferimento de seu requerimento de registro de candidatura.

DANIELLE DYTZ DA CUNHA, candidata a Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, apresentou **notícia de inelegibilidade** na qual pede **impugnação** ao requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF (ID 52940).

Alega que a candidata DILMA ROUSSEF está inabilitada para concorrer a qualquer cargo eletivo, diante da consequência de ter sido condenada em crime de responsabilidade. Faz menção ao art. 52, parágrafo único, da Constituição da



República Federativa do Brasil e ressalta que a decisão do Senado Federal promovida no processo de *impeachment* afrontou a CRFB. Cita o MS 21689 e o MS 34390/DF – apreciados no STF Sustenta que uma análise teleológica do dispositivo em questão e do Sistema Constitucional como um todo, que se baseia em valores de moralidade e de probidade administrativa, demonstra a absoluta incoerência da condenação de um Presidente pela prática de crime de responsabilidade, afastando-lhe do exercício do mandato e resguardando ao condenado o direito de imediatamente exercer as funções para as quais foi considerado desqualificado. Sustenta que todos os métodos de interpretação levam a conclusão unívoca da impossibilidade de cisão entre as sanções de perda do cargo e inabilitação para o exercício da função pública. Diante do exposto, requer o indeferimento do requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF.

JOSÉ MARCOS RIBEIRO DA FONSECA, Oficial de Justiça, apresentou ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC) em face de DILMA VANA ROUSSEF, com base no art. 52, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como no art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990 (Lei de Inelegibilidades).

Alega que DILMA VANA ROUSSEF ocupou o cargo de Presidente da República de 1º/1/2011 a 31/8/2016, data em que foi julgada pelo crime de responsabilidade e, como consequência, foi afastada do referido cargo.

Acrescenta que a impugnada teve suas contas dos anos de 2014 e 2015 rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, o que justificou o processo de impedimento que sofreu.

Argumenta que a impugnada, por ter sido afastada do cargo de Presidente da República, pelo crime de responsabilidade, é inelegível a teor do art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64/1990.

Alega, também, que o art. 52, parágrafo único, da CRFB deve ser respeitado, não cabendo interpretação de outra forma, a não ser que com a aplicação da pena principal de afastamento do cargo e a consequente inabilitação para ocupar cargos públicos.

Assim, pede o indeferimento do registro, reconhecendo a inabilitação da impugnada para ocupar qualquer cargo público pelo período de oito anos desde 31/8/2016.

MARCOS AURÉLIO PASCHOALIN, candidato a Deputado Federal, também apresentou impugnação ao requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF. Faz considerações a respeito do governo da impugnada, relatando fatos que, segundo ele, são contrários ao interesse coletivo ou geral, à probidade, relativos às finanças públicas, dentre outros. Ressalta que esta ação preventiva busca evitar a reincidência majorada de danos ao patrimônio público. Apresenta considerações sobre a Lei 8112/1990 e Lei 8.429/1992. Assim mencionou em seu pedido:



“Pelos substratos fáticos, jurídicos, probatórios e bem fundados da precípua e espontânea razão do pedido, é a presente para suplicar a impugnação do *Pedido de Registro de Candidatura à Senadora da República DILMA VANA ROUSSEFF*, com o **Nº 133**, por cometer absurdas **condutas que lhe eram vedadas**, e obrigam o *Impugnante* vir ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, com fulcro no **Art. 96** da Lei nº 9.504/97, e demais atinentes à espécie, ao abrigo do **Art. 5º, incisos XXXIV- a, LXXVII, LXXVIII** e **§ 1º; Art. 14 - §§ 9º e 10º; Art. 15 - V; Art. 37 - §§ 1º, 2º, 4º, 6º; Art. 62**, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, para REQUERER:

1 - seja recebida e julgada a presente representação para impugnar o pedido de registro de candidatura, por ilegalidades e de abuso de poder,

*2 - a citação da Impugnada, para apresentar defesa em **quarenta e oito horas**, nos termos do **§ 5º do art. 96;***

3 - a gratuidade da ação por ser ato necessário ao exercício da cidadania;

4 - seja assegurado a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, com aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais;

*5 - seja **DECLARADA A INELEGIBILIDADE** da Impugnada, **24 horas** após o prazo para apresentação ou não de defesa (**§ 7º do art. 96**), cumprindo-se a cassação imediata do direito político, nos termos do **Art. 15, inciso V, da Constituição, por improbidade administrativa, conferida pelo Art. 37, §4º, e, inciso XXI, especialmente ao anuir o ilícito** tipificado como **FALSIDADE IDEOLÓGICA**, ditada no **Art. 299** do Código Penal (CP), que não se limita à fraude da nomeação de cargo, exigindo os *instrumentos jurídicos, que se afiguram ao conjunto mais adequado de sanções no caso em apreço, garantindo a plena salvaguarda das leis e da Constituição;**

*6 - o julgamento do processo conforme os fatos públicos e notórios, suficientes à instrução e julgamento imediato da presente quaestio, conforme o rito legal, e com aplicação do **Art. 289** do CE, junto ao procedimento do **Art. 22** da Lei 64/90, intimando a Impugnada, e, o Ministério Público para atuar como fiscal da lei, produzindo e impulsionando a produção de provas dos fatos aqui abordados;*

7 - Mediante à insofismável ameaça de prejuízos aos cidadãos brasileiros, e, à existência de robustas provas públicas e notórias, protesta pelo aprazamento de todos os meios em direito, para que se ratifique todo o alegado através das oitavas testemunhais (Palloci e



outras), a serem arroladas “a posteriori”, e que a mesma seja realizada com os privilégios permitidos por lei, mormente do Art. 22 retro.

Dá a causa o valor R\$100,00 (cem reais), para efeitos fiscais.

Em sendo pela procedência da ação, nos termos que vindicada foi, os Exmos. Ministros, podem estar seguros e convictos de lograr cumprir a honrosa consagração da distribuição dos hauridos princípios do Direito e da Dignidade da JUSTIÇA !”

A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL se manifestou no sentido de a impugnada ser notificada para apresentar defesa, diante da existência de impugnações ao requerimento de registro de candidatura (ID 57484).

MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM, candidato a Deputado Federal, também ajuizou ação de impugnação de registro de candidatura em face de DILMA VANA ROUSSEF. Ressalta que a impugnada se encontra inelegível em razão de prática de crime de responsabilidade, com base no art. 1º, I, “e”, “1”, da Lei Complementar 64/1990.

ALVAIR JOSÉ PEDRO, advogado, e JOSÉ EDUARDO VIEIRA MORAIS, advogado, apresentaram “impugnação” em face de DILMA ROUSSEF., o que deve ser analisado como notícia de inelegibilidade, vez que não são candidatos. Inicialmente, expõem que DILMA VANA ROUSSEF sofreu processo de *impeachment* quando exercia o cargo de Presidente da República. Argumenta que a perda do cargo é sempre ligada à inabilitação para o exercício de função pública. Entende que DILMA perdeu seus direitos políticos, requisito essencial para que a impugnada candidatasse a qualquer cargo eletivo. Também apontam que DILMA estaria inelegível com base no art. 1º, I, “d” e “e”, da Lei Complementar 64/1990.

RAIMUNDO BENONI FRANCO, candidato a Deputado Estadual, também apresenta AIRC em face de DILMA VANA ROUSSEF. Inicialmente, afirma que a segunda decisão proferida pelo Senado Federal está eivada de nulidade absoluta, por ser manifestamente inconstitucional. Sustenta que a Justiça Eleitoral tem competência para analisar todas as questões, que guardam vínculo com o direito de votar e de ser votado, mesmo que tenham sido atribuídas a outros foros decisórios. Menciona questões já decididas pela Justiça Eleitoral no tocante à união estável, contas públicas, improbidade administrativa. Afirma que a Justiça Eleitoral pode aquilatar a decisão do Senado Federal proferida no processo de *impeachment*, sobretudo a que culminou no afastamento constitucional por inabilitação para exercício de função pública da impugnada. Apresenta breve histórico da inabilitação de função pública nas constituições brasileiras. Ressalta o caso Collor de Mello. Quanto ao *impeachment* de DILMA ROUSSEF, afirma que houve ofensa à CRFB, no momento em que foi autorizado o fatiamento das penas. Ressalta que mesmo que a questão seja levada ao STF, não se afasta a possibilidade de a Justiça



Eleitoral reconhecer a nulidade da decisão do Senado Federal, para o fim exclusivo de indeferimento do registro da impugnada. Acrescenta que a impugnada não estaria também no gozo de seus direitos políticos.

Apresentado o histórico acima, passo ao exame do feito.

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA proposta por MARCOS AURÉLIO PASCHOALIM.

Preliminar. Ilegitimidade ativa e de falta de interesse de agir.

DILMA VANA ROUSSEF sustenta que o impugnante não detém legitimidade ativa para o ajuizamento da AIRC.

Acompanho o Relator e **acolho** a preliminar para julgar extinta a AIRC, sem resolução de mérito, diante da ilegitimidade ativa e da falta de interesse de agir, vez que não há comprovação de que o impugnante é candidato. A petição inicial também é confusa e de sua narrativa não se extrai logicamente conclusão acerca da questão que, em tese, poderia ensejar inelegibilidade.

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA proposta por JOSÉ MARCOS RIBEIRO DA FONSECA (ID 58365 E ID 54975)

Como referiu o Relator, o impugnante não é candidato. Deste modo, com base no art. 485, VI, do CPC julgo extinta a AIRC sem resolução de mérito, vez que não é parte legítima para apresentar AIRC. Contudo, conheço da questão trazida por ele como notícia de inelegibilidade.

MÉRITO DAS DEMAIS IMPUGNAÇÕES/NOTÍCIAS DE INELEGIBILIDADE

Com relação à notícia de inelegibilidade de ALVAIR JOSÉ PEDRO e de JOSÉ EDUARDO VIEIRA MORAIS vejo que ela foi apresentada regularmente.

Assim, neste momento, examino as questões trazidas pelos impugnantes/noticiante.

a) Da alegada ausência de domicílio eleitoral da impugnada

O partido NOVO e BERNARDO BARTOLOMEU MOREIRA ressaltam que DILMA ROUSSEF transferiu seu domicílio eleitoral em 6/4/2018, mas que não demonstrou o período de residência de três meses que seria exigido pela norma do art. 55, III, do Código Eleitoral.



O art. 55, III, do Código Eleitoral dispõe que:

Art. 55. Em caso de mudança de domicílio, cabe ao eleitor requerer ao juiz do novo domicílio sua transferência, juntando o título anterior.

§ 1º A transferência só será admitida satisfeitas as seguintes exigências:

(...)

III – residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial ou provada por outros meios convincentes.

A Lei 6.996/1982 também tratou da matéria em seu art. 8º e revogou tacitamente o art. 55, III, do Código Eleitoral, nos seguintes termos:

Art. 8º - A transferência do eleitor só será admitida se satisfeitas as seguintes exigências:

(...)

III - residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.

No mesmo sentido, é o teor da Resolução TSE 21.538, de 14/10/2003:

Art. 18. A transferência do eleitor só será admitida se satisfeitas as seguintes exigências:

(...)

III – residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor (Lei nº 6.996/1982, art. 8º);

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, basta a existência de vínculos políticos, sociais, afetivos, patrimoniais ou de negócios para que seja caracterizado o domicílio eleitoral (Ac-TSE, de 8/4/2014, no REspe 8551, de 5/2/2013 no AgR-AI nº 7286 e de 16/11/2000 no AgRgREspe 18124). Percebe-se que a Corte Superior adotou entendimento de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o do Direito Civil, não se limitando ao *animus* de constituir residência definitiva, satisfazendo-se com vínculos políticos, econômicos, sociais e familiares na localidade. Nesse sentido, a norma questionada pelo impugnante deve ser mitigada, conforme já decidiu o TSE:

DOMICILIO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA -RESIDÊNCIA - ANTECEDÊNCIA (CE, ART. 55) -VÍNCULOS PATRIMONIAIS E EMPRESARIAIS. - Para o Código Eleitoral, domicílio é o lugar em que a pessoa mantém vínculos políticos, sociais e afetivos. A residência é a materialização desses atributos. Em tal circunstância, constatada a



antiguidade desses vínculos, quebra-se a rigidez da exigência contida no art. 55, III. (RESPE nº 23.721/RJ, Rei. Mm. Humberto Gomes de Barros, DJ de 18.3.2005)

O conceito de domicílio eleitoral não se confunde com o de domicílio do direito comum, regido pelo Direito Civil. Mais flexível e elástico, identifica-se com a residência e o lugar onde o interessado tem vínculos políticos e sociais. (REsp6.397/AL, Rei. Mm. Jacy Garcia Vieira, DJde 9.3.2001)

Fica claro no julgado acima que a norma prevista no art. 55, III, do Código Eleitoral e demais normas acima mencionadas devem ser mitigadas, porque a residência é a materialização dos atributos acima descritos. Diante desse quadro, vê-se que DILMA ROUSSEF possui vínculos afetivos com o Município de Belo Horizonte, considerando que nasceu na capital mineira e aqui mantém laços de parentesco, como é público e notório e, por essa razão, pode-se considerar que possui domicílio eleitoral neste Estado, possuindo condição de elegibilidade para concorrer a cargo eletivo pelo Estado de Minas Gerais.

b) Da alegação de inelegibilidade decorrente do art. 52 da Constituição da República Federativa do Brasil em decorrência de “fatiamento” da decisão proferida pelo Senado Federal no *impeachment* de DILMA ROUSSEF.

Os impugnantes/noticiante afirmam que DILMA ROUSSEF teve contra si processo de *impeachment* que tramitou no Congresso Nacional, em razão da prática de crime de responsabilidade. Alegam que o Ministro Ricardo Lewandowski houve por bem cindir o julgamento em duas etapas (fatiamento) e que a decisão do Senado Federal culminou apenas na aplicação de perda de cargo, mas afastou a pena de inabilitação temporária para o exercício da função pública, pelo prazo de oito anos. Em suma, e com arrimo na norma constitucional em questão, alegam que a decisão contrariou o art. 52, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil e que, desse modo, DILMA ROUSSEF estaria inelegível para qualquer cargo nas Eleições de 2018, vez que não poderia disputar mandato eletivo no território nacional até o ano de 2024, cuidando-se de impedimento taxativo e que pode ser argüido contra a sua candidatura, considerando-se que o exame judicial de ofensas ocorridas em um processo de cassação pelo Congresso Nacional é admitido pela melhor jurisprudência.

No requerimento de registro de candidatura são verificadas as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade existentes a este tempo.

No presente caso, entendo que não há razão nas alegações dos impugnantes/noticiante. É que não houve decisão proferida pelo órgão competente e que acarrete impedimento para que DILMA ROUSSEF possa concorrer no pleito de 2018.

Se há discussão sobre a matéria perante o Supremo Tribunal Federal é lá que deverão ser examinadas as questões constitucionais a respeito da matéria.



Embora seja incontroverso o fato de que houve o denominado “fatiamento” ou cisão da decisão proferida pelo Senado Federal, é certo que na aludida decisão não houve a condenação de DILMA ROUSSEF em inabilitação para exercício de função pública pelo prazo de oito anos, embora não se justificasse o indevido fatiamento para atender a interesse particular dela. Fato é que, embora estranho e sem previsão legal, não houve a condenação da impugnada à pena de inelegibilidade, como consta da Constituição e deveria observar o Senado.

Nesse sentido, não pode este Tribunal, em substituição ao STF, imiscuir-se em nova rediscussão de tema já decidido pelo Senado Federal e até mesmo em matéria que seria de sua competência. Como consequência, esta Corte não pode elastecer sua competência para o exame de eventual nulidade existente no processo de *impeachment*, até mesmo porque, se o STF declarar a nulidade da decisão do Senado Federal, outra decisão deverá ser tomada por aquele órgão acerca da matéria.

É certo também que, caso este Tribunal venha invalidar ou anular a decisão do Senado Federal, ainda assim não existiria a aplicação da penalidade pelo órgão competente, no sentido de reconhecer a inelegibilidade pelo prazo legal, vez que somente poderá fazê-lo o Senado Federal (órgão competente para julgamento do processo de *impeachment*), isso, sob pena de ofensa ao próprio art. 52 da CRFB, que prevê competência privativa do Senado para aplicar a inelegibilidade.

De consequência, não há falar que a impugnada não esteja no gozo de seus direitos políticos, como pretendem os impugnantes, porque conforme visto acima, a impugnada não foi condenada à inelegibilidade, não podendo esta Especializada realizar uma interpretação extensiva de norma restritiva de direito.

Desse modo, a alegada ofensa ao art. 52, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil, por si só, não gera inelegibilidade.

c) Da alegação de inelegibilidade formulada com base no art. 1º, I, “c”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990 – aplicação analógica.

O PARTIDO NOVO sustentou, com base no exame da decisão do Senado Federal, que o controle judicial não afeta o princípio da separação dos poderes e que DILMA ROUSSEF foi condenada por crime de responsabilidade, com base no art. 85, VI, e 167, V, da CRFB e art. 10, itens 4, 6 e 7, art. 11, itens 2 e 3 da Lei 1.079/1950. Conclui que o fatiamento não possui previsão legal e está em total discrepância com a CRFB, que só permite alteração em seu texto por meio de Emenda Constitucional. Deduz que a impugnada deveria ter sido condenada nas duas penas previstas no texto constitucional, porque a inabilitação temporária é consequência da perda de cargo. Desse modo, menciona o art. 1º, I, “c”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990 (Lei de Inelegibilidade) e afirma que apesar dele não fazer menção ao cargo de Presidente da República, ele pode ser aplicado de forma analógica ao presente caso, diante da existência de lacuna.



A questão sobre a decisão do Senado Federal foi acima analisada. Contudo, cumpre mencionar que o PARTIDO NOVO alega que DILMA ROUSSEF estaria inelegível com base no art. 1º, I, “c”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990, que segundo ele, pode ser aplicado de forma analógica, em razão de existência de lacuna. Referido dispositivo dispõe que:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

(...)

c) o governador e o vice-governador de estado e do Distrito Federal e o prefeito e o vice-prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

O argumento apresentado pelo impugnante não procede. Isso porque não há falar em lacuna no ordenamento jurídico, vez que o próprio artigo 52 da Constituição da República Federativa do Brasil prevê inabilitação para função pública de Presidente da República que venha a ser condenado em processo de *impeachment*. Ressalto que a inabilitação é até mesmo mais abrangente que a inelegibilidade, vez que sua aplicação em um processo de *impeachment* ensejaria a inviabilidade para assumir qualquer cargo público, seja ele eletivo ou não. Ocorre que, como dito, a impugnada DILMA ROUSSEF não foi condenada pelo Senado Federal em inabilitação para o exercício da função pública pelo período de oito anos. Assim, pretende o impugnante que seja aplicada a denominada analogia *in malam partem*, sob o argumento de existência de lacuna no ordenamento jurídico. Contudo, isso é vedado, vez que não se pode fazer interpretação ampliativa do art. 1º, I, “c”, da Lei Complementar 64/1990 ou até mesmo fazer uso da analogia *in malam partem*, em razão de ser a norma restritiva de direito.

Portanto, não havendo condenação da impugnada em inabilitação de função pública, não há falar que houve incidência da inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “c”, da Lei Complementar 64/1990.

d) Da alegação de inelegibilidade formulada com base no art. 1º, I, “e”, item 1, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990.

LEONARDO VÍTOR DE OLIVEIRA, que requereu seu registro ao cargo de Deputado Estadual pelo PSC, também ajuizou ação de impugnação de registro de candidatura em face de DILMA VANA ROUSSEF. Afirma que DILMA ROUSSEF teve seu mandato de Presidente da República cassado pelo Congresso Nacional em 31/8/2016, diante do cometimento de **crimes de responsabilidade**. **Afirma que não obstante o inconstitucional “fatiamento” da condenação pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que afastou a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, a impugnada está inelegível tendo por base o art. 1º, I, “e”, item**



1 da Lei de Inelegibilidades. Entende ser imoral conceder tempo de televisão e de rádio, bem como depositar-lhe recursos do fundo partidário e fundo eleitoral para que faça campanha. Assim, pede que seja reconhecido de ofício a inelegibilidade da impugnada, bem como lhe seja negado o registro de candidatura e, por fim, que ela seja impedida de praticar atos de campanha, na forma do art. 16-A da Lei 9.504, de 30/9/1997 (Lei das Eleições).

MAURO JORGE BOMFIM, candidato a Deputado Federal, alega que DILMA VANA ROUSSEF está inelegível com base no art. 1º, I, “e, item 1, da Lei Complementar 64/1990 (Lei de Inelegibilidades).

O art. 1º, I, “e”, da Lei de Inelegibilidades dispõe que:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

Pois bem. Cumpre analisar a natureza jurídica dos “crimes de responsabilidade” referidos na Resolução do Senado Federal 35, de 31/8/2016 e dispostos na Lei 1.079/1950.

Conforme a Resolução do Senado Federal nº 35, de 31/8/2016, foi julgada procedente denúncia em face da impugnada por **“crimes de responsabilidade previstos nos art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, art. 10, itens 4, 6 e 7 e art. 11, itens 2 e 3, da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950”**.

Para esclarecer aos pares, menciono os dispositivos constitucionais envolvidos na questão:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99\)](#)



II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do banco central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;



XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;



VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de



despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)](#)

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015\)](#)

Também faço menção a dispositivos da Lei 1.079/1950:

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

1) Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;



- 2) exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;
- 3) realizar o estorno de verbas;
- 4) infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da Lei orçamentária.
- 5) deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*
- 6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*
- 7) deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*
- 8) deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*
- 9) ordenar ou autorizar, em desconto com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*
- 10) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*
- 11) ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*
- 12) realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. *(Item acrescido pela Lei nº 10.028, de 19/10/2000)*



CAPÍTULO VII

DOS CRIMES CONTRA A GUARDA E LEGAL EMPREGO DOS DINHEIROS PÚBLICOS

Art. 11. São crimes de responsabilidade contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos:

- 1) ordenar despesas não autorizadas por lei ou sem observância das prescrições legais relativas às mesmas;
- 2) abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;
- 3) contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal;
- 4) alienar imóveis nacionais ou empenhar rendas públicas sem autorização em lei;
- 5) negligenciar a arrecadação das rendas, impostos e taxas, bem como a conservação do patrimônio nacional.

Ressalto que o art. 2º da Lei 1.079/1950 dispõe que *“Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.”*

Para definir a natureza jurídica dos denominados crimes de responsabilidade, importante destacar o disposto no art. 1º do Decreto-Lei 3.914, de 9/12/1941 (Lei de Introdução ao Código Penal) que dispõe sobre o conceito legal de crime:

Art 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Percebe-se, portanto, que a natureza dos denominados “crimes de responsabilidade” é de infração político-administrativa, vez que não há previsão de preceito secundário da norma jurídica, com cominação de pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa. Isso pode ser facilmente evidenciado no art. 2º da Lei 1.079/1950, vez que as infrações definidas como “crimes de responsabilidades” são apenadas com perda do cargo público e inabilitação para exercício de função público por certo prazo.



Feitas essas considerações entendo que os denominados “crimes de responsabilidade” a que a impugnada foi condenada não possuem natureza de crime, mas de infração político-administrativa, e que, por certo, não se encontra inelegível com base no art. 1º, I, “e”, 1, da Lei de Inelegibilidades.

É que a Lei de Inelegibilidades, ao prever, que são inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, faz remissão ao termo “crimes”, não estando ali inseridas as infrações político-administrativas.

Deste modo, não incidiu impugnada DILMA ROUSSEF na inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “e”, 1, da Lei Complementar 64/1990.

e) Da alegação de inelegibilidade formulada com base no art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990.

BERNARDO BARTOLOMEU MOREIRA afirmou que as contas de 2014 e de 2015 foram rejeitadas pelo TCU, órgão que apontou inúmeras irregularidades. Ressalta que a rejeição das contas públicas fundamentou o pedido de *impeachment* de DILMA ROUSSEF e, por consequência, ato descrito na Lei de Improbidade Administrativa, sendo certa a inclusão de afastamento da impugnada da Presidência da República, na decisão proferida pelo Senado Federal. Assim, faz menção ao art. 1º, I, “g”, da Lei de Inelegibilidades.

Por sua vez, na notícia de inelegibilidade apresentada por MARIEL MARLEY MARRA, ele afirma que DILMA VANA ROUSSEF também incorre na inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64/1990. Ressalta que DILMA já teve as contas de 2014 e de 2015 rejeitadas pelo TCU, que recomendou ao Congresso Nacional que as rejeite também. Aponta que o TCU rejeitou, em 7/10/2015, as contas do governo DILMA ROUSSEF e que, por unanimidade, os ministros entenderam que o balanço apresentado pela União continha irregularidades que feriram os preceitos constitucionais, a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assevera que a reprovação teve como base as chamadas “pedaladas fiscais”, manobras que consistiam em atrasar repasses do Tesouro Nacional aos bancos para pagamento de despesas de programas sociais obrigatórios. Acrescenta que o TCU rejeitou em 2016, por unanimidade, pelo segundo ano seguido., as contas de gestão da então Presidente da República e que foram detectadas 10 irregularidades que impedem o tribunal de indicar a aprovação.

GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA, na sua notícia de inelegibilidade, também afirma que a questão possui similitude com o art. 1º, I, “g”, da Lei de Inelegibilidades.

JOSÉ MARCOS RIBEIRO DA FONSECA também alega que a impugnada incidiu na inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “g”, da Lei de Inelegibilidades.



O art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64/1990 dispõe que:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

(...)

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por **irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa**, e por **decisão irrecorrível do órgão competente**, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no **inciso II do art. 71 da Constituição Federal**, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

Com relação à notícia de inelegibilidade, vejo que os noticiantes não especificaram na petição por eles apresentadas se houve o preenchimento dos requisitos configuradores da inelegibilidade em questão, apenas apresentando argumentos genéricos e despidos de prova, vez que sequer juntaram documentos com as deliberações do Tribunal de Contas da União a respeito do julgamento das contas dos anos de 2014 e de 2015. Assim, a notícia de inelegibilidade não possui provas firmes a respeito da alegação dos noticiantes. Diante disso, não procede a alegação dos noticiantes, diante de ausência de provas documentais a respeito da questão.

BERNARDO BARTOLOMEO MOREIRA também aponta que DILMA VANA ROUSSEF se encontra inelegível por força do art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar 64/1990. Contudo, em nenhum momento demonstrou que a impugnada enquadra-se no referido dispositivo legal. Ao contrário, limitou-se a mencionar que a rejeição de contas da impugnada serviu de fundamento para o *impeachment* da impugnada, bem como que houve ato descrito na Lei de Improbidade Administrativa. Por fim, não juntou a manifestação do TCU para respaldar seus argumentos.

Acrescento que na listagem enviada pelo TCU ao Tribunal Superior Eleitoral não consta notícia de contas irregulares em nome de DILMA VANA ROUSSEF (link <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/lista-para-consulta-das-contas-irregulares>). A listagem em questão também pode ser consultada pelo *site* do Tribunal de Contas da União no link: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:2:::NO:RP:P2_MOSTRAR_LISTA.

Por fim, este Juiz acessou o *site* do Tribunal de Contas da União, onde obteve certidão negativa de contas julgadas irregulares para fins eleitorais em nome



da impugnada, o que afasta os argumentos apresentados ([link: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:4::NO:4%2C3%2C5:P4_COD_CONTROLE%2CP4_CPF:I_c](https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:4::NO:4%2C3%2C5:P4_COD_CONTROLE%2CP4_CPF:I_c)) Apresento aos pares referida certidão:



The screenshot shows the TCU (Tribunal de Contas da União) website interface. The main content area displays a certificate titled "CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES PARA FINS ELEITORAIS". The certificate is issued to DILMA VANA ROUSSEFF, with CPF 133.267.246-91. The text of the certificate states that the subject does not appear in the list of individuals with irregular accounts for electoral purposes, as defined by the relevant laws. It also mentions that the certificate was issued on 17/08/2018 at 19:37:39. A link to download the PDF is provided at the bottom right of the certificate text.

f) da alegação de existência de inelegibilidade com base no art. 1º, I, “I” da Lei de Inelegibilidades

GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA aponta que a questão abordada neste feito possui similitude com a inelegibilidade descrita no art. 1º, I, “I”, da Lei Complementar 64/1990.

O argumento não procede. O art. 1º, I, “I”, da Lei Complementar 64/1990 dispõe que:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

(...)

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o



trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

Além de o noticiante não demonstrar pormenorizadamente a incidência do dispositivo em questão, no caso, como já afirmado acima, a decisão do Senado Federal não condenou DILMA VANA ROUSSEF à suspensão dos direitos políticos, mas tão somente à perda do cargo. Nesse sentido, o Tribunal não poderia fazer uma interpretação extensiva de norma restritiva de direitos, razão porque não há falar em inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “I”, da Lei Complementar 64/1990.

g) Da alegação de similitude do caso com a inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “o”, da Lei Complementar 64, de 18/5/1990 (Lei de Inelegibilidade).

GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA aponta que a questão abordada neste feito possui similitude com a inelegibilidade descrita no art. 1º, I, “o”, da Lei Complementar 64/1990, vez que DILMA VANA ROUSSEF foi demitida do cargo ao final do procedimento de *impeachment*.

O art. 1º, I, “o”, da Lei Complementar 64/1990 dispõe:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

(...)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

No julgamento do Recurso Eleitoral 274-73, em um caso que versava sobre condenação por ato de improbidade administrativa de Vereador, o Relator, Desembargador Pedro Bernardes, decidiu que:

“De início, não assiste razão ao Ministério Público Eleitoral, ora recorrente, quanto a incidência da inelegibilidade prevista na alínea “o” do inciso I do art. 10 da LC no 64/1990, que prevê a inelegibilidade daqueles que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, desde a data da decisão. O recorrido foi condenado por ato de improbidade administrativa na condição de agente político, o que não se equipara a penalidade de demissão, aplicável ao servidor público, na forma que estabelecerem seus respectivos estatutos e normas próprias. Ademais, acerca de perda do cargo pelos membros das Câmaras Municipais o legislador tratou especificamente na alínea “b” do inciso I do art. 1º da Lei de Inelegibilidades. Nesse ponto, portanto, a decisão não merece reforma”.



Esse entendimento foi seguido pelos Juízes Virgílio de Almeida Barreto, Carlos Roberto, Juiz Ricardo Torres Oliveira, Antônio Augusto Mesquita Fonte Boa. Este julgador **ficou vencido** sobre a questão por considerar que o termo serviço público previsto na respectiva alínea “o”, do inciso I, do art. 1º, da Lei de Inelegibilidades possui sentido *lato*, ou seja, *“Toda atividade que o Estado exerce, direta ou indiretamente, para a satisfação das necessidades públicas mediante procedimento típico do direito público”*, conforme doutrina Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, São Paulo, Atlas, 27ª ed., 2011, p. 100.

Para José Jairo Gomes, em Direito Eleitoral, 14ª ed., 218, p. 312, explica que a inelegibilidade em questão requer que tenha havido demissão do servidor público decorrente de processo administrativo ou judicial. Segundo o autor, a demissão é *“penalidade disciplinar imposta a servidor público em razão de prática de grave ilícito. A Lei 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União) prevê tal pena em seu artigo 127, III, e o art. 132 dessa mesma norma estabelece os casos em que ela tem cabimento”*.

Considerando meu entendimento a respeito da questão, qual seja, de que o termo “servidor público” previsto no art. 1º, I, “o”, da Lei de Inelegibilidades deve ser apreciado no sentido *lato*, deve-se perquirir qual a natureza jurídica do processo de *impeachment*.

Relembro que esta Corte Eleitoral já fixou entendimento de que a alínea “o” referida acima a sanção por ato de improbidade administrativa na condição de agente político não se equipara à pena de demissão aplicável ao servidor público, na forma que estabelecerem seus estatutos e normas. **Isso, para parte dos julgadores já seria suficiente para que não haja a incidência da alínea “o”, do inciso I, do art. 1º da Lei de Inelegibilidades ao caso em questão, vez que o Presidente da República é um agente político.**

De qualquer forma, é importante verificar a natureza jurídica do processo de *impeachment*. Inicialmente, faço pequenas considerações sobre a natureza do processo judicial e do processo administrativo.

O processo judicial sempre é iniciado por provocação da parte e necessita da intervenção do Juiz, que atua com imparcialidade, na solução do caso concreto, por meio de aplicação da lei.

Já o processo administrativo inicia-se, via de regra, por ato administrativo, que estabelece uma relação bilateral entre esta Administração e o administrado. Nesse sentido, as decisões proferidas pela Administração não geram coisa julgada, vez que a Administração não pode atuar como juiz e parte ao mesmo tempo, não detendo jurisdição, conforme ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2014, p. 695).

E o processo de *impeachment*?



Na decisão da ADPF 378 (j. 17/12/2015, Relator Ministro Edson Fachin, Relator para o acórdão Ministro Roberto Barroso), o Supremo Tribunal Federal decidiu que:

Apresentada denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo (art. 51, I, da CF/1988). **A Câmara exerce, assim, um juízo eminentemente político sobre os fatos narrados, que constitui condição para o prosseguimento da denúncia. Ao Senado compete, privativamente, processar e julgar o Presidente (art. 52, I), locução que abrange a realização de um juízo inicial de instauração ou não do processo, isto é, de recebimento ou não da denúncia autorizada pela Câmara.**

No mesmo sentido, já era a conclusão do STF no julgamento do MS 21.564, rel. Ministro Carlos Velloso, j. 23/9/1992):

NO PROCEDIMENTO DE ADMISSIBILIDADE DA DENUNCIA, A CÂMARA DOS DEPUTADOS PROFERE JUÍZO POLÍTICO. DEVE SER CONCEDIDO AO ACUSADO PRAZO PARA DEFESA, DEFESA QUE DECORRE DO PRINCÍPIO INSCRITO NO ART. 5., LV, DA CONSTITUIÇÃO, OBSERVADAS, ENTRETANTO, AS LIMITAÇÕES DO FATO DE A ACUSAÇÃO SOMENTE MATERIALIZAR-SE COM A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO, NO SENADO. NESTE, E QUE A DENUNCIA SERÁ RECEBIDA, OU NÃO, DADO QUE, NA CÂMARA OCORRE, APENAS, A ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO, A PARTIR DA EDIÇÃO DE UM JUÍZO POLÍTICO, EM QUE A CÂMARA VERIFICARA SE A ACUSAÇÃO É CONSISTENTE, SE TEM ELA BASE EM ALEGAÇÕES E FUNDAMENTOS PLAUSÍVEIS, OU SE A NOTICIA DO FATO REPROVAVEL TEM RAZOAVEL PROCEDENCIA, NÃO SENDO A ACUSAÇÃO SIMPLEMENTE FRUTO DE QUIZILIAS OU DESAVENCAS POLITICAS. POR ISSO, SERÁ NA ESFERA INSTITUCIONAL DO SENADO, QUE PROCESSA E JULGA O PRESIDENTE DA REPUBLICA, NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE, QUE ESTE PODERA PROMOVER AS INDAGAÇÕES PROBATORIAS ADMISSÍVEIS.

Por fim, Pedro Lenza em Direito Constitucional Esquematizado (São Paulo: Editora Saraiva, 2017, 21ª edição, p. 741, ao mencionar sobre o processo de *impeachment* conclui que *“O Poder Legislativo, seja a Câmara dos Deputados no juízo de autorização, seja o Senado Federal no julgamento de mérito, **realiza julgamento de natureza política**”*.

Diante do acima exposto e considerando que o processo de *impeachment* realiza julgamento de natureza política, a decisão proferida pelo



Senado Federal não pode ser adotada como parâmetro para aplicação do art. 1º, I, “o”, da Lei de Inelegibilidade, sob pena de se fazer uma interpretação ampliada do referido dispositivo legal.

Obter dictum, ressalto ainda que o Senado Federal detém competência privativa para apreciar a matéria referente a *impeachment* de Presidente da República, o que, de per si, afasta a aplicação do art. 1º, I, “o”, da Lei de Inelegibilidade, vez que se fosse considerado este último dispositivo como aplicável haveria um esvaziamento da sanção prevista no art. 52 da CRFB, de modo que sequer seria necessária sua existência.

Assim sendo, não incide a causa de inelegibilidade em questão.

POSTO ISSO, julgo **improcedentes** os pedidos de todas as impugnações e **não reconheço** as inelegibilidades trazidas nas notícias de inelegibilidade colacionadas aos autos.

Por fim, considerando que as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade estão preenchidas em conformidade com a Lei 9.504/1997 e a Resolução TSE 23.548/2017, **DEFIRO** o requerimento de registro de candidatura de DILMA VANA ROUSSEF, para concorrer ao cargo de Senadora.

É como voto.

VOTO DE DESEMPATE

O DES. PEDRO BERNARDES – Tendo em vista a relevância da matéria e a urgência necessária do julgamento dos processos que tratam de requerimento de registro de candidatura, passo a proferir o voto de desempate.

A Coligação do Lado do Povo requer o registro de candidatura de Dilma Vana Rousseff ao cargo de Senador, instruindo o pedido com os documentos exigidos pela lei e pela Resolução TSE nº 23.548/2017. O DRAP da referida Coligação foi deferido no RCand nº 0602386-55.2018.6.13.0000.

Consta do voto do Relator, Juiz Ricardo Matos de Oliveira, que foram apresentadas impugnações e notícias de inelegibilidade.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, (...) *Os conceitos de inelegibilidade e de condição de elegibilidade não se confundem. Condições de elegibilidade são os requisitos gerais que os interessados precisam preencher para se tornarem candidatos. Inelegibilidades são as situações concretas definidas na Constituição e em Lei Complementar que impedem a candidatura (...) No processo de registro de candidatura, a Justiça Eleitoral não examina se o ilícito ou*



irregularidade foi praticado, mas, sim, se o candidato foi condenado pelo órgão competente – RO nº 154-29.2014/DF, rel. Min. Henrique Neves, sessão de 27/08/2014.

Necessário destacar que para o deferimento do pedido de registro de candidatura todas as condições de elegibilidade têm que ser cumpridas, além de não poder se incorrer em uma das hipóteses de inelegibilidade.

Nos termos do art. 38 da Res.-TSE nº 23.548/2017, apenas candidato, partido político, coligação e/ou o Ministério Público Eleitoral possuem legitimidade para apresentar impugnação a pedido de registro de candidatura.

Assim, deve ser acolhida a preliminar de ausência de legitimidade daqueles que, não sendo candidato, partido político, coligação ou Ministério Público Eleitoral, apresentaram impugnação. Não obstante, referidas impugnações podem ser recebidas como notícia de inelegibilidade. Além disso, em sede de requerimento de registro de candidatura, na instância ordinária, as causas de inelegibilidade e as condições de elegibilidade devem ser examinadas de ofício pelo Magistrado[1].

Passa-se, pois, a verificar se sobre o referido pedido de registro incide alguma causa de inelegibilidade, seja constitucional ou infraconstitucional, ou se está ausente alguma das condições de elegibilidade.

A matéria versada nas peças recebidas como notícia de inelegibilidade e nas impugnações está limitada às inelegibilidades previstas nas alíneas “c”, “d”, “e”, “g”, “l” e “o” do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, em razão da condenação da candidata por crime de responsabilidade pelo Senado Federal, com a perda do cargo e a sustentada consequente inabilitação para o exercício de função pública, bem como pela alegada ausência de condição de elegibilidade consubstanciada no domicílio eleitoral no Estado de Minas Gerais.

A questão referente às suscitadas inelegibilidades, em razão do impeachment sofrido pela Presidente da República, é nova, não há na jurisprudência precedente sobre o tema, e, além disso, a matéria é complexa e polêmica, tanto que os Magistrados que compõem esta Corte, que possuem elevada cultura jurídica, no caso, divergiram, três votaram em um sentido e três em outro. Todos estão convencidos de que a posição que adotaram é a adequada à espécie. Assim, cabe a este Presidente desempatar a votação, consoante o seu entendimento, após análise da legislação vigente, que demanda, obviamente, interpretação.

A candidata, em processo de impeachment, foi condenada por crime de responsabilidade pelo Senado Federal, em sessão de julgamento do dia 31/08/2016, tendo sido imposta a penalidade de perda do cargo (ID 47115).

Como cediço, o processamento e julgamento de crime de responsabilidade, imputado a Presidente da República, após a admissão da acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, é de competência do Senado Federal, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (arts. 52 e 86 da Constituição Federal).



No caso, o Senado Federal:

(...) entendeu que a Senhora Presidente da República DILMA VANA ROUSSEFF cometeu os crimes de responsabilidade consistentes em contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional previstos nos art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, bem como no art. 10, itens 4, 6 e 7, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, por 61 votos, havendo sido registrados 20 votos contrários e nenhuma abstenção, ficando assim a acusada condenada à perda do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil (ID 47115).

Em votação subsequente, o Senado Federal decidiu afastar a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, em virtude de não se haver obtido nesta (...) *votação 2/3 dos votos constitucionalmente previstos, tendo-se verificado 42 votos favoráveis à aplicação da pena, 36 contrários e três abstenções* (ID 47115).

Nos termos da Súmula TSE nº 41: *Não cabe à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros Órgãos do Judiciário ou dos Tribunais de Contas que configurem causa de inelegibilidade.*

Certo que aqui se cuida de condenação pelo Senado Federal, não se trata de *Órgãos do Judiciário ou dos Tribunais de Contas*. Contudo, tenho que cabe a adoção da tese por simetria.

Assim, fato é que o Senado explicitamente não aplicou a pena de inabilitação para o exercício de cargo público.

Coaduno com o entendimento do Desembargador Rogério Medeiros de que não poderia o Senado Federal, ao decidir pela cassação do mandato de Presidente da República de Dilma Rousseff, deixar de declará-la inabilitada para o exercício de função pública.

Porém, pedindo as mais respeitosas vênias ao prezado Colega, na linha interpretativa que adoto, tenho que a Justiça Eleitoral, em sede de requerimento de registro de candidatura, não tem competência para discutir o acerto ou o desacerto da decisão dos Senadores da República.

Não tenho notícia de que há provimento judicial alterando ou suspendendo a citada decisão do Senado Federal. Assim, para a análise deste pedido de registro, parto da premissa de que se trata de candidata que, em razão de processo de impeachment, perdeu o cargo de Presidente da República.

Considerado, assim, os termos da condenação advinda do Senado Federal, passo a examinar cada inelegibilidade imputada:

Art. 1º. I, "c", da LC nº 64/90:



Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

c) o **Governador** e o **Vice-Governador** de Estado e do Distrito Federal e o **Prefeito** e o **Vice-Prefeito** que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos; (g.n)

Verifica-se do dispositivo que não há previsão de inelegibilidade para Presidente da República e não cabe ao interprete acrescentar à norma inelegibilidade que nela não está prevista[2], sendo, pois, despiciendo analisar se a condenação se deu por descumprimento a dispositivo da Constituição Federal, sobre a qual, registre-se, também não há menção na norma supratranscrita.

A inelegibilidade prevista na alínea “d” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, cuida de representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral. No caso em análise há, tão somente, condenação pelo Senado Federal, o que afasta, à evidência, a caracterização dessa inelegibilidade.

Quanto à inelegibilidade prevista na alínea “e” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, certo que aqui não se trata de condenação por órgão judicial colegiado por um dos crimes elencados nos itens 1 a 10 da citada alínea. Como registrado pelo Relator, (...) *a candidata foi condenada pelo Senado Federal pelo crime previsto no art. 10 e no art. 11, ambos da Lei 1079/50, sendo certo que essa lei estabelece as penalidades para os crimes de responsabilidade nela insertos.*

No que diz respeito à alínea “g” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, na linha da jurisprudência do TSE, para se afirmar a inelegibilidade, faz-se necessária a rejeição das contas, por decisão irrecorrível de órgão competente, por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, a competência para o julgamento das contas de Presidente da República é do Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União. No ponto, adoto a fundamentação do Relator: (...) *não há nos autos notícia de rejeição das contas pelo Congresso Nacional, órgão competente para o seu julgamento, à luz do art. 71, inciso I c/c art. 49, IX da CF. Ao revés, encontra-se certificado no ID 62220 que não consta decisão do Congresso Nacional no julgamento das contas da candidata.*

Passo à análise da inelegibilidade prevista na alínea “l” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, a qual requer a condenação (...) *à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado,*



por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

Não há contra a impugnada condenação à suspensão dos direitos políticos, mas, sim, à perda do cargo eletivo, como se extrai da decisão do Senado.

Já a inelegibilidade da alínea “o” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, trata de demissão do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, o que, igualmente, à evidência, não é o caso em análise.

Por fim, no que toca à alegada ausência de domicílio eleitoral neste Estado, a jurisprudência do TSE é no sentido de que: (...) *o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes - REspe nº 374-81.2012.6.15.0062, rel. Min. Marco Aurélio, redator Min. Dias Toffoli, DJE de 04/08/2014. Assim, os vínculos sociais, econômicos e familiares da candidata com este Estado são públicos e notórios. Anote-se, inclusive, que não houve impugnação ao pedido de transferência eleitoral de Dilma Rouseff, tendo sido deferido.*

Ante o exposto, peço vênia à divergência, e, adotando os fundamentos do Relator e mais os que ora acrescento, não acolho as inelegibilidades apontadas nas notícias, julgo improcedente as impugnações e defiro o pedido de registro de candidatura.

[1] RO nº 1528-15.2014.6.13.0000, relª. Min. Luciana Lóssio, sessão de 11/11/2014, e REspe nº 416-62.2012.6.24.0036, relª. Min. Laurita Vaz, sessão de 18/12/2012.

[2] REspe nº 198-26.2016.6.06.0123, relª. Min. Rosa Weber, DJE de 13/03/2017 - (...) 3. *As regras alusivas às causas de inelegibilidade são de legalidade estrita, vedada a interpretação extensiva para alcançar situações não contempladas pela norma.*

EXTRATO DA ATA

Sessão de 17/9/2018

REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 0602388-25.2018.6.13.0000 - BELO HORIZONTE - MG

RELATOR: JUIZ RICARDO MATOS DE OLIVEIRA

IMPUGNANTES: ELEIÇÃO 2018 LEONARDO VITOR DE OLIVEIRA DEPUTADO



ESTADUAL, PARTIDO NOVO DIRETORIO ESTADUAL - MG, JOSE MARCOS RIBEIRO DA FONSECA NOTICIANTE: MARIEL MARLEY MARRA, DANIELLE DYTZ DA CUNHA, GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA REQUERENTE: ELEIÇÃO 2018 BERNARDO BARTOLOMEO MOREIRA DEPUTADO ESTADUAL, MARCOS AURELIO PASCHOALIN, ELEIÇÃO 2018 MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM DEPUTADO FEDERAL, ALVAIR JOSE PEDRO, JOSE EDUARDO VIEIRA MORAIS, ELEIÇÃO 2018 RAPHAEL TAVARES PINTO DEPUTADO FEDERAL

ADVOGADOS DO IMPUGNANTE: DRS. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - SP312410, RUBENS ALBERTO GATTI NUNES - SP306540

ADVOGADOS DO IMPUGNANTE: DRS. LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHAES - MG139537, LUCIO DOMINGUES DE MEDEIROS - MG127586, ARTHUR MAGNO E SILVA GUERRA - MG79195

ADVOGADO DO NOTICIANTE: DR. MARIEL MARLEY MARRA - MG157240

ADVOGADOS DO IMPUGNANTE: DRS. LEANDRO ZANETTI DEBUSSI - MG125761, MARIA ELIZA LOVAGLIO RIBEIRO - MG151670

ADVOGADO DO REQUERENTE: DR. FELIPE BARTOLOMEO MOREIRA - MG95264

ADVOGADO DO NOTICIANTE: DR. GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA - MG118224

ADVOGADO DO REQUERENTE: DR. MARCOS AURELIO PASCHOALIN - MG177991

ADVOGADO DO REQUERENTE: DR. MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM - MG43712

ADVOGADOS DO REQUERENTE: DRS. ALVAIR JOSE PEDRO - MG26852, JOSE EDUARDO VIEIRA MORAIS - MG46985

ADVOGADOS DO REQUERENTE: DRS. ALVAIR JOSE PEDRO - MG26852, JOSE EDUARDO VIEIRA MORAIS - MG46985

ADVOGADOS DO REQUERENTE: DRS. ANA PAULA ROCHA TEIXEIRA - MG101874, MAURICIO TEIXEIRA SERVA - MG164481

IMPUGNADOS: DILMA VANA ROUSSEFF, DO LADO DO POVO 13-PT / 65-PC DO B / 40-PSB / 27-DC / 22-PR

ADVOGADA DO IMPUGNADO: DRA. EDILENE LOBO - MG074557

REGISTRADA A PRESENÇA DO DR. LÚCIO DOMINGUES DE MEDEIROS, ADVOGADO DO IMPUGNANTE

REGISTRADA A PRESENÇA DO DR. GABRIEL VIEIRA FIGUEIREDO SAPUCAIA, ADVOGADO DO NOTICIANTE

DEFESA ORAL PELO IMPUGNANTE: DR. ARTHUR MAGNO E SILVA GUERRA

DEFESA ORAL PELA IMPUGNADA: DRA. EDILENE LÔBO



Decisão: O Tribunal, à unanimidade, acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir e extinguiu a impugnação de Marco Aurélio Paschoalim, sem resolução do mérito, conheceu da impugnação de José Marcos Ribeiro da Fonseca como notícia de inelegibilidade e, por maioria, julgou improcedentes as impugnações e as notícias de inelegibilidade apresentadas e deferiu o pedido de registro de candidatura, nos termos do voto do Relator e com voto de desempate do Presidente.

Presidência do Exmo. Sr. Des. Pedro Bernardes. Presentes os Exmos. Srs. Des. Rogério Medeiros e Juízes Paulo Abrantes, Ricardo Matos de Oliveira, Antônio Augusto Mesquita Fonte Boa, João Batista Ribeiro e Nicolau Lupianhes, e o Dr. Ângelo Giardini de Oliveira, Procurador Regional Eleitoral.

